

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS



Assinado por: DANIELE BRANDAO BOGADO como (danielebogado)

Na data: 11/01/2024 às 19:03:56

SIGN: ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9

URL: [https://mplo.mp.br/portal/servicos/chechar-](https://mplo.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9)

[assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9](https://mplo.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9)

Contatos:

<http://mplo.mp.br/portal/>

63 3216-7600



SUMÁRIO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS	3
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES	13
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA	17
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	20
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA	96
05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA	107
27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	118
02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARAÍ	124
07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI	127

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS



Assinado por: DANIELE BRANDAO BOGADO como (danielebogado)

Na data: 11/01/2024 às 19:03:56

SIGN: ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9

URL: <https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar->

[assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9](https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-)

Contatos:

<http://mpto.mp.br/portal/>

63 3216-7600



PORTARIA N. 0024/2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça LISSANDRO ANIELLO ALVES PEDRO , titular da 1ª Promotoria de Justiça de Taguatinga, para responder, cumulativamente, pela 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no período de 11 a 23 de janeiro de 2024.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de janeiro de 2024.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 0025/2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS , no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 17, inciso III, alínea “i”, e 131, § 4º, da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, c/c Resolução CNMP n. 30/2008, e Ato PGJ n. 029/2021, e considerando o teor do e-Doc n. 07010637171202411,

RESOLVE:

Art. 1º INDICAR ao Senhor Procurador da República Regional Eleitoral, o Promotor de Justiça PEDRO JAINER PASSOS CLARINDO DA SILVA , para atuar perante a 1ª Zona Eleitoral - Araguaína, no período de 11 de janeiro de 2024 a 11 de janeiro de 2026 (biênio).

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de janeiro de 2024.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 0026/2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação à servidora MARINA AZEVEDO MACHADO MESQUITA, matrícula n. 112412, na Subprocuradoria-Geral de Justiça.

Art. 2º Esta publicação retroage seus efeitos a 8 de janeiro de 2024.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de janeiro de 2024.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 0027/2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto DANILO DE FREITAS MARTINS para responder, cumulativamente, pela Promotoria de Justiça de Xambioá, no período de 11 a 23 de janeiro de 2024.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de janeiro de 2024.

LUCIANO CESAR CASAROTI

Procurador-Geral de Justiça

DESPACHO N. 001/2024

PROCESSO N.: 19.30.1500.0001141/2023-78

ASSUNTO: RESSARCIMENTO DE DESPESA COM COMBUSTÍVEL

INTERESSADO: FREDSON MOREIRA FREITAS

Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, Ato n. 064/2014, e considerando o deslocamento efetuado pelo servidor FREDSON MOREIRA FREITAS, itinerário Araguaína/Aragominas/Araguaína, em 24 de novembro de 2023, conforme Memória de Cálculo n. 103/2023 (ID SEI 0289835) e demais documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido servidor, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 166,52 (cento e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária específica, consignada no orçamento da unidade da Procuradoria-Geral de Justiça

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas.

Documento assinado eletronicamente por Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça, em 09/01/2024.

DESPACHO N. 002/2024

PROCESSO N.: 19.30.1500.0001225/2023-41

ASSUNTO: RESSARCIMENTO DE DESPESA COM COMBUSTÍVEL

INTERESSADO: PEDRO JAINER PASSOS CLARINDO DA SILVA

Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, Ato n. 064/2014, e considerando o deslocamento efetuado pelo Promotor de Justiça PEDRO JAINER PASSOS CLARINDO DA SILVA, itinerários Araguaína/Filadélfia/Araguaína, em 15 de março, 22 de maio, 19 e 21 de junho, 26 de setembro, 1º e 24 de outubro de 2023; Araguaína/Palmas/Araguaína, nos períodos de 29 e 30 de junho, 19 e 20 de outubro, 29 de novembro a 1º de dezembro de 2023; e Araguaína/Babaçulândia/Araguaína, em 1º e 16 de outubro de 2023, conforme Memória de Cálculo n. 120/2023 (ID SEI 0289651) e demais documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 2.326,68 (dois mil e trezentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária específica, consignada no orçamento da unidade da Procuradoria-Geral de Justiça

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas.

Documento assinado eletronicamente por Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça, em 09/01/2024

DESPACHO N. 004/2024

PROCESSO N.: 19.30.1500.0000004/2024-25

ASSUNTO: RESSARCIMENTO DE DESPESA

INTERESSADO: APOENA REZENDE DE MENDONÇA

Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008 e do Ato n. 064/2014, considerando o requerimento protocolado por meio do e-Doc n. 07010636258202454 (ID SEI [0290423](#)), conforme Memória de Cálculo (ID SEI [0290499](#)) e demais documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa administrativa referente à assinatura anual da plataforma *Figma*, ferramenta de edição gráfica e prototipagem de projetos de *design* baseado principalmente no navegador *web*, com ferramentas *offline* adicionais para aplicações desktop para GNU/Linux, macOS e *Windows*, para utilização pela Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Estado do Tocantins, no valor total de R\$ 764,04 (setecentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos), em favor do servidor APOENA REZENDE DE MENDONÇA, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária específica, consignada no orçamento da unidade da Procuradoria-Geral de Justiça.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas.

Documento assinado eletronicamente por Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça, em 09/01/2024.

DESPACHO N. 006/2024

PROCESSO N.: 19.30.1050.0000520/2023-24

ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE TROFÉUS E PLACAS.

INTERESSADA: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Na forma do art. 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38 da Lei Federal n. 8.666/1993, na Lei Federal n. 10.520/2002, no Decreto Federal n. 7.892/2013, bem como nos Atos PGJ n. 014/2013 e n. 025/2016, e considerando a manifestação favorável proferida no Parecer Jurídico (ID SEI [0290775](#)), oriundo da Assessoria Especial Jurídica desta Instituição, referente ao procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a contratação de empresa especializada na confecção de troféus e placas, destinados ao atendimento das necessidades do Ministério Público do Estado do Tocantins, que ocorreu na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, conforme Pregão Eletrônico n. 047/2023, HOMOLOGO o resultado do dito certame, nos quais foram adjudicadas as propostas das seguintes empresas licitantes vencedoras: ELOART METAIS LTDA. - Itens 1 e 5; MASTER PLACAS LTDA. - Item 2; H DE F PIRES SERVICOS LTDA. - Item 3; e WIRES MARDEM COELHO DE ABREU - Item 4, em conformidade com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico (ID SEI [0290619](#)) e com o Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico (ID SEI [0290621](#)) apresentados pela Comissão Permanente de Licitação. Determino a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas.

Documento assinado eletronicamente por Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça em 09/01/2024.

DESPACHO N. 0007/2024

ASSUNTO: APOIO REMOTO À 26ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
INTERESSADO: KONRAD CESAR RESENDE WIMMER
PROTOCOLO: 07010637363202419

Nos termos da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, do Ato n. 031/2020, que criou o Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça (NAProm) para prestar auxílio remoto às Promotorias de Justiça e órgãos de execução, e considerando as informações consignadas no protocolo em epígrafe, DEFIRO o pedido formulado pelo Promotor de Justiça KONRAD CESAR RESENDE WIMMER para conceder Apoio Remoto à 26ª Promotoria de Justiça da Capital, por 30 (trinta) dias, a partir de 11 de janeiro de 2024.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de janeiro de 2024.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES



Assinado por: DANIELE BRANDAO BOGADO como (danielebogado)

Na data: 11/01/2024 às 19:03:56

SIGN: ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9

URL: <https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar->

[assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9](https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9)

Contatos:

<http://mpto.mp.br/portal/>

63 3216-7600



EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.: 001/2024

PROCESSO N.: 19.30.1563.0001222/2023-50

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: E B ARAUJO COMERCIAL LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais de informática para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins.

VALOR TOTAL: R\$ 20.620,00 (vinte mil seiscentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: 180 dias a partir da data da sua assinatura, nos termos do art. 57, caput, da Lei n. 8.666/1993.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico, de acordo com o disposto no na Lei n. 10.520/02.

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52

ASSINATURA: 10/01/2024

SIGNATÁRIOS: Contratante: ALAYLA MILHOMEM COSTA

Contratada: ELISMAR BARBOSA DE ARAÚJO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.: 002/2024

PROCESSO N.: 19.30.1563.0001223/2023-23

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: R3S TELECOMUNICAÇÕES LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais de informática para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins.

VALOR TOTAL: R\$ 20.320,00 (vinte mil trezentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: 180 dias a partir da data da sua assinatura, nos termos do art. 57, caput, da Lei n. 8.666/1993.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico, de acordo com o disposto no na Lei n. 10.520/02.

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52

ASSINATURA: 09/01/2024

SIGNATÁRIOS: Contratante: ALAYLA MILHOMEM COSTA

Contratada: PATRIC DIEGO CAMPOS ANDRADE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.: 003/2024

PROCESSO N.: 19.30.1563.0001224/2023-93

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: MICROSENS S/A

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais de informática para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins.

VALOR TOTAL: R\$ 23.680,00 (vinte e três mil seiscentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: 180 dias a partir da data da sua assinatura, nos termos do art. 57, caput, da Lei n. 8.666/1993.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico, de acordo com o disposto no na Lei n. 10.520/02.

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52

ASSINATURA: 10/01/2024

SIGNATÁRIOS: Contratante: ALAYLA MILHOMEM COSTA

Contratada: LUCIANO TERCILIO BIZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA



Assinado por: DANIELE BRANDAO BOGADO como (danielebogado)

Na data: 11/01/2024 às 19:03:56

SIGN: ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9

URL: <https://mpto.mp.br//portal/servicos/chechar->

[assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9](https://mpto.mp.br//portal/servicos/chechar-)

Contatos:

<http://mpto.mp.br/portal/>

63 3216-7600



PAUTA DA 183ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

15/01/2024 – 14h

1. Apreciação de atas;
2. Autos SEI n. 19.30.8060.0001059/2023-19 – Requerimento de alteração da Resolução n. 004/2021/CPJ (requerentes: ATMP e ASAMP; vista ao Procurador-Geral de Justiça);
3. Relatórios de correições ordinárias da 1ª, 2ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª PJ de Gurupi, 2ª PJ de Dianópolis, da 3ª, 4ª, 6ª, 11ª e 13ª PJ de Araguaína, da PJ de Natividade e da PJ de Peixe (interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público);
4. Comunicações de instauração, prorrogação e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais
 - 4.1. E-doc n. 07010629257202372 – Instauração de PIC (comunicante: Subprocuradoria-Geral de Justiça);
 - 4.2. E-doc n. 07010629563202317 – Instauração de PIC (comunicante: 3ª PJ de Gurupi);
 - 4.3. E-doc's n. 07010630880202378 e 07010627158202356 – Instauração de PIC's (comunicante: 7ª PJ de Gurupi);
 - 4.4. E-doc n. 07010629879202317 – Instauração de PIC (comunicante: 14ª PJ de Araguaína);
 - 4.5. E-doc's n. 07010629905202391, 07010632135202363, 07010633085202331, 07010633091202399 e 07010634850202331 – Prorrogação de PIC's (comunicante: PJ Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
 - 4.6. E-doc n. 07010632624202315 – Prorrogação de PIC (comunicante: 1ª PJ de Araguaína);
 - 4.7. E-doc n. 07010632486202374 – Prorrogação de PIC (comunicante: 2ª PJ de Araguaína);
 - 4.8. E-doc's n. 07010631389202364 e 07010631358202311 – Prorrogação de PIC's (comunicante: 12ª PJ de Araguaína);
 - 4.9. E-doc n. 07010635336202312 – Prorrogação de PIC (comunicante: 9ª PJ da Capital);
 - 4.10. E-doc n. 07010634318202313 – Prorrogação de PIC (comunicante: 5ª PJ de Porto Nacional);
 - 4.11. E-doc n. 07010628070202351 – Prorrogação de PIC (comunicante: 1ª PJ de Dianópolis);
 - 4.12. E-doc n. 07010630082202346 – Prorrogação de PIC (comunicante: 3ª PJ de Tocantinópolis);
 - 4.13. E-doc's n. 07010627978202348 e 07010627982202314 – Ajuizamento de ações com base em PIC's (comunicante: 7ª PJ de Gurupi);
 - 4.14. E-doc n. 07010633168202321 – Oferecimento de denúncia com base em PIC (comunicante: PJ Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
 - 4.15. E-doc's n. 07010629278202398, 07010629288202323, 07010629291202347, 07010629294202381, 07010629297202314, 07010629298202369, 07010629301202344, 07010629305202322, 07010629308202366, 07010629310202335, 07010629311202381, 07010629312202324 e 07010629315202368 – Remessa de PIC's ao Poder Judiciário (comunicante: 7ª PJ de Gurupi);

- 4.16. E-doc's n. 07010627624202311 e 07010627627202337 – Arquivamento de PIC's (comunicante: PJ de Wanderlândia);
 - 4.17. E-doc n. 07010628176202355 – Arquivamento de PIC (comunicante: 1ª PJ de Cristalândia);
 - 4.18. E-ext n. 2018.0004693 – Arquivamento de PIC (comunicante: 1ª PJ de Tocantinópolis);
 - 4.19. E-ext n. 2021.0009602 – Arquivamento de PIC (comunicante: 2ª PJ de Araguaína); e
5. Outros assuntos.

Palmas-TO, 11 de janeiro de 2024.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CPJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Assinado por: DANIELE BRANDAO BOGADO como (danielebogado)

Na data: 11/01/2024 às 19:03:56

SIGN: ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9

URL: <https://mpto.mp.br/portal/servicos/cheacar->

[assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9](https://mpto.mp.br/portal/servicos/cheacar-assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9)

Contatos:

<http://mpto.mp.br/portal/>

63 3216-7600



PAUTA DA 252ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
16/1/2024 – 9h

1 Apreciação de Atas;

2 Apresentação de minuta de Enunciado que trata da possibilidade de interposição de recurso por noticiante anônimo (Presidente Luciano Cesar Casaroti);

3 E-doc n. 07010629663202335 – Interessada: Promotora de Justiça Isabelle Rocha Valença Figueiredo. Assunto: Encaminha, para referendo do Conselho Superior, Portarias de designação, para fins de obtenção da pontuação prevista no artigo 19, VII, da Resolução CSMP n. 001/2012 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

4 E-doc n. 07010633747202373 – Interessada: Promotora de Justiça Maria Natal de Carvalho Wanderley. Assunto: Encaminha, para referendo do Conselho Superior, Portarias de designação, para fins de obtenção da pontuação prevista no artigo 19, VII, da Resolução CSMP n. 001/2012 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

5 E-doc n. 07010632076202323 – Interessado: Promotor de Justiça Célem Guimarães Guerra Júnior. Assunto: Encaminha, para conhecimento, documentos referentes ao Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos promovido pela ESMAT em convênio com a UFT, de que tratam os Autos CSMP-REQ n. 003/2020 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

6 E-doc n. 07010631088202331 – Interessado: Promotor de Justiça Tarso Rizo Oliveira Ribeiro. Assunto: Requer dilação de prazo, por mais 90 dias, para a apresentação do documento referente ao curso de pós-graduação lato sensu em Gestão e Governança no Ministério Público, de que tratam os Autos Sei n. 19.30.9000.0001108/2021-25 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

7 E-doc n. 07010626328202385 – Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha, para conhecimento, cópia da Portaria de Instauração do Inquérito Civil Público n. 2022.0005597 (Procurador-Geral de Justiça Luciano Cesar Casaroti);

8 E-doc n.07010623543202324 – Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha, para conhecimento, cópia da Portaria de Instauração do Procedimento Administrativo de Controle de Constitucionalidade n. 2023.0010027 (Procurador-Geral de Justiça Luciano Cesar Casaroti);

9 E-doc n. 07010627692202362 – Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha, para conhecimento, cópia da Portaria de Instauração do Procedimento Administrativo de Controle de Constitucionalidade n. 2023.0006288 (Procurador-Geral de Justiça Luciano Cesar Casaroti);

10 E-doc n. 07010629354202365 – Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha, para conhecimento, cópia da Portaria de Instauração do Procedimento Administrativo de Controle de Constitucionalidade n. 2023.0011087 (Procurador-Geral de Justiça Luciano Cesar Casaroti);

11 E-doc n. 07010632658202318 – Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha, para conhecimento, cópia da Portaria de Instauração do Procedimento Administrativo de Controle de Constitucionalidade n. 2023.0007603 (Procurador-Geral de Justiça Luciano Cesar Casaroti);

12 Expedientes de remessa, para conhecimento, de cópias dos relatórios de correições ordinárias:

12.1 E-doc n. 07010626714202377 – Promotoria de Justiça de Wanderlândia (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.2 E-doc n. 07010631147202371 - Promotoria de Justiça de Natividade (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.3 E-doc n.07010633644202311 - 3ª Promotoria de Justiça de Araguaína (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.4 E-doc n. 07010633651202313 - 4ª Promotoria de Justiça de Araguaína (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.5 E-doc n. 07010626716202366 - 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.6 E-dcoc n. 07010634183202396 - 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.7 E-doc n. 07010626718202355 - 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.8 E-doc n. 07010628617202319 – 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.9 E-doc n. 07010628624202311 – 1ª Promotoria de Justiça de Dianópolis (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.10 E-doc n. 07010631149202361 - 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.11 E-doc n. - 07010628628202315 - 3ª Promotoria de Justiça de Gurupi (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.12 E-doc n. 07010628621202387 – 5ª Promotoria de Justiça de Gurupi (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.13 E-doc n. 07010633635202312 - 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.14 E-doc n. 07010633639202317 - 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.15 E-doc n. 07010634174202311 - 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.16 E-doc n.07010634177202339 - 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.17 E-doc n. 07010628626202318 e 07010632121202341 – Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.18 E-doc n. 07010634435202387 - 13ª Promotoria de Justiça de Araguaína (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.19 E-doc n. 07010634496202344 - 2ª Promotoria de Justiça de Gurupi (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.20 E-doc n. 07010634632202312 - Promotoria de Justiça de Peixe (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.21 E-doc n. 07010634441202334 - 1ª Promotoria de Justiça de Gurupi (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.22 E-doc n. 07010634432202343 - 11ª Promotoria de Justiça de Araguaína (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.23 E-doc n. 07010635276202338 - 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.24 E-doc n. 07010635284202384 - 4ª Promotoria de Justiça de Gurupi (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.25 E-doc n. 07010635281202341 - Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.26 E-doc n. 07010635161202343 - Promotoria de Justiça de Itacajá (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.27 E-doc n. 07010635166202376 - Promotoria de Justiça de Goiatins (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

12.28 E-doc n. 07010635172202323 - Promotoria de Justiça de Filadélfia (Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins);

13 Expedientes encaminhando, para ciência, cópias de portarias de instauração de Inquéritos Civis Públicos:

13.1 E-doc n. 07010629940202318 – Inquérito Civil Público n. 2023.0000130 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

13.2 E-doc n. 07010626445202349 – Inquérito Civil Público n. 2023.0001019 (8ª P. J. de Gurupi);

13.3 E-doc n. 07010626443202351 – Inquérito Civil Público n. 2023.0004462 (23ª P. J. da Capital);

13.4 E-doc n. 07010626530202315 – Inquérito Civil Público n. 2022.0010727 (27ª P. J. da Capital);

13.5 E-doc n. 07010626534202395 – Inquérito Civil Público n. 2022.0006708 (6ª P. J. de Araguaína);

13.6 E-doc n. 07010622177202396 – Inquérito Civil Público n. 2023.0005817 (9ª P. J. da Capital);

13.7 E-doc n. 07010621966202318 – Inquérito Civil Público n. 2022.0010142 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

13.8 E-doc n. 07010622481202333 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004078 (P. J. de Wanderlândia);

13.9 E-doc n. 07010622575202311 - Inquérito Civil Público n. 2022.0011241 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

13.10 E-doc n. 07010622578202346 - Inquérito Civil Público n. 2023.0000033 (5ª P. J. de Porto Nacional);

13.11 E-doc n. 07010622601202319 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010225 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

13.12 E-doc n. 07010622582202312 - Inquérito Civil Público n. 2022.0011239 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

13.13 E-doc n. 07010622618202351 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010227 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

- 13.14 E-doc n. 07010622621202373 - Inquérito Civil Público n. 2022.0006860 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 13.15 E-doc n. 07010622627202341 - Inquérito Civil Público n. 2022.0007378 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 13.16 E-doc n. 07010622635202397 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010213 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 13.17 E-doc n. 07010622641202344 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010169 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 13.18 E-doc n. 07010622676202383 - Inquérito Civil Público n. 2022.0000411 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.19 E-doc n. 07010622679202317 - Inquérito Civil Público n. 2022.0000617 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.20 E-doc n. 07010622695202318 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010118 (12ª P. J. de Araguaína);
- 13.21 E-doc n. 07010622917202394 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010226 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 13.22 E-doc n. 07010622922202313 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010228 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 13.23 E-doc n. 07010622926202385 - Inquérito Civil Público n. 2022.0011242 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 13.24 E-doc n. 07010622718202386 - Inquérito Civil Público n. 2023.0011459 (3ª P. J. de Gurupi);
- 13.25 E-doc n. 07010622913202314 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010214 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 13.26 E-doc n. 07010623246202389 - Inquérito Civil Público n. 2023.0011533 (10ª P. J. da Capital);
- 13.27 E-doc n. 07010623191202315 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008331 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 13.28 E-doc n. 07010623113202311 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010327 (24ª P. J. da Capital);
- 13.29 E-doc n.07010623028202344 – Inquérito Civil Público n. 2023.0000328 (5ª P. J. de Porto Nacional);
- 13.30 E-doc n. 07010623415202381 – Inquérito Civil Público n. 2023.0001891 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 13.31 E-doc n. 07010623432202318 – Inquérito Civil Público n. 2022.0004407 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 13.32 E-doc n. 07010623722202361 – Inquérito Civil Público n. 2022.0009703 (5ª P. J. de Araguaína);
- 13.33 E-doc n. 07010623700202318 – Inquérito Civil Público n. 2023.0011433 (7ª P. J. de Gurupi);
- 13.34 E-doc n. 07010624132202356 – Inquérito Civil Público n.2022.0010121 (12ª P. J. de Araguaína);
- 13.35 E-doc n. 07010624177202321 – Inquérito Civil Público n. 2022.0010423 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 13.36 E-doc n. 07010623962202366 – Inquérito Civil Público n. 2023.0003101 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

- 13.37 E-doc n. 07010623961202311 – Inquérito Civil Público n. 2023.0003101 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 13.38 E-doc n. 07010623952202321 – Inquérito Civil Público n. 2022.0003516 (15ª P. J. da Capital);
- 13.39 E-doc n. 07010624352202381 – Inquérito Civil Público n. 2022.0000961 (1ª P. J. de Miranorte);
- 13.40 E-doc n. 07010624349202366 – Inquérito Civil Público n. 2022.0000964 (1ª P. J. de Miranorte);
- 13.41 E-doc n. 07010624373202311 – Inquérito Civil Público n. 2023.0001820 (15ª P. J. da Capital);
- 13.42 E-doc n. 07010624688202342 – Inquérito Civil Público n. 2019.0004945 (P. J. de Formoso do Araguaia);
- 13.43 E-doc n. 07010625794202343 – Inquérito Civil Público n. 2022.0003772 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.44 E-doc n. 07010625653202321 – Inquérito Civil Público n. 2022.0007375 (6ª P. J. de Araguaína);
- 13.45 E-doc n. 07010626273202311 – Inquérito Civil Público n. 2022.0010500 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 13.46 E-doc n. 07010626278202336 – Inquérito Civil Público n. 2022.0011250 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 13.47 E-doc n. 07010626388202314 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003147 (P. J. de Formoso do Araguaia);
- 13.48 E-doc n. 07010626381202386 – Inquérito Civil Público n. 2022.0006580 (P. J. de Formoso do Araguaia);
- 13.49 E-doc n. 07010626999202346 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003964 (P. J. de Formoso do Araguaia);
- 13.50 E-doc n. 07010627427202384 – Inquérito Civil Público n. 2022.0010715 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 13.51 E-doc n. 07010627499202321 – Inquérito Civil Público n. 2022.0008657 (P. J. de Itaguatins);
- 13.52 E-doc n. 07010627489202396 – Inquérito Civil Público n. 2023.0000071 (24ª P. J. da Capital);
- 13.53 E-doc n. 07010627387202371 – Inquérito Civil Público n. 2023.0000966 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 13.54 E-doc n. 07010627645202319 – Inquérito Civil Público n. 2023.0011987 (2ª P. J. de Araguatins);
- 13.55 E-doc n. 07010627801202341 – Inquérito Civil Público n. 2023.0006854 (1ª P. J. de Taguatinga);
- 13.56 E-doc n. 07010627883202324 – Inquérito Civil Público n. 2022.0010776 (P. J. de Itacajá);
- 13.57 E-doc n. 07010628648202371 – Inquérito Civil Público n. 2022.0000887 (28ª P. J. da Capital);
- 13.58 E-doc n. 07010628612202396 – Inquérito Civil Público n. 2022.0007377 (28ª P. J. da Capital);
- 13.59 E-doc n. 07010628334202377 – Inquérito Civil Público n. 2023.0007465 (8ª P. J. de Gurupi);
- 13.60 E-doc n. 07010628283202383 – Inquérito Civil Público n. 2022.0003407 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

- 13.61 E-doc n. 07010628369202314 – Inquérito Civil Público n. 2023.0010992 (9ª P. J. da Capital);
- 13.62 E-doc n. 07010628688202311 – Inquérito Civil Público n. 2022.0003201 (28ª P., J. da Capital);
- 13.63 E-doc n. 07010628364202383 – Inquérito Civil Público n. 2023.0011042 (9ª P. J. da Capital);
- 13.64 E-doc n. 07010625370202389 – Inquérito Civil Público n. 2023.0006859 (9ª P. J. da Capital);
- 13.65 E-doc n. 07010625362202332 – Inquérito Civil Público n. 2022.0007681 (9ª P. J. da Capital);
- 13.66 E-doc n. 07010625234202399 – Inquérito Civil Público n. 2022.0007681 (28ª P. J. da Capital);
- 13.67 E-doc n. 07010625238202377 – Inquérito Civil Público n. 2022.0005876 (28ª P. J. da Capital);
- 13.68 E-doc n. 07010625240202346 – Inquérito Civil Público n. 2022.0005082 (28ª P. J. da Capital);
- 13.69 E-doc n. 07010626699202367 – Inquérito Civil Público n. 2018.0006151 (P. J. de Arapoema);
- 13.70 E-doc n. 07010627990202352 – Inquérito Civil Público n. 2023.0012102 (21ª P. J. da Capital);
- 13.71 E-doc n. 07010628047202367 – Inquérito Civil Público n. 2023.0012110 (21ª P. J. da Capital);
- 13.72 E-doc n. 07010628970202315 – Inquérito Civil Público n. 2020.0006007 (28ª P. J. da Capital);
- 13.73 E-doc n. 07010628964202341 – Inquérito Civil Público n. 2022.0008138 (28ª P. J. da Capital);
- 13.74 E-doc n. 07010628959202339 – Inquérito Civil Público n. 2022.0010891 (28ª P. J. da Capital);
- 13.75 E-doc n. 07010628953202361 – Inquérito Civil Público n. 2022.0002587 (28ª P. J. da Capital);
- 13.76 E-doc n. 07010628950202328 – Inquérito Civil Público n. 2023.0000829 (28ª P. J. da Capital);
- 13.77 E-doc n. 07010628943202326 – Inquérito Civil Público n. 2023.0005874 (28ª P. J. da Capital);
- 13.78 E-doc n. 07010629067202355 – Inquérito Civil Público n. 2022.0009229 (28ª P. J. da Capital);
- 13.79 E-doc n. 07010629077202391 – Inquérito Civil Público n. 2022.0011131 (28ª P. J. da Capital);
- 13.80 E-doc n. 07010629072202368 – Inquérito Civil Público n. 2022.0008108 (28ª P. J. da Capital);
- 13.81 E-doc n. 07010629097202361 – Inquérito Civil Público n. 2023.0012095 (7ª P. J. de Gurupi);
- 13.82 E-doc n. 07010629090202341 – Inquérito Civil Público n. 2023.0011992 (7ª P. J. de Gurupi);
- 13.83 E-doc n. 07010628992202369 – Inquérito Civil Público n. 2022.0002415 (28ª P. J. da Capital);
- 13.84 E-doc n. 07010628996202347 – Inquérito Civil Público n. 2022.0004986 (28ª P. J. da Capital);
- 13.85 E-doc n. 07010629013202391 – Inquérito Civil Público n. 2023.0000424 (23ª P. J. da Capital);
- 13.86 E-doc n. 07010629064202311 – Inquérito Civil Público n. 2022.0010647 (28ª P. J. da Capital);
- 13.87 E-doc n. 07010629063202377 – Inquérito Civil Público n. 2022.0008972 (28ª P. J. da Capital);
- 13.88 E-doc n. 07010629423202331 – Inquérito Civil Público n. 2023.0007584 (8ª P. J. de Gurupi);
- 13.89 E-doc n. 07010624307202325 – Inquérito Civil Público n. 2023.0006742 (1ª P. J. de Arraias);

- 13.90 E-doc n. 07010624312202338 – Inquérito Civil Público n. 2023.0005881 (9ª P. J. de Capital);
- 13.91 E-doc n. 07010624262202399 – Inquérito Civil Público n. 2023.0006828 (8ª P. J. de Gurupi);
- 13.92 E-doc n. 07010624325202315 – Inquérito Civil Público n. 2023.0006468 (9ª P. J. de Capital);
- 13.93 E-doc n. 07010624537202394 – Inquérito Civil Público n. 2022.0007439 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 13.94 E-doc n. 07010624262202399 – Inquérito Civil Público n. 2023.0006828 (8ª P. J. de Gurupi);
- 13.95 E-doc n. 07010625196202374 – Inquérito Civil Público n. 2023.0006847 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 13.96 E-doc n. 07010625882202345 – Inquérito Civil Público n. 2022.0009205 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.97 E-doc n. 07010625919202335 – Inquérito Civil Público n. 2023.0005306 (2ª P. J. de Augustinópolis);
- 13.98 E-doc n. 07010626865202325 – Inquérito Civil Público n. 2022.0008961 (4ª P. J. da Capital);
- 13.99 E-doc n. 07010631557202311 – Inquérito Civil Público n. 2022.0010367 (28ª P. J. da Capital);
- 13.100 E-doc n. 07010631538202395 – Inquérito Civil Público n. 2023.0001239 (28ª P. J. da Capital);
- 13.101 E-doc n. 07010631628202386 – Inquérito Civil Público n. 2022.0006838 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.102 E-doc n. 07010631634202333 - Inquérito Civil Público n. 2023.0000028 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.103 E-doc n. 07010631802202391 - Inquérito Civil Público n. 2022.0011120 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 13.104 E-doc n. 07010633016202328 - Inquérito Civil Público n. 2023.0009877 (7ª P. J. de Gurupi);
- 13.105 E-doc n. 07010633483202358 - Inquérito Civil Público n. 2023.0011649 (6ª P. J. de Gurupi);
- 13.106 E-doc n. 07010633395202356 - Inquérito Civil Público n. 2023.0007840 (8ª P. J. de Gurupi);
- 13.107 E-doc n. 07010633549202318 - Inquérito Civil Público n. 2023.0000286 (12ª P. J. de Araguaína);
- 13.108 E-doc n. 07010633555202367 - Inquérito Civil Público n. 2023.0003604 (12ª P. J. de Araguaína);
- 13.109 E-doc n. 07010631138202381 – Inquérito Civil Público n. 2023.0004178 (23ª P. J. da Capital);
- 13.110 E-doc n. 07010631120202388 – Inquérito Civil Público n. 2022.0008027 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.111 E-doc n. 07010631116202311 – Inquérito Civil Público n. 2022.0007279 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.112 E-doc n. 07010631115202375 – Inquérito Civil Público n. 2022.0005290 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.113 E-doc n. 07010631164202316 – Inquérito Civil Público n. 2023.0000297 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 13.114 E-doc n. 07010630901202355 – Inquérito Civil Público n. 2023.0000428 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 13.115 E-doc n. 07010631383202397 – Inquérito Civil Público n. 2023.0007635 (8ª P. J. de Gurupi);
- 13.116 E-doc n. 07010631381202314 – Inquérito Civil Público n. 2022.0011190 (12ª P. J. de Araguaína);

- 13.117 E-doc n. 07010631375202341 – Inquérito Civil Público n. 2022.0010817 (12ª P. J. de Araguaína);
- 13.118 E-doc n. 07010631370202318 – Inquérito Civil Público n. 2023.0000282 (12ª P. J. de Araguaína);
- 13.119 E-doc n. 07010631364202361 – Inquérito Civil Público n. 2022.0011004 (12ª P. J. de Araguaína);
- 13.120 E-doc n. 07010631487202318 – Inquérito Civil Público n. 2023.0012549 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 13.121 E-doc n. 07010631962202331 – Inquérito Civil Público n. 2023.0007719 (8ª P. J. de Gurupi);
- 13.122 E-doc n. 07010631957202327 – Inquérito Civil Público n. 2023.0011496 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);
- 13.123 E-doc n. 07010632366202377 – Inquérito Civil Público n. 2023.0012663 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 13.124 E-doc n. 07010632360202316 – Inquérito Civil Público n. 2023.0012662 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 13.125 E-doc n. 07010632357202386 – Inquérito Civil Público n. 2023.0012661 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 13.126 E-doc n. 07010632351202317 – Inquérito Civil Público n. 2023.0012660 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 13.127 E-doc n. 07010632167202369 – Inquérito Civil Público n. 2023.0000807 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.128 E-doc n. 07010632161202391 – Inquérito Civil Público n. 2022.0002572 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.129 E-doc n. 07010632163202381 – Inquérito Civil Público n. 2022.0004072 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.130 E-doc n. 07010632192202342 – Inquérito Civil Público n. 2023.0004370 (23ª P. J. da Capital);
- 13.131 E-doc n. 07010632855202329 – Inquérito Civil Público n. 2023.0006643 (P. J. de Ananás);
- 13.132 E-doc n. 07010632694202373 – Inquérito Civil Público n. 2023.0000564 (9ª P. J. da Capital);
- 13.133 E-doc n. 07010633815202311 – Inquérito Civil Público n. 2023.0006420 (P. J. de Goiatins);
- 13.134 E-doc n. 07010633856202391 – Inquérito Civil Público n. 2023.0003511 (9ª P. J. da Capital);
- 13.135 E-doc n. 07010634229202377 – Inquérito Civil Público n. 2023.0003043 (P. J. de Natividade);
- 13.136 E-doc n. 07010634282202378 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004595 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 13.137 E-doc n. 07010634336202311 – Inquérito Civil Público n. 2023.0003604 (12ª P. J. de Araguaína);
- 13.138 E-doc n. 07010634320202392 – Inquérito Civil Público n. 2023.0006510 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);
- 13.139 E-doc n. 07010634491202311 – Inquérito Civil Público n. 2022.0004880 (28ª P. J. da Capital);
- 13.140 E-doc n. 07010634359202318 – Inquérito Civil Público n. 2023.0007364 (P. J. de Natividade);
- 13.141 E-doc n. 07010635252202389 – Inquérito Civil Público n. 2023.0007656 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 13.142 E-doc n. 07010635132202381 – Inquérito Civil Público n. 2023.0001918 (12ª P. J. de Araguaína);
- 13.143 E-doc n. 07010635520202362 – Inquérito Civil Público n. 2023.0000596 (12ª P. J. de Araguaína);

- 14 Expedientes remetendo, para ciência, cópias de portarias de instauração de Procedimentos Preparatórios:
- 14.1 E-doc n. 07010634010202378 - Procedimento Preparatório n. 2023.0007585 (9ª P. J. da Capital);
 - 14.2 E-doc n. 07010627673202336 - Procedimento Preparatório n. 2023.0007357 (5ª P. J. de Porto Nacional);
 - 14.3 E-doc n. 07010627637202372 - Procedimento Preparatório n. 2023.0005995 (2ª P. J. de Dianópolis);
 - 14.4 E-doc n. 07010627546202337 - Procedimento Preparatório n. 2023.0011065 (6ª P. J. de Gurupi);
 - 14.5 E-doc n. 07010622515202391 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006142 (P. J. de Arapoema);
 - 14.6 E-doc n. 07010622525202325 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006901 (P. J. de Arapoema);
 - 14.7 E-doc n. 07010622653202379 - Procedimento Preparatório n. 2023.0005283 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
 - 14.8 E-doc n. 07010622658202318 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006181 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
 - 14.9 E-doc n. 07010621968202315 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006182 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
 - 14.10 E-doc n. 07010621949202372 - Procedimento Preparatório n. 2023.0003229 (6ª P. J. de Araguaína);
 - 14.11 E-doc n. 07010622809202311 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006248 (P. J. de Arapoema);
 - 14.12 E-doc n. 07010622761202341 - Procedimento Preparatório n. 2023.0010068 (12ª P. J. de Araguaína);
 - 14.13 E-doc n. 07010622947202317 - Procedimento Preparatório n. 2023.0008508 (10ª P. J. da Capital);
 - 14.14 E-doc n. 07010622949202391 - Procedimento Preparatório n. 2023.0008566 (10ª P. J. da Capital);
 - 14.15 E-doc n. 07010623196202331 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006635 (1ª P. J. de Cristalândia);
 - 14.16 E-doc n. 07010623075202398 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006597 (1ª P. J. de Cristalândia);
 - 14.17 E-doc n. 07010623045202381 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006752 (27ª P. J. da Capital);
 - 14.18 E-doc n. 07010623300202396 - Procedimento Preparatório n. 2023.0009243 (10ª P. J. da Capital);
 - 14.19 E-doc n. 07010623310202321 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006766 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
 - 14.20 E-doc n. 07010623393202359 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006781 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
 - 14.21 E-doc n. 07010623783202329 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006124 (5ª P. J. de Porto Nacional);
 - 14.22 E-doc n. 07010623922202314 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006783 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

- 14.23 E-doc n. 07010623963202319 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006765 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 14.24 E-doc n. 07010624035202363 - Procedimento Preparatório n. 2023.0009468 (10ª P. J. da Capital);
- 14.25 E-doc n. 07010624027202317 - Procedimento Preparatório n. 2023.0010152 (10ª P. J. da Capital);
- 14.26 E-doc n. 07010624414202353 - Procedimento Preparatório n. 2023.0011599 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 14.27 E-doc n. 07010624843202321 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006872 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 14.28 E-doc n. 07010624837202373 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006928 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 14.29 E-doc n. 07010624858202399 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006912 (2ª P. J. de Porto Nacional);
- 14.30 E-doc n. 07010624687202314 - Procedimento Preparatório n. 2023.0007588 (24ª P. J. da Capital);
- 14.31 E-doc n. 07010626591202374 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006790 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 14.32 E-doc n. 07010626604202313 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006792 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 14.33 E-doc n. 07010626536202384 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004123 (6ª P. J. de Araguaína);
- 14.34 E-doc n. 07010626641202313 - Procedimento Preparatório n. 2023.0010854 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 14.35 E-doc n. 07010626688202387 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006945 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 14.36 E-doc n. 07010627251202361 - Procedimento Preparatório n. 2023.0007286 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 14.37 E-doc n. 07010628720202369 - Procedimento Preparatório n. 2023.0007236 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 14.38 E-doc n. 07010625285202311 – Procedimento Preparatório n. 2023.0010545 (10ª P. J. da Capital);
- 14.39 E-doc n. 07010625226202342 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006886 (27ª P. J. da Capital);
- 14.40 E-doc n. 07010625257202311 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007046 (27ª P. J. da Capital);
- 14.41 E-doc n. 07010629130202353 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007481 (5ª P. J. de Porto Nacional);
- 14.42 E-doc n. 07010629022202381 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007308 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamentos – GAEMA-D);
- 14.43 E-doc n. 07010629045202395 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006914 (28ª P. J. da Capital);
- 14.44 E-doc n. 07010629378202314 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003052 (P. J. de Arapoema);

- 14.45 E-doc n. 07010629375202381 – Procedimento Preparatório n. 2023.0001121 (P. J. de Arapoema);
- 14.46 E-doc n. 07010629372202347 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002585 (P. J. de Arapoema);
- 14.47 E-doc n. 07010629357202315 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002464 (P. J. de Arapoema);
- 14.48 E-doc n. 07010629547202316 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007309 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamentos – GAEMA-D);
- 14.49 E-doc n. 07010629550202331 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007225 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamentos – GAEMA-D);
- 14.50 E-doc n. 07010629729202397 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007519 (P. J. de Arapoema);
- 14.51 E-doc n. 07010624287202392 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006824 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 14.52 E-doc n. 07010624290202314 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006827 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 14.53 E-doc n. 07010624292202311 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006868 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 14.54 E-doc n. 07010625142202317 – Procedimento Preparatório n. 2023.0009560 (28ª P. J. da Capital);
- 14.55 E-doc n. 07010625118202371 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006870 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 14.56 E-doc n. 07010625124202327 – Procedimento Preparatório n. 2023.0010448 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 14.57 E-doc n. 07010625202202393 – Procedimento Preparatório n. 2023.0009741 (28ª P. J. da Capital);
- 14.58 E-doc n. 07010625215202362 – Procedimento Preparatório n. 2023.0005879 (28ª P. J. da Capital);
- 14.59 E-doc n. 07010625204202382 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006048 (28ª P. J. da Capital);
- 14.60 E-doc n. 07010625830202379 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006727 (12ª P. J. de Araguaína);
- 14.61 E-doc n. 07010625904202377 – Procedimento Preparatório n. 2023.0005748 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 14.62 E-doc n. 07010625974202325 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007050 (24ª P. J. da Capital);
- 14.63 E-doc n. 07010628131202381 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006366 (23ª P. J. da Capital);
- 14.64 E-doc n. 07010629790202334 - Procedimento Preparatório n. 2023.0007383 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 14.65 E-doc n. 07010629783202332 - Procedimento Preparatório n. 2023.0006787 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 14.66 E-doc n. 07010629771202316 - Procedimento Preparatório n. 2023.0002460 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 14.67 E-doc n. 07010629766202311 - Procedimento Preparatório n. 2023.0007111 (1ª P. J. de

Cristalândia);

14.68 E-doc n. 07010633074202351 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007378 (5ª P. J. de Araguaína);

14.69 E-doc n. 07010633308202361 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007936 (P. J. de Arapoema);

14.70 E-doc n. 07010633274202312 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006514 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

14.71 E-doc n. 07010633433202371 – Procedimento Preparatório n. 2023.0012780 (6ª P. J. de Gurupi);

14.72 E-doc n. 07010633330202319 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007345 (9ª P. J. da Capital);

14.73 E-doc n. 07010633744202331 - Procedimento Preparatório n. 2021.0007487 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

14.74 E-doc n. 07010633715202378 - Procedimento Preparatório n. 2023.0007758 (P. J. de Wanderlândia);

14.75 E-doc n. 07010633541202343 - Procedimento Preparatório n. 2022.0005108 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

14.76 E-doc n. 07010633530202363 - Procedimento Preparatório n. 2023.0007763 (1ª P. J. de Cristalândia);

14.77 E-doc n. 07010631134202318 – Procedimento Preparatório n. 2023.0005791 (14ª P. J. de Araguaína);

14.78 E-doc n. 07010631122202377 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007527 (P. J. de Wanderlândia);

14.79 E-doc n. 07010631103202341 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006165 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

14.80 E-doc n. 07010631198202319 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003500 (6ª P. J. de Araguaína);

14.81 E-doc n. 07010630967202345 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006319 (P. J. de Arapoema);

14.82 E-doc n. 07010631253202354 – Procedimento Preparatório n. 2023.0011512 (10ª P. J. da Capital);

14.83 E-doc n. 07010631235202372 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007069 (12ª P. J. de Araguaína);

14.84 E-doc n. 07010630977202381 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006250 (P. J. de Arapoema);

14.85 E-doc n. 07010630848202392 – Procedimento Preparatório n. 2022.0003112 (P. J. de Arapoema);

14.86 E-doc n. 07010631332202365 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007213 (12ª P. J. de Araguaína);

14.87 E-doc n. 07010632174202361 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006376 (14ª P. J. de Araguaína);

14.88 E-doc n. 07010632171202327 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007318 (14ª P. J. de

Araguaína);

14.89 E-doc n. 07010632197202375 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007729 (23ª P. J. da Capital);

14.90 E-doc n. 07010632708202359 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007477 (9ª P. J. da Capital);

14.91 E-doc n. 07010632983202372 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007819 (24ª P. J. da Capital);

14.92 E-doc n. 07010633945202337 – Procedimento Preparatório n. 2023.0005670 (14ª P. J. de Araguaína);

14.93 E-doc n. 07010633930202379 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008000 (14ª P. J. de Araguaína);

14.94 E-doc n. 07010633914202386 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007756 (15ª P. J. da Capital);

14.95 E-doc n. 07010633853202357 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007470 (9ª P. J. da Capital);

14.96 E-doc n. 07010634232202391 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008459 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

14.97 E-doc n. 07010634316202324 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007991 (5ª P. J. de Porto Nacional);

14.98 E-doc n. 07010634363202378 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007723 (P. J. de Natividade);

14.99 E-doc n. 07010635128202313 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008267 (12ª P. J. de Araguaína);

14.100 E-doc n. 07010635314202352 – Procedimento Preparatório n. 2023.0005818 (14ª P. J. de Araguaína);

14.101 E-doc n. 07010635529202373 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008149 (12ª P. J. de Araguaína);

14.102 E-doc n. 07010635525202395 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007906 (12ª P. J. de Araguaína);

14.103 E-doc n. 07010634877202323 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006620 (2ª P. J. de Dianópolis);

14.104 E-doc n. 07010634872202317 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006618 (2ª P. J. de Dianópolis);

14.105 E-doc n. 07010634772202374 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008070 (23ª P. J. da Capital);

14.106 E-doc n. 07010636132202315 – Procedimento Preparatório n. 2023.0013084 (P. J. de Plantão da 8ª Regional);

15 Expedientes enviando, para ciência, cópias de portarias de instauração de Procedimentos Administrativos:

15.1 E-doc n. 07010629844202361 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007941 (9ª P. J. de Araguaína);

15.2 E-doc n. 07010627683202371 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007135 (P. J. de Wanderlândia);

- 15.3 E-doc n. 07010627524202377 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007110 (9ª P. J. de Gurupi);
- 15.4 E-doc n. 07010626625202321 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006821 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 15.5 E-doc n. 07010622122202386 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011396 (23ª P. J. da Capital);
- 15.6 E-doc n. 07010622126202364 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011397 (23ª P. J. da Capital);
- 15.7 E-doc n. 07010622339202396 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004967 (1ª P. J. de Taguatinga);
- 15.8 E-doc n. 07010622610202393 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011431 (15ª P. J. da Capital);
- 15.9 E-doc n. 07010622819202357 - Procedimento Administrativo n. 2023.0006539 (1ª P. J. de Miranorte);
- 15.10 E-doc n. 07010622975202318 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011513 (1ª P. J. de Arraias);
- 15.11 E-doc n. 07010622698202343 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011451 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.12 E-doc n. 07010622701202329 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011452 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.13 E-doc n. 07010622704202362 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011453 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.14 E-doc n. 07010622743202361 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011471 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.15 E-doc n. 07010622740202326 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011470 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.16 E-doc n. 07010622737202311 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011468 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.17 E-doc n. 07010622735202313 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011467 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.18 E-doc n. 07010622733202324 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011466 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.19 E-doc n. 07010622731202335 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011465 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.20 E-doc n. 07010622728202311 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011464 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.21 E-doc n. 07010622726202322 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011463 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.22 E-doc n. 07010622724202333 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011462 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.23 E-doc n. 07010622722202344 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011461 (1ª P. J. de Araguaína);

15.24 E-doc n. 07010622720202355 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011460 (1ª P. J. de Araguaína);

15.25 E-doc n. 07010622749202337 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011474 (1ª P. J. de Araguaína);

15.26 E-doc n. 07010622747202348 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011473 (1ª P. J. de Araguaína);

15.27 E-doc n. 07010622744202312 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011472 (1ª P. J. de Araguaína);

15.28 E-doc n. 07010622753202311 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011477 (1ª P. J. de Araguaína);

15.29 E-doc n. 07010622751202314 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011475 (1ª P. J. de Araguaína);

15.30 E-doc n. 07010622716202397 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011458 (1ª P. J. de Araguaína);

15.31 E-doc n. 07010622714202314 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011457 (1ª P. J. de Araguaína);

15.32 E-doc n. 07010622710202311 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011456 (1ª P. J. de Araguaína);

15.33 E-doc n. 07010622706202351 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011455 (1ª P. J. de Araguaína);

15.34 E-doc n. 07010622254202316 - Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições n. 2023.0006565 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);

15.35 E-doc n. 07010623270202318 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0006778 (5ª P. J. de Porto Nacional);

15.36 E-doc n. 07010623429202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011557 (14ª P. J. de Araguaína);

15.37 E-doc n. 07010623738202374 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011345 (6ª P. J. de Gurupi);

15.38 E-doc n. 07010623706202379 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011522 (6ª P. J. de Gurupi);

15.39 E-doc n. 07010623597202391 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011577 (23ª P. J. da Capital);

15.40 E-doc n. 07010623711202381 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011346 (6ª P. J. de Gurupi);

15.41 E-doc n. 07010623593202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011576 (23ª P. J. da Capital);

15.42 E-doc n. 07010623605202314 - Procedimento Administrativo de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis n. 2023.0006729 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.43 E-doc n. 07010623577202319 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011574 (23ª P. J. da Capital);

15.44 E-doc n. 07010623565202394 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011570 (23ª P. J. da Capital);

- 15.45 E-doc n. 07010623568202328 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011571 (23ª P. J. da Capital);
- 15.46 E-doc n. 07010623582202321 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011575 (23ª P. J. da Capital);
- 15.47 E-doc n. 07010623817202385 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005212 (2ª P. J. de Augustinópolis);
- 15.48 E-doc n. 07010623878202342 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011605 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.49 E-doc n. 07010623874202364 - Procedimento Administrativo n. 2023.0006723 (P. J. de Araguaçu);
- 15.50 E-doc n. 07010623950202331 - Procedimento Administrativo n. 2023.0006650 (15ª P. J. da Capital);
- 15.51 E-doc n. 07010623954202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007479 (15ª P. J. da Capital);
- 15.52 E-doc n. 07010624056202389 - Procedimento Administrativo de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis n. 2023.0010333 (2ª P. J. de Colméia);
- 15.53 E-doc n. 07010623942202395 - Procedimento Administrativo n. 2023.0006662 (5ª P. J. de Araguaína);
- 15.54 E-doc n. 07010624705202341 - Procedimento Administrativo de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis n. 2023.0006875 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.55 E-doc n. 07010624751202341 - Procedimento Administrativo de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis n. 2023.0011672 (2ª P. J. de Guaraí);
- 15.56 E-doc n. 07010624765202364 - Procedimento Administrativo n. 2023.0010681 (2ª P. J. de Colméia);
- 15.57 E-doc n. 07010624905202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0010590 (19ª P. J. da Capital);
- 15.58 E-doc n. 07010624907202393 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007539 (19ª P. J. da Capital);
- 15.59 E-doc n. 07010624822202313 - Procedimento Administrativo n. 2023.0006825 (P. J. de Filadélfia);
- 15.60 E-doc n. 07010625549202336 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010724 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 15.61 E-doc n. 07010625584202355 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000037 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 15.62 E-doc n. 07010625705202369 - Procedimento Administrativo n. 2023.0006887 (19ª P. J. da Capital);
- 15.63 E-doc n. 07010625762202348 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007026 (9ª P. J. de Araguaína);
- 15.64 E-doc n. 07010625833202311 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011820 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.65 E-doc n. 07010625835202318 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011821 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.66 E-doc n. 07010625838202335 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011822 (1ª P. J. de Araguaína);
- 15.67 E-doc n. 07010625841202359 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a

Inquérito Civil n. 2023.0011823 (1ª P. J. de Araguaína);

15.68 E-doc n. 07010626133202335 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003821 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

15.69 E-doc n. 07010626332202343 - Procedimento Administrativo n. 2023.0006939 (P. J. de Wanderlândia);

15.70 E-doc n. 07010626454202331 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004906 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

15.71 E-doc n. 07010626573202392 - Procedimento Administrativo n. 2023.0010762 (19ª P. J. da Capital);

15.72 E-doc n. 07010626599202331 - Procedimento Administrativo n. 2023.0010964 (19ª P. J. da Capital);

15.73 E-doc n. 07010626610202362 - Procedimento Administrativo n. 2023.0010877 (19ª P. J. da Capital);

15.74 E-doc n. 07010626511202381 - Procedimento Administrativo n. 2023.0010735 (15ª P. J. da Capital);

15.75 E-doc n. 07010627036202361 - Procedimento Administrativo n. 202.0007577 (19ª P. J. da Capital);

15.76 E-doc n. 07010627034202371 - Procedimento Administrativo n. 2023.0006968 (19ª P. J. da Capital);

15.77 E-doc n. 07010627029202368 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007659 (19ª P. J. da Capital);

15.78 E-doc n. 07010627031202337 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007466 (19ª P. J. da Capital);

15.79 E-doc n. 07010627027202379 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007604 (19ª P. J. da Capital);

15.80 E-doc n. 07010627025202381 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007415 (19ª P. J. da Capital);

15.81 E-doc n. 07010627163202369 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007060 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.82 E-doc n. 07010627195202364 - Procedimento Administrativo n. 2023.0012002 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

15.83 E-doc n. 07010627233202389 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009458 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

15.84 E-doc n. 07010627337202393 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000472 (10ª P. J. da Capital);

15.85 E-doc n. 07010628766202388 - Procedimento Administrativo n. 2023.0006329 (6ª P. J. de Porto Nacional);

15.86 E-doc n. 07010628406202386 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007355 (P. J. de Alvorada);

15.87 E-doc n. 07010628338202355 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005792 (14ª P. J. de Araguaína);

15.88 E-doc n. 07010628205202389 - Procedimento Administrativo n. 2023.0012142 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.89 E-doc n. 07010628202202345 - Procedimento Administrativo n. 2023.0012141 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.90 E-doc n. 07010628201202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0012140 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

do Tocantins);

15.91 E-doc n. 07010628822202384 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007317 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.92 E-doc n. 07010625296202317 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006795 (21ª P. J. da Capital);

15.93 E-doc n. 07010625295202356 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006797 (21ª P. J. da Capital);

15.94 E-doc n. 07010625293202367 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006909 (21ª P. J. da Capital);

15.95 E-doc n. 07010626205202344 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006083 (5ª P. J. de Araguaína);

15.96 E-doc n. 07010626227202312 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006944 (P. J. de Araguaçu);

15.97 E-doc n. 07010626197202336 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006331 (6ª P. J. de Porto Nacional);

15.98 E-doc n. 07010626194202319 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006826 (5ª P. J. de Araguaína);

15.99 E-doc n. 07010626179202354 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006965 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.100 E-doc n. 07010626148202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006139 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.101 E-doc n. 07010626789202358 – Procedimento Administrativo n. 2023.0002108 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

15.102 E-doc n. 07010627966202313 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012094 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.103 E-doc n. 07010628169202353 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012138 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.104 E-doc n. 07010628167202364 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012137 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.105 E-doc n. 07010628165202375 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012136 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.106 E-doc n. 07010628163202386 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012135 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.107 E-doc n. 07010628161202397 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012134 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.108 E-doc n. 07010628159202318 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012132 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.109 E-doc n. 07010628156202384 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012131 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

do Tocantins);

15.110 E-doc n. 07010628152202312 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012129 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.111 E-doc n. 07010628154202395 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012130 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.112 E-doc n. 07010628151202351 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012128 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.113 E-doc n. 07010628148202338 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012127 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.114 E-doc n. 07010628146202349 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012126 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.115 E-doc n. 07010628142202361 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012124 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.116 E-doc n. 07010628143202313 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012125 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.117 E-doc n. 07010628138202319 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012123 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.118 E-doc n. 07010628135202369 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012122 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.119 E-doc n. 07010627993202396 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006007 (P. J. de Formoso do Araguaia);

15.120 E-doc n. 07010628938202313 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007053 (P. J. de Xambioá);

15.121 E-doc n. 07010629137202375 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007330 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.122 E-doc n. 07010629094202328 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011206 (9ª P. J. de Araguaína);

15.123 E-doc n. 07010628988202317 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007409 (4ª P. J. de Porto Nacional);

15.124 E-doc n. 07010629205202312 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006954 (5ª P. J. de Araguaína);

15.125 E-doc n. 07010629202202362 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006952 (5ª P. J. de Araguaína);

15.126 E-doc n. 07010629199202387 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006926 (5ª P. J. de Araguaína);

15.127 E-doc n. 07010629185202363 – Procedimento Administrativo n. 2023.0000420 (P. J. de Arapoema);

15.128 E-doc n. 07010629183202374 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003245 (P. J. de

Arapoema);

15.129 E-doc n. 07010629243202359 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012218 (P. J. de Wanderlândia);

15.130 E-doc n. 07010629254202339 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011439 (19ª P. J. da Capital);

15.131 E-doc n. 07010629250202351 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007627 (19ª P. J. da Capital);

15.132 E-doc n. 07010629248202381 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012219 (P. J. de Wanderlândia);

15.133 E-doc n. 07010629246202392 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011559 (19ª P. J. da Capital);

15.134 E-doc n. 07010629386202361 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012224 (5ª P. J. de Araguaína);

15.135 E-doc n. 07010629501202313 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011318 (6ª P. J. de Gurupi);

15.136 E-doc n. 07010629493202399 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011430 (6ª P. J. de Gurupi);

15.137 E-doc n. 07010629617202336 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011620 (19ª P. J. da Capital);

15.138 E-doc n. 07010629727202314 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004097 (P. J. de Arapoema);

15.139 E-doc n. 07010629686202341 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012271 (19ª P. J. da Capital);

15.140 E-doc n. 07010625013202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007505 (11ª P. J. de Araguaína);

15.141 E-doc n. 07010625169202318 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011749 (6ª P. J. de Gurupi);

15.142 E-doc n. 07010625163202324 – Procedimento Administrativo n. 2023.0010648 (6ª P. J. de Gurupi);

15.143 E-doc n. 07010625147202331 – Procedimento Administrativo n. 2022.0003547 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

15.144 E-doc n. 07010624583202393 – Procedimento Administrativo de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis n. 2023.0011675 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

15.145 E-doc n. 07010625212202329 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006933 (7ª P. J. de Porto Nacional);

15.146 E-doc n. 07010625931202341 – Procedimento Administrativo de Outras Atividades não sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011834 (1ª P. J. de Araguaína);

15.147 E-doc n. 07010625933202339 – Procedimento Administrativo de Outras Atividades não sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011835 (1ª P. J. de Araguaína);

15.148 E-doc n. 07010625935202328 – Procedimento Administrativo de Outras Atividades não sujeitas a

Inquérito Civil n. 2023.0011836 (1ª P. J. de Araguaína);

15.149 E-doc n. 07010625937202317 – Procedimento Administrativo de Outras Atividades não sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011837 (1ª P. J. de Araguaína);

15.150 E-doc n. 07010625940202331 – Procedimento Administrativo de Outras Atividades não sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011838 (1ª P. J. de Araguaína);

15.151 E-doc n. 07010625942202321 – Procedimento Administrativo de Outras Atividades não sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0011839 (1ª P. J. de Araguaína);

15.152 E-doc n. 07010626112202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003921 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

15.153 E-doc n. 07010626934202317 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011050 (19ª P. J. da Capital);

15.154 E-doc n. 07010626937202334 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007188 (19ª P. J. da Capital);

15.155 E-doc n. 07010626905202339 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007155 (19ª P. J. da Capital);

15.156 E-doc n. 07010626928202343 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007168 (9ª P. J. de Araguaína);

15.157 E-doc n. 07010626962202318 – Procedimento Administrativo n. 2023.0010918 (9ª P. J. de Araguaína);

15.158 E-doc n. 07010626975202397 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006956 (4ª P. J. de Porto Nacional);

15.159 E-doc n. 07010626977202386 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011117 (19ª P. J. da Capital);

15.160 E-doc n. 07010626982202399 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007367 (19ª P. J. da Capital);

15.161 E-doc n. 07010626986202377 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011199 (19ª P. J. da Capital);

15.162 E-doc n. 07010626989202319 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011072 (19ª P. J. da Capital);

15.163 E-doc n. 07010626991202381 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007333 (19ª P. J. da Capital);

15.164 E-doc n. 07010626952202382 – Procedimento Administrativo n. 2023.0010877 (9ª P. J. de Araguaína);

15.165 E-doc n. 07010631595202374 - Procedimento Administrativo n. 2023.0006199 (21ª P. J. da Capital);

15.166 E-doc n. 07010631545202397 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011313 (15ª P. J. da Capital);

- 15.167 E-doc n. 07010631737202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007044 (P. J. de Araguaçu);
- 15.168 E-doc n. 07010631665202394 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011698 (19ª P. J. da Capital);
- 15.169 E-doc n. 07010631706202342 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011849 (19ª P. J. da Capital);
- 15.170 E-doc n. 07010631693202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007602 (19ª P. J. da Capital);
- 15.171 E-doc n. 07010631668202328 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011706 (19ª P. J. da Capital);
- 15.172 E-doc n. 07010631671202341 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007765 (19ª P. J. da Capital);
- 15.173 E-doc n. 07010631697202391 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007676 (19ª P. J. da Capital);
- 15.174 E-doc n. 07010631601202393 - Procedimento Administrativo de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis n. 2023.0010797 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.175 E-doc n. 07010633049202378 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011540 (15ª P. J. da Capital);
- 15.176 E-doc n. 07010633458202374 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011543 (6ª P. J. de Gurupi);
- 15.177 E-doc n. 07010633472202378 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007661 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 15.178 E-doc n. 07010633403202364 - Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas n. 2023.0007877 (15ª P. J. da Capital);
- 15.179 E-doc n. 07010633686202344 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007384(P. J. de Arapoema);
- 15.180 E-doc n. 07010633729202391 - Procedimento Administrativo n. 2023.0008084 (19ª P. J. da Capital);
- 15.181 E-doc n. 07010633727202319 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011970 (19ª P. J. da Capital);
- 15.182 E-doc n. 07010633725202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0011967 (19ª P. J. da Capital);
- 15.183 E-doc n. 07010633723202314 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007932 (19ª P. J. da Capital);
- 15.184 E-doc n. 07010633722202371 - Procedimento Administrativo n. 2023.0008069 (19ª P. J. da Capital);
- 15.185 E-doc n. 07010633763202366 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002860 (5ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 15.186 E-doc n. 07010633655202393 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004110 (28ª P. J. da Capital);

15.187 E-doc n. 07010633633202323 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007715 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.188 E-doc n. 07010633630202391 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007614 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.189 E-doc n. 07010634616202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0012258 (19ª P. J. da Capital);

15.190 E-doc n. 07010634609202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0012015 (19ª P. J. da Capital);

15.191 E-doc n. 07010634611202381 - Procedimento Administrativo n. 2023.0008188 (19ª P. J. da Capital);

15.192 E-doc n. 07010634613202371 - Procedimento Administrativo n. 2023.0012246 (19ª P. J. da Capital);

15.193 E-doc n. 07010634563202321 - Procedimento Administrativo n. 2023.0007909 (4ª P. J. de Porto Nacional);

15.194 E-doc n. 07010634596202371 - Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas n. 2023.0012928 (9ª P. J. de Gurupi);

15.195 E-doc n. 07010631067202315 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012469 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.196 E-doc n. 07010631214202357 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007545 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.197 E-doc n. 07010631210202379 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007546 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.198 E-doc n. 07010631002202371 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012453 (6ª P. J. de Gurupi);

15.199 E-doc n. 07010630995202362 – Procedimento Administrativo n. 2023.0001721 (P. J. de Natividade);

15.200 E-doc n. 07010630974202347 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012448 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.201 E-doc n. 07010630971202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012446 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.202 E-doc n. 07010631921202343 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007079A (Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública – GAESP);

15.203 E-doc n. 07010632024202357 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012463 (P. J. de Palmeirópolis);

15.204 E-doc n. 07010631899202331 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012465 (P. J. de Palmeirópolis);

15.205 E-doc n. 07010631896202314 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012464 (P. J. de Palmeirópolis);

15.206 E-doc n. 07010631967202362 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012586 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

15.207 E-doc n. 07010631943202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006497 (2ª P. J. de Dianópolis);

15.208 E-doc n. 07010632339202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007741 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

15.209 E-doc n. 07010632169202358 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007343 (14ª P. J. de Araguaína);

15.210 E-doc n. 07010632947202317 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007982 (10ª P. J. da Capital);

15.211 E-doc n. 07010632935202384 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007640 (4ª P. J. de Porto Nacional);

15.212 E-doc n. 07010632930202351 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007413 (4ª P. J. de Porto Nacional);

15.213 E-doc n. 07010632928202382 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007412 (4ª P. J. de Porto Nacional);

15.214 E-doc n. 07010632970202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012610 (P. J. de Palmeirópolis);

15.215 E-doc n. 07010632791202366 – Procedimento Administrativo n. 2023.0005964 (P. J. de Itaguatins);

15.216 E-doc n. 07010632520202319 – Procedimento Administrativo n.2022.0007120 (P. J. de Palmeirópolis);

15.217 E-doc n. 07010632620202337 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007492 (9ª P. J. da Araguaína);

15.218 E-doc n. 07010632618202368 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007494 (9ª P. J. da Araguaína);

15.219 E-doc n. 07010632616202379 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011404 (9ª P. J. da Araguaína);

15.220 E-doc n. 07010632595202391 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007431 (1ª P. J. de Taguatinga);

15.221 E-doc n. 07010633878202351 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012007 (6ª P. J. de Gurupi);

15.222 E-doc n. 07010633925202366 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007767 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.223 E-doc n. 07010633774202346 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012820 (3ª P. J. de Gurupi);

15.224 E-doc n. 07010633882202319 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012008 (6ª P. J. de Gurupi);

15.225 E-doc n. 07010633876202361 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007726 (7ª P. J. da Araguaína);

15.226 E-doc n. 07010634236202379 – Procedimento Administrativo n. 2023.0010872 (P. J. de Natividade);

15.227 E-doc n. 07010634523202389 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007879 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.228 E-doc n. 07010634558202318 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012922 (5ª P. J. de Porto Nacional);

15.229 E-doc n. 07010634044202362 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007418 (2ª P. J. de Colméia);

15.230 E-doc n. 07010634190202398 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012876 (P. J. de Natividade);

15.231 E-doc n. 07010634364202312 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011259 (P. J. de Natividade);

15.232 E-doc n. 07010635432202361 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011965 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.233 E-doc n. 07010635421202381 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007750 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.234 E-doc n. 07010635423202371 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007856 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.235 E-doc n. 07010635424202314 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007867 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.236 E-doc n. 07010630829202366 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006143 (P. J. de Arapoema);

15.237 E-doc n. 07010630834202379 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006140 (P. J. de Arapoema);

15.238 E-doc n. 07010630832202381 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006141 (P. J. de Arapoema);

15.239 E-doc n. 07010630839202318 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006321 (P. J. de Arapoema);

15.240 E-doc n. 07010630843202361 – Procedimento Administrativo n. 2022.0003690 (P. J. de Arapoema);

15.241 E-doc n. 07010630841202371 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006012 (P. J. de Arapoema);

15.242 E-doc n. 07010630964202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012445 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.243 E-doc n. 07010631013202351 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012458 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.244 E-doc n. 07010635470202313 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007619 (7ª P. J. de Porto

Nacional);

15.245 E-doc n. 07010635541202388 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007730 (5ª P. J. de Araguaína);

15.246 E-doc n. 07010635750202321 – Procedimento Administrativo n. 2018.0004117 (2ª P. J. de Dianópolis);

15.247 E-doc n. 07010634885202371 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006993 (2ª P. J. de Dianópolis);

15.248 E-doc n. 07010634883202381 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006987 (2ª P. J. de Dianópolis);

15.249 E-doc n. 07010634881202391 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006622 (2ª P. J. de Dianópolis);

15.250 E-doc n. 07010634874202391 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006619 (2ª P. J. de Dianópolis);

15.251 E-doc n. 07010634879202312 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006621 (2ª P. J. de Dianópolis);

15.252 E-doc n. 07010634838202326 – Procedimento Administrativo n. 2023.0008025 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.253 E-doc n. 07010634975202361 – Procedimento Administrativo n. 2023.0012791 (2ª P. J. de Guaraí);

16 Expedientes de remessa, para ciência, informando Judicialização de Ações em Procedimentos Extrajudiciais:

16.1 E-doc n. 07010624898202331 – Procedimento Administrativo n. 2023.0010094 (6ª P. J. de Gurupi);

16.2 E-doc n. 07010627552202394 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008271 (9ª P. J. de Araguaína);

16.3 E-doc n. 07010627504202312 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003803 (9ª P. J. de Araguaína);

16.4 E-doc n. 07010627929202313 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004093 (9ª P. J. de Araguaína);

16.5 E-doc n. 07010626833202321 – Procedimento Administrativo n. 2021.0007078 (9ª P. J. de Araguaína);

16.6 E-doc n. 07010629125202341 – Inquérito Civil Público n. 2017.0001809 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

16.7 E-doc n. 07010625003202385 – Inquérito Civil Público n. 2021.0005027 (P. J. de Formoso do Araguaia);

16.8 E-doc n. 07010628014202317 – Procedimento Administrativo n. 2021.0005906 (9ª P. J. de Araguaína);

16.9 E-doc n. 07010633880202321 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003656 (6ª P. J. de Gurupi);

- 16.10 E-doc n. 07010633868202315 – Procedimento Administrativo n. 2023.0007686 (6ª P. J. de Gurupi);
- 17 Expedientes de remessa, para ciência, de cópias das Promoções de Arquivamentos de Procedimentos Extrajudiciais com determinação de remessa dos autos ao CSMP:
- 17.1 E-doc n. 07010622944202367 – Procedimento Preparatório n. 2023.0005015 (10ª P. J. da Capital);
- 17.2 E-doc n. 07010622956202391 – Procedimento Preparatório n. 2023.0000869 (10ª P. J. da Capital);
- 17.3 E-doc n. 07010623253202381 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010141 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 17.4 E-doc n. 07010623401202367 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008944 (10ª P. J. da Capital);
- 17.5 E-doc n. 07010623410202358 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003117 (P. J. de Xambioá);
- 17.6 E-doc n. 07010623916202367 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006846 (10ª P. J. da Capital);
- 17.7 E-doc n. 07010626152202361 – Inquérito Civil Público n. 2020.0007105 (1ª P. J. de Pedro Afonso);
- 17.8 E-doc n. 07010626458202318 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002529 (10ª P. J. da Capital);
- 17.9 E-doc n. 07010627254202311 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006482 (P. J. de Itacajá);
- 17.10 E-doc n. 07010627471202394 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005531 (2ª P. J. de Dianópolis);
- 17.11 E-doc n. 07010627659202332 – Inquérito Civil Público n. 2023.0009916 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 17.12 E-doc n. 07010628514202359 – Procedimento Preparatório Eleitoral n. 2022.0007576 (35ª Zona Eleitoral – P. J. de Novo Acordo);
- 17.13 E-doc n. 07010625353202341 – Inquérito Civil Público n. 2017.0000428 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);
- 17.14 E-doc n. 07010628341202379 – Procedimento Preparatório n. 2021.0000892 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 17.15 E-doc n. 07010628963202313 – Inquérito Civil Público n. 2021.0002803 (P. J. de Xambioá);
- 17.16 E-doc n. 07010622462202315 – Inquérito Civil Público n. 2022.0000680 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 17.17 E-doc n. 07010624322202373 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003546 (21ª P. J. da Capital);
- 17.18 E-doc n. 07010624998202367 – Inquérito Civil Público n. 2021.0005844 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 17.19 E-doc n. 07010633221202393 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003339 (P. J. de Ananás);
- 17.20 E-doc n. 07010633229202351 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004713 (P. J. de Ananás);
- 17.21 E-doc n. 07010631291202315 – Inquérito Civil Público n. 2020.0003918 (6ª P. J. de Araguaína);
- 17.22 E-doc n. 07010630906202388 – Inquérito Civil Público n. 2019.0001471 (P. J. de Arapoema);
- 17.23 E-doc n. 07010632047202361 – Inquérito Civil Público n. 2021.0007173 (P. J. de Goiatins);

- 17.24 E-doc n. 07010631844202321 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007613 (10ª P. J. da Capital);
- 17.25 E-doc n. 07010632165202371 – Procedimento Preparatório n. 2022.0011018 (P. J. da Wanderlândia);
- 17.26 E-doc n. 07010632847202382 – Inquérito Civil Público n. 2020.0001341 (P. J. de Ananás);
- 17.27 E-doc n. 07010632842202351 – Inquérito Civil Público n. 2020.0007217 (P. J. de Ananás);
- 17.28 E-doc n. 07010632838202391 – Inquérito Civil Público n. 2021.0001237 (P. J. de Ananás);
- 17.29 E-doc n. 07010632826202367 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003175 (P. J. de Ananás);
- 17.30 E-doc n. 07010632531202391 – Procedimento Preparatório n. 2023.0005122 (P. J. da Wanderlândia);
- 17.31 E-doc n. 07010633985202389 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006366 (2ª P. J. de Colméia);
- 17.32 E-doc n. 07010635409202376 – Inquérito Civil Público n. 2019.0001247 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 17.33 E-doc n. 07010632598202325 – Inquérito Civil Público n. 2023.0012549 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 17.34 E-doc n. 07010635426202311 – Inquérito Civil Público n. 2019.0005248 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 17.35 E-doc n. 07010634750202312 – Inquérito Civil Público n. 2018.0008504 (12ª P. J. de Araguaína);
- 17.36 E-doc n. 07010634908202346 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002839 (14ª P. J. de Araguaína);
- 17.37 E-doc n. 07010634869202387 – Procedimento Preparatório n. 2023.0000150 (2ª P. J. de Dianópolis);
- 18 Expedientes de remessa, para ciência, de cópias das Promoções de Arquivamentos de Procedimentos Extrajudiciais:
- 18.1 E-doc n. 07010634321202337 - Procedimento Administrativo n. 2020.0003785 (P. J. de Ponte Alta);
- 18.2 E-doc n. 07010634483202375 - Procedimento Administrativo n. 2023.0006656 (9ª P. J. de Gurupi);
- 18.3 E-doc n. 07010634555202384 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006903 (Centro de Apoio Operacional da Saúde - CAOSaúde);
- 18.4 E-doc n. 07010634161202326 - Notícia de Fato n. 2023.0011526 (2ª P. J. de Colméia);
- 18.5 E-doc n. 07010634253202314 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008082 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 18.6 E-doc n. 07010633759202314 - Notícia de Fato n. 2023.0007788 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.7 E-doc n. 07010633233202318 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002716 (P. J. de Ananás);
- 18.8 E-doc n. 07010633316202315 - Procedimento Administrativo n. 2020.0007070 (30ª P. J. da Capital);
- 18.9 E-doc n. 07010633313202373 - Procedimento Administrativo n. 2020.0006183 (30ª P. J. da Capital);
- 18.10 E-doc n. 07010633467202365 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003096 (2ª P. J. de Guaraí);

18.11 E-doc n. 07010633623202398 - Procedimento Administrativo n. 2019.0000113 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

18.12 E-doc n. 07010629765202351 – Procedimento Administrativo n. 2023.0001427 (7ª P. J. de Porto Nacional);

18.13 E-doc n. 07010628804202319 – Notícia de Fato n. 2023.0011775 (19ª P. J. da Capital);

18.14 E-doc n. 07010628799202328 – Notícia de Fato n. 2023.0008355 (19ª P. J. da Capital);

18.15 E-doc n. 07010628808202381 – Notícia de Fato n. 2023.0012091 (19ª P. J. da Capital);

18.16 E-doc n. 07010628371202385 - Notícia de Fato n. 2023.0011332 (2ª P. J. de Guaraí);

18.17 E-doc n. 07010628779202357 – Procedimento Administrativo n. 2023.0009010 (26ª P. J. da Capital);

18.18 E-doc n. 07010628739202313 – Notícia de Fato n. 2023.0011077 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

18.19 E-doc n. 07010628674202314 – Procedimento Administrativo n. 2018.0014005 (28ª P. J. da Capital);

18.20 E-doc n. 07010628744202318 - Notícia de Fato n. 2023.0011078 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

18.21 E-doc n. 07010628424202368 – Procedimento Administrativo n. 2018.0005232 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

18.22 E-doc n. 07010628428202346 – Procedimento Administrativo n. 2018.0005242 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

18.23 E-doc n. 07010628431202361 - Procedimento Administrativo n. 2018.0005244 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

18.24 E-doc n. 07010628257202355 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003765 (9ª P. J. de Gurupi);

18.25 E-doc n. 07010628304202361 – Procedimento Administrativo n. 2023.0005724 (24ª P. J. da Capital);

18.26 E-doc n. 07010628276202381 – Procedimento Administrativo n. 2022.0003464 (26ª P. J. da Capital);

18.27 E-doc n. 07010627889202318 – Procedimento Administrativo n. 2020.0000127 (P. J. de Itacajá);

18.28 E-doc n. 07010627790202316 – Notícia de Fato n. 2023.0011082 (2ª P. J. de Guaraí);

18.29 E-doc n. 07010627730202387 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002889 (19ª P. J. da Capital);

18.30 E-doc n. 07010627735202318 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000195 (19ª P. J. da Capital);

18.31 E-doc n. 07010627739202398 - Procedimento Administrativo n. 2023.0010179 (19ª P. J. da Capital);

18.32 E-doc n. 07010627870202355 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008431 (19ª P. J. da Capital);

18.33 E-doc n. 07010627864202314 – Procedimento Administrativo n. 2023.0001667 (19ª P. J. da

Capital);

18.34 E-doc n. 07010627690202373 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005683 (6ª P. J. de Gurupi);

18.35 E-doc n. 07010627689202349 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002905 (6ª P. J. de Gurupi);

18.36 E-doc n. 07010627667202389 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008584 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

18.37 E-doc n. 07010627649202313 – Procedimento Administrativo n. 2023.0009502 (9ª P. J. de Araguaína);

18.38 E-doc n.07010627616202357 – Procedimento Administrativo n. 2021.0006039 (9ª P. J. de Araguaína);

18.39 E-doc n. 07010627633202394 - Procedimento Administrativo n. 2023.0009568 (9ª P. J. de Araguaína);

18.40 E-doc n.07010627639202361 – Procedimento Administrativo n. 2023.0000611 (9ª P. J. de Araguaína);

18.41 E-doc n. 07010627642202385 - Procedimento Administrativo n. 2022.0011050 (9ª P. J. de Araguaína);

18.42 E-doc n. 07010627469202315 - Procedimento Administrativo n. 2019.0004792 (2ª P. J. de Dianópolis);

18.43 E-doc n. 07010627458202335 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004623 (19ª P. J. da Capital);

18.44 E-doc n. 07010627382202348 – Procedimento Administrativo n. 2023.0005865 (9ª P. J. de Araguaína);

18.45 E-doc n.07010627374202318 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003992 (9ª P. J. de Araguaína);

18.46 E-doc 07010627321202381 – Notícia de Fato n. 2023.0011641 (19ª P. J. da Capital);

18.47 E-doc n. 07010627318202367 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001832 (19ª P. J. da Capital);

18.48 E-doc n. 07010627314202389 – Procedimento Administrativo n. 2023.0008082 (19ª P. J. da Capital);

18.49 E-doc n. 07010627310202317 – Procedimento Administrativo n. 2020.0003478 (10ª P. J. da Capital);

18.50 E-doc n. 07010627145202387 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006461 (9ª P. J. de Araguaína);

18.51 E-doc n. 07010627121202328 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008476 (9ª P. J. de Gurupi);

18.52 E-doc n. 07010626924202365 - Procedimento Administrativo n. 2022.0004975 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

18.53 E-doc n. 07010627098202371 – Procedimento Administrativo n. 2023.000592 (9ª P. J. de Araguaína);

- 18.54 E-doc n. 07010626994202313 – Notícia de Fato n. 2023.0010753 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.55 E-doc n. 07010626674202363- Procedimento Administrativo n. 2020.0006626 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 18.56 E-doc n. 07010626541202397 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004601 (6ª P. J. de Gurupi);
- 18.57 E-doc n. 07010626494202381 – Procedimento Administrativo n. 2023.0005693 (3ª P. J. de Guaraí);
- 18.58 E-doc n. 07010626579202361 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001177 (19ª P. J. da Capital);
- 18.59 E-doc n. 07010626576202326 – Procedimento Administrativo n. 2023.0008125 (19ª P. J. da Capital);
- 18.60 E-doc n. 07010626398202333 - Procedimento Preparatório n. 2022.0003222 (P. J. Regional Ambiental do Bico do Papagaio);
- 18.61 E-doc n. 07010626195202347 – Notícia de Fato n. 2023.0006327 (6ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.62 E-doc n. 07010626207202333 – Notícia de Fato n. 2023.0002622 (5ª P. J. de Gurupi);
- 18.63 E-doc n. 07010626337202376 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008494 (P. J. de Wanderlândia);
- 18.64 E-doc n. 07010626282202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0010683 (3ª P. J. de Tocantinópolis);
- 18.65 E-doc n. 07010626283202349 - Procedimento Administrativo n. 2023.0010670 (3ª P. J. de Tocantinópolis);
- 18.66 E-doc n. 07010623012202331 – Procedimento Administrativo n. 2022.0007776 (24ª P. J. da Capital);
- 18.67 E-doc n. 07010623228202313 – Procedimento Administrativo n. 2020.0003650 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);
- 18.68 E-doc n. 07010623152202318 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008111 (24ª P. J. da Capital);
- 18.69 E-doc n. 07010623155202343 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008112 (24ª P. J. da Capital);
- 18.70 E-doc n. 07010623015202375 – Procedimento Administrativo n. 2022.0007930 (24ª P. J. da Capital);
- 18.71 E-doc n. 07010623591202312 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008328 (24ª P. J. da Capital);
- 18.72 E-doc n. 07010623924202311 – Procedimento Administrativo n. 2022.0010610 (9ª P. J. de Araguaína);
- 18.73 E-doc n. 07010623911202334 – Procedimento Administrativo n. 2023.0000779 (9ª P. J. de Araguaína);
- 18.74 E-doc n. 07010624046202343 – Notícia de Fato n. 2023.0006770 (2ª P. J. de Colméia);

- 18.75 E-doc n. 07010624066202314 – Procedimento Administrativo n. 2019.0007794 (5ª P. J. de Gurupi);
- 18.76 E-doc n. 07010624073202316 – Notícia de Fato n. 2023.0010727 (19ª P. J. da Capital);
- 18.77 E-doc n. 07010625475202338 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003078 (21ª P. J. da Capital);
- 18.78 E-doc n. 07010625310202366 – Procedimento Administrativo n. 2023.0000854 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 18.79 E-doc n. 07010628244202386 – Procedimento Administrativo n. 2022.0001699 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.80 E-doc n. 07010628247202311 – Procedimento Administrativo n. 2022.0006559 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.81 E-doc n. 07010628245202321 – Procedimento Administrativo n. 2022.0006288 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.82 E-doc n. 07010628243202331 – Procedimento Administrativo n. 2021.0005692 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.83 E-doc n. 07010628239202373 – Procedimento Administrativo n. 2022.0010384 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.84 E-doc n. 07010628240202314 – Procedimento Administrativo n. 2022.0010291 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.85 E-doc n. 07010628238202329 – Procedimento Administrativo n. 2022.0010385 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.86 E-doc n. 07010628237202384 – Procedimento Administrativo n. 2022.0010387 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.87 E-doc n. 07010628236202331 – Procedimento Administrativo n. 2022.0010460 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.88 E-doc n. 07010628197202371 – Procedimento Administrativo n. 2022.0006583 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.89 E-doc n. 07010628233202312 – Procedimento Administrativo n. 2022.0010552 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.90 E-doc n. 07010628234202341 – Procedimento Administrativo n. 2022.0010461 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.91 E-doc n. 07010628231202315 – Procedimento Administrativo n. 2023.0001866 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.92 E-doc n. 07010628229202338 – Procedimento Administrativo n. 2023.0002932 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.93 E-doc n. 07010628228202393 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003030 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.94 E-doc n. 07010628227202349 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003039 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.95 E-doc n. 07010628226202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003047 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.96 E-doc n. 07010628224202313 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003050A (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.97 E-doc n. 07010628221202371 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003109 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.98 E-doc n. 07010628220202327 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003129 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.99 E-doc n. 07010628219202319 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003113 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.100 E-doc n. 07010628212202381 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003299 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.101 E-doc n. 07010628209202367 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004155 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.102 E-doc n. 07010628208202312 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004156 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.103 E-doc n. 07010628207202378 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004157 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.104 E-doc n. 07010628206202323 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004468 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.105 E-doc n. 07010628218202358 – Procedimento Administrativo n. 2023.0002931 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.106 E-doc n. 07010628215202314 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003131 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.107 E-doc n. 07010628216202369 – Procedimento Administrativo n. 2023.0002929 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.108 E-doc n. 07010628214202371 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003296 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.109 E-doc n. 07010628213202325 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003298 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.110 E-doc n. 07010628317202331 – Procedimento Preparatório n. 2022.0005104 (24ª P. J. da Capital);

18.111 E-doc n. 07010628862202326 – Notícia de Fato n. 2023.0011425 (3ª P. J. de Guaraí);

18.112 E-doc n. 07010629062202322 – Notícia de Fato n. 2023.0011425 (4ª P. J. de Porto Nacional);

18.113 E-doc n. 07010629361202367 – Notícia de Fato n. 2023.0008350 (19ª P. J. da Capital);

18.114 E-doc n. 07010629623202393 – Procedimento Administrativo n. 2023.0005821 (19ª P. J. da Capital);

18.115 E-doc n. 07010629628202316 – Procedimento Administrativo n. 2022.0009359 (19ª P. J. da Capital);

18.116 E-doc n. 07010629569202386 – Procedimento Administrativo n. 2022.0004793 (P. J. de Arapoema);

18.117 E-doc n. 07010629568202331 – Procedimento Administrativo n. 2022.0001536 (P. J. de Arapoema);

18.118 E-doc n. 07010629691202352 – Procedimento Administrativo n. 2021.0005119 (P. J. de Arapoema);

18.119 E-doc n. 07010622271202345 – Notícia de Fato n. 2022.0007159 (5ª P. J. de Araguaína);

18.120 E-doc n. 07010622142202357 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004822 (3ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.121 E-doc n. 07010622143202318 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004204 (3ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.122 E-doc n. 07010622130202322 – Procedimento Administrativo n. 2023.0006065 (9ª P. J. de Araguaína);

18.123 E-doc n. 07010622141202311 – Procedimento Administrativo n. 2022.0009689 (9ª P. J. de Araguaína);

18.124 E-doc n. 07010621990202349 – Procedimento Administrativo n. 2023.0001039 (6ª P. J. de Gurupi);

18.125 E-doc n. 07010621993202382 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004135 (6ª P. J. de Gurupi);

18.126 E-doc n. 07010621995202371 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004137 (6ª P. J. de Gurupi);

18.127 E-doc n. 07010622326202317 – Procedimento Administrativo n. 2020.0003068 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

18.128 E-doc n. 07010622438202378 – Notícia de Fato n. 2023.0011169 (19ª P. J. da Capital);

18.129 E-doc n. 07010622812202335 – Procedimento Administrativo n. 2022.0010611 (9ª P. J. de Araguaína);

18.130 E-doc n. 07010624238202351 – Procedimento Administrativo n. 2021.0002300 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);

18.131 E-doc n. 07010624488202391 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008543 (5ª P. J. de Araguaína);

18.132 E-doc n. 07010624636202376 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004859 (8ª P. J. de Gurupi);

18.133 E-doc n. 07010625200202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0009057 (28ª P. J. da Capital);

18.134 E-doc n. 07010625566202373 – Notícia de Fato n. 2023.0011625 (2ª P. J. de Guaraí);

18.135 E-doc n. 07010625552202351 – Procedimento Administrativo n. 2022.0005256 (2ª P. J. de Guaraí);

18.136 E-doc n. 07010625652202386 – Procedimento Administrativo n. 2021.0005998 (P. J. de

Arapoema);

18.137 E-doc n. 07010625849202315 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008493 (P. J. de Wanderlândia);

18.138 E-doc n. 07010625855202372 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002455 (10ª P. J. da Capital);

18.139 E-doc n. 07010625779202311 – Procedimento Administrativo n. 2022.0007777 (24ª P. J. da Capital);

18.140 E-doc n. 07010628093202366 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004255 (19ª P. J. da Capital);

18.141 E-doc n. 07010628051202325 – Procedimento Administrativo n. 2023.0000917 (19ª P. J. da Capital);

18.142 E-doc n. 07010634619202347 - Notícia de Fato n. 2023.0012253 (19ª P. J. da Capital);

18.143 E-doc n. 07010634657202316 – Procedimento Administrativo n. 2021.0007423 (24ª P. J. da Capital);

18.144 E-doc n. 07010634699202331 – Procedimento Administrativo n. 2022.0003724 (P. J. de Ananás);

18.145 E-doc n. 07010631279202319 – Notícia de Fato n. 2023.0012062 (4ª P. J. de Porto Nacional);

18.146 E-doc n. 07010631346202389 – Notícia de Fato n. 2023.0010468 (4ª P. J. de Porto Nacional);

18.147 E-doc n. 07010630875202365 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011364 (3ª P. J. de Tocantinópolis);

18.148 E-doc n. 07010630874202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011365 (3ª P. J. de Tocantinópolis);

18.149 E-doc n. 07010631491202361 – Notícia de Fato n. 2023.0011021 (2ª P. J. de Colméia);

18.150 E-doc n. 07010631399202316 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004977 (2ª P. J. de Guaraí);

18.151 E-doc n. 07010631422202356 – Procedimento Administrativo n. 2021.0003722 (2ª P. J. de Guaraí);

18.152 E-doc n. 07010631411202376 – Procedimento Administrativo n. 2023.0000213 (2ª P. J. de Guaraí);

18.153 E-doc n. 07010631631202316 – Procedimento Administrativo n. 2021.0003275 (14ª P. J. de Araguaína);

18.154 E-doc n. 07010631702202364 – Procedimento Administrativo n. 2023.0010115 (19ª P. J. da Capital);

18.155 E-doc n. 07010631687202354 – Notícia de Fato n. 2023.0007931 (19ª P. J. da Capital);

18.156 E-doc n. 07010631682202321 – Notícia de Fato n. 2023.0012069 (19ª P. J. da Capital);

18.157 E-doc n. 07010631711202355 – Procedimento Administrativo n. 2023.0002542 (19ª P. J. da Capital);

18.158 E-doc n. 07010631506202391 – Notícia de Fato n. 2023.0007067 (2ª P. J. de Colméia);

18.159 E-doc n. 07010631477202366 – Notícia de Fato n. 2023.0011921 (2ª P. J. de Colméia);

18.160 E-doc n. 07010631567202357 – Procedimento Administrativo n. 2021.0008853 (28ª P. J. da Capital);

18.161 E-doc n. 07010631871202311 – Procedimento Administrativo n. 2021.0007177 (1ª P. J. de Cristalândia);

18.162 E-doc n. 07010631939202345 – Procedimento Administrativo n. 2022.0005172 (3ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.163 E-doc n. 07010632264202351 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003354 (P. J. de Arapoema);

18.164 E-doc n. 07010632019202344 – Procedimento Preparatório n. 2022.0011029 (P. J. de Formoso do Araguaia);

18.165 E-doc n. 07010632954202319 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004477 (10ª P. J. da Capital);

18.166 E-doc n. 07010632952202311 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004405 (10ª P. J. da Capital);

18.167 E-doc n. 07010632510202375 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003044 (19ª P. J. da Capital);

18.168 E-doc n. 07010632505202362 – Notícia de Fato n. 2023.0008982 (19ª P. J. da Capital);

18.169 E-doc n. 07010632500202331 – Procedimento Administrativo n. 2023.0010202 (19ª P. J. da Capital);

18.170 E-doc n. 07010632736202376 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008885 (19ª P. J. da Capital);

18.171 E-doc n. 07010632732202398 – Procedimento Administrativo n. 2021.0007168 (2ª P. J. de Araguaína);

18.172 E-doc n. 07010634022202319 – Notícia de Fato n. 2023.0012267 (19ª P. J. da Capital);

18.173 E-doc n. 07010633871202339 – Procedimento Administrativo n. 2021.0009830 (P. J. de Ananás);

18.174 E-doc n. 07010633761202377 – Notícia de Fato n. 2023.0011913 (4ª P. J. de Porto Nacional);

18.175 E-doc n. 07010635357202338 – Notícia de Fato n. 2023.0012790 (2ª P. J. de Guaraí);

18.176 E-doc n. 07010635197202327 – Procedimento Administrativo n. 2023.0002186 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

18.177 E-doc n. 07010634765202372 – Procedimento Administrativo n. 2022.0003735 (15ª P. J. da Capital);

18.178 E-doc n. 07010635002202349 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011706 (19ª P. J. da Capital);

18.179 E-doc n. 07010635032202355 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004715 (12ª P. J. de Araguaína);

18.180 E-doc n. 07010635035202399 – Procedimento Administrativo n. 2020.0001859 (P. J. de Formoso

do Araguaia);

19 Expedientes informando digitalização de autos físicos e inclusão no sistema de procedimento extrajudicial eletrônico – E-ext:

19.1 E-doc n. 07010623827202311 – Inquérito Civil Público n. 16/2017 cadastrado no sistema E-ext sob o n. 2023.0011601 (8ª P. J. de Gurupi);

19.2 E-doc n. 07010624614202314 – Inquérito Civil Público n. 14/2014 cadastrado no E-ext sob o n. 2023.0011676 (2ª P. J. de Colméia);

20 Expedientes comunicando aditamento de Portarias de instauração de Procedimento Extrajudicial:

20.1 E-doc n. 07010626405202313 – Inquérito Civil Público n. 2023.0002244 (23ª P. J. da Capital);

20.2 E-doc n. 07010627701202315 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006041 (24ª P. J. da Capital);

20.3 E-doc n. 07010628935202381 – Inquérito Civil Público n. 2022.0003201 (28ª P. J. da Capital);

20.4 E-doc n. 07010633731202361 - Procedimento de Gestão Administrativa n. 2021.0006901 (Centro de Apoio Operacional da Saúde – CAOSAÚDE)

20.5 E-doc n. 07010634357202311 – Procedimento Administrativo n. 2023.0008104 (P. J. de Natividade);

21 Expedientes comunicando conversão de Procedimentos Extrajudiciais:

21.1 E-doc n. 07010622703202318 – Procedimento Preparatório n. 2022.0010121 em Inquérito Civil Público (12ª P. J. de Araguaína);

21.2 E-doc n. 07010622689202352 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010118 em Inquérito Civil Público (12ª P. J. de Araguaína);

21.3 E-doc n. 07010627952202316 – Procedimento Preparatório n. 2016.2.29.23.0139 em Inquérito Civil Público (15ª P. J. da Capital);

21.4 E-doc n. 07010625902202388 – Procedimento Preparatório n. 2022.0010464 em Inquérito Civil Público (12ª P. J. de Araguaína);

21.5 E-doc n. 07010631377202331 – Procedimento Preparatório n. 2022.0011190 em Inquérito Civil Público (12ª P. J. de Araguaína);

21.6 E-doc n. 07010635519202338 – Procedimento Preparatório n. 2023.0000596 em Inquérito Civil Público (12ª P. J. de Araguaína);

22 Expedientes de remessa de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC:

22.1 E-doc n. 07010627656202315 - Inquérito Civil Público n. 2023.0009916 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

22.2 E-doc n. 07010628294202363 – Inquérito Civil Público n. 2020.0007107 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.3 E-doc n. 07010634297202336 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006866 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.4 E-doc n. 07010631112202331 – Procedimento Administrativo n. 2022.0010725 (15ª P. J. da Capital);

22.5 E-doc n. 07010632754202358 – Inquérito Civil Público n. 2017.0001811 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23 Expedientes de remessa de decisão de prorrogação de prazo para conclusão de Procedimentos Extrajudiciais:

23.1 E-doc n. 07010634348202321 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002899 (P. J. de Xambioá);

23.2 E-doc n. 07010634196202365 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000342 (P. J. de Palmeirópolis);

23.3 E-doc n. 07010634361202389 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008886 (P. J. de Natividade);

23.4 E-doc n. 07010634358202365 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004492 (P. J. de Palmeirópolis);

23.5 E-doc n. 07010634339202339 - Procedimento Administrativo n. 2020.0001243 (12ª P. J. de Araguaína);

23.6 E-doc n. 07010634356202376 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003026 (P. J. de Natividade);

23.7 E-doc n. 07010634338202394 - Inquérito Civil Público n. 2020.0006146 (12ª P. J. de Araguaína);

23.8 E-doc n. 07010634005202365 Inquérito Civil Público n. 2019.0001503 (2ª P. J. de Colméia);

23.9 E-doc n. 07010633999202319 - Inquérito Civil Público n. 2019.0001501 (2ª P. J. de Colméia);

23.10 E-doc n. 07010634145202333 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009986 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.11 E-doc n. 07010634122202329 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009850 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.12 E-doc n. 07010634124202318 - Procedimento Administrativo n. 2019.0003089 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.13 E-doc n. 07010634127202351 - Procedimento Administrativo n. 2018.0004421 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.14 E-doc n. 07010634128202312 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005376 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.15 E-doc n. 07010633944202392 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009992 (14ª P. J. de Araguaína);

23.16 E-doc n. 07010633943202348 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009988 (14ª P. J. de Araguaína);

23.17 E-doc n. 07010633942202311 - Procedimento Preparatório n. 2023.0003809 (14ª P. J. de Araguaína);

23.18 E-doc n. 07010633941202359 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003518 (14ª P. J. de Araguaína);

23.19 E-doc n. 07010633940202312 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005349 (14ª P. J. de Araguaína);

23.20 E-doc n. 07010633939202381 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003523 (14ª P. J. de Araguaína);

23.21 E-doc n. 07010633938202335 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003522 (14ª P. J. de Araguaína);

23.22 E-doc n. 07010633952202339 - Inquérito Civil Público n. 2018.0006174 (P. J. Regional Ambiental da

Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.23 E-doc n. 07010633926202319 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009350 (P. J. de Filadélfia);

23.24 E-doc n. 07010633929202344 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009351 (P. J. de Filadélfia);

23.25 E-doc n. 07010633932202368 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003515 (14ª P. J. de Araguaína);

23.26 E-doc n. 07010633933202311 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003516 (14ª P. J. de Araguaína);

23.27 E-doc n. 07010633934202357 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003517 (14ª P. J. de Araguaína);

23.28 E-doc n. 07010633935202318 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003519 (14ª P. J. de Araguaína);

23.29 E-doc n. 07010633937202391 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003521 (14ª P. J. de Araguaína);

23.30 E-doc n. 07010633936202346 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003520 (14ª P. J. de Araguaína);

23.31 E-doc n. 07010633770202368 - Procedimento Administrativo n. 2022.0005233 (4ª P. J. de Porto Nacional);

23.32 E-doc n. 07010633768202399 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003552 (4ª P. J. de Porto Nacional);

23.33 E-doc n. 07010633824202395 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005988 (P. J. de Goiatins);

23.34 E-doc n. 07010633818202338 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004632 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.35 E-doc n. 07010633816202349 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004620 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.36 E-doc n. 07010633873202328 - Procedimento Administrativo n. 2022.0005037 (P. J. de Ananás);

23.37 E-doc n. 07010633859202324 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003242 (P. J. de Natividade);

23.38 E-doc n. 07010633860202359 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006468 (P. J. de Natividade);

23.39 E-doc n. 07010633858202381 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005745 (P. J. de Natividade);

23.40 E-doc n. 07010633861202311 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002813 (P. J. de Natividade);

23.41 E-doc n. 07010633825202331 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003892 (9ª P. J. da Capital);

23.42 E-doc n. 07010633370202352 - Procedimento Preparatório n. 2023.0002027 (5ª P. J. de Araguaína);

23.43 E-doc n. 07010633406202314 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004595 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.44 E-doc n. 07010633410202366 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004610 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.45 E-doc n. 07010633563202311 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009464 (6ª P. J. de Gurupi);

23.46 E-doc n. 07010633548202365 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002296 (12ª P. J. de Araguaína);

23.47 E-doc n. 07010633615202341 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004619 (2ª P. J. de Colinas do

Tocantins);

23.48 E-doc n. 07010633619202321 - Procedimento Administrativo n. 2019.0000113 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.49 E-doc n. 07010633678202314 - Inquérito Civil Público n. 2022.0003630 (3ª P. J. de Pedro Afonso);

23.50 E-doc n. 07010633740202351 - Inquérito Civil Público n. 2021.0007475 (3ª P. J. de Gurupi);

23.51 E-doc n. 07010629933202316 – Inquérito Civil Público n. 2021.0007258 (P. J. de Novo Acordo);

23.52 E-doc n. 07010628653202382 – Inquérito Civil Público n. 2017.0002941 (28ª P. J. da Capital);

23.53 E-doc n. 07010628530202341 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008658 Centro de Apoio Operacional da Saúde – CAOSAÚDE);

23.54 E-doc n. 07010626181202323 – Inquérito Civil Público n. 2018.0004752 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.55 E-doc n. 07010622962202349 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003050 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.56 E-doc n. 07010623417202371 – Inquérito Civil Público n. 2022.0000654 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.57 E-doc n. 07010623512202373 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003977 (24ª P. J. da Capital);

23.58 E-doc n. 07010623509202351 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003066 (24ª P. J. da Capital);

23.59 E-doc n. 07010623374202322 - Inquérito Civil Público n. 2019.0005029 (24ª P. J. da Capital);

23.60 E-doc n. 07010623510202384 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008714 (P. J. de Novo Acordo);

23.61 E-doc n. 07010623377202366 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004110 (24ª P. J. da Capital);

23.62 E-doc n. 07010623360202317 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001483 (13ª P. J. da Capital);

23.63 E-doc n. 07010623325202391 – Procedimento Preparatório n. 2023.0001061 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.64 E-doc n. 07010623328202323 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001062 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.65 E-doc n. 07010623332202391 – Procedimento Preparatório n. 2023.0001119 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.66 E-doc n. 07010623061202374 – Procedimento Preparatório n. 2023.0006873 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.67 E-doc n. 07010623089202311 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004719 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento - GAEMA-D)

23.68 E-doc n. 07010623102202322 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003103 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.69 E-doc n. 07010623057202314 – Inquérito Civil Público n. 2021.0001946 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);

23.70 E-doc n. 07010623165202389 - Inquérito Civil Público n. 20231.0001966 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);

23.71 E-doc n. 07010623603202317 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006406 (P. J. de Itacajá);

23.72 E-doc n. 07010623530202355 – Procedimento Preparatório n. 2023.0001615 (5ª P. J. de Araguaína);

23.73 E-doc n. 07010623799202331 - Procedimento Preparatório n. 2023.0002544 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.74 E-doc n. 07010624379202372 – Procedimento Administrativo n. 2022.000298 (14ª P. J. de Araguaína);

23.75 E-doc n. 07010624368202392 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002525 (15ª P. J. da Capital);

23.76 E-doc n. 07010624372202351 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003278 (15ª P. J. da Capital);

23.77 E-doc n. 07010624418202331 – Inquérito Civil Público n. 2020.0000978 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.78 E-doc n. 07010624874202381 – Inquérito Civil Público n. 2020.0008049 (23ª P. J. da Capital);

23.79 E-doc n. 07010624873202337 - Inquérito Civil Público n. 2020.0008046 (23ª P. J. da Capital);

23.80 E-doc n. 07010624871202348 - Inquérito Civil Público n. 2020.0003955 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.81 E-doc n. 07010624842202386 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004741 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.82 E-doc n. 07010624841202331 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004739 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.83 E-doc n. 07010624836202329 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003155 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.84 E-doc n. 07010624835202384 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003153 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.85 E-doc n. 07010624833202395 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003151 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.86 E-doc n. 07010624830202351 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004739 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.87 E-doc n. 07010624829202327 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004737 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.88 E-doc n. 07010624823202351 – Procedimento Administrativo n. 2020.0000128 (14ª P. J. de Araguaína);

23.89 E-doc n. 07010624820202316 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004736 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.90 E-doc n. 07010624819202391 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004735 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.91 E-doc n. 07010624818202347 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004734 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.92 E-doc n. 07010624817202319 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004733 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.93 E-doc n. 07010624816202358 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004730 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.94 E-doc n. 07010624814202369 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004731 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.95 E-doc n. 07010624811202325 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004729 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.96 E-doc n. 07010624799202359 – Inquérito Civil Público n. 2020.0001527 (P. J. de Novo Acordo);

23.97 E-doc n. 07010624792202337 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004727 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.98 E-doc n. 07010624701202363 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002574 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);

23.99 E-doc n. 07010624686202353 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002573 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);

23.100 E-doc n. 07010624695202344 - Procedimento Administrativo nº 2022.0005837(1ª P. J. de Miranorte);

23.101 E-doc n. 07010624717202376 - Procedimento Administrativo nº 2022.0006190 (1ª P. J. de Miranorte);

23.102 E-doc n. 07010625792202354 – Inquérito Civil Público n. 2022.0005349 (8ª P. J. de Gurupi);

23.103 E-doc n. 07010625746202355 – Procedimento Preparatório n. 2022.0003304 (P. J. de Filadélfia);

23.104 E-doc n. 07010625744202366 - Procedimento Preparatório n. 2023.0003388 (P. J. de Filadélfia);

23.105 E-doc n. 07010625741202322 - Procedimento Preparatório n. 2023.0003389 (P. J. de Filadélfia);

23.106 E-doc n. 07010625735202375 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004752 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.107 E-doc n.07010625728202373 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004754 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.108 E-doc n. 07010625733202386 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004753 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.109 E-doc n. 07010625564202384 – Inquérito Civil Público n. 2018.0009772 (20ª P. J. da Capital);

23.110 E-doc n. 07010625626202358 – Inquérito Civil Público n. 2018.0007523 (P. J de Novo Acordo);

23.111 E-doc n.07010625627202319 – Inquérito Civil Público n. 2021.0005372 (P. J de Novo Acordo);

23.112 E-doc n. 07010625632202313 – Inquérito Civil Público n. 2016.3.29.09.0290 (9ª P. J da Capital)

23.113 E-doc n. 07010625632202313 – Inquérito Civil Público n. 2017.3.29.09.0088 (9ª P. J da Capital)

23.114 E-doc n. 07010625632202313 – Inquérito Civil Público n. 2017.3.29.09.0018 (9ª P. J da Capital)

23.115 E-doc n. 07010625632202313 – Inquérito Civil Público n. 2017.3.29.28.0126 (9ª P. J da Capital)

23.116 E-doc n. 07010625632202313 – Inquérito Civil Público n. 2017.3.29.28.0020 (9ª P. J da Capital)

23.117 E-doc n. 07010625632202313 – Inquérito Civil Público n. 2016.3.29.09.0166 (9ª P. J da Capital)

23.118 E-doc n. 07010625632202313 – Inquérito Civil Público n. 2016.3.29.09.0163 (9ª P. J da Capital)

23.119 E-doc n.07010625716202349 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003254 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.120 E-doc n.07010625724202395 – Procedimento Preparatório n. 2023.0010857 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.121 E-doc n. 07010626124202344 – Procedimento Administrativo n. 2022.0003547

(2ª P. J. de Pedro Afonso);

23.122 E-doc n. 07010626143202371 - Procedimento Administrativo n. 2018.0004666 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.123 E-doc n. 07010626154202351 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004750 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.124 E-doc n. 07010626167202321 - Procedimento Preparatório n. 2023.0002457 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.125 E-doc n.07010626174202321 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004749 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.126 E-doc n. 07010626199202325 – Procedimento Administrativo n. 2022.0002229 (6ª P. J. de Porto Nacional);

23.127 E-doc n. 07010626200202311 – Procedimento Administrativo n. 2022.0002230 (6ª P. J. de Porto Nacional);

23.128 E-doc n. 07010626201202366 – Procedimento Administrativo n. 2022.0002699 (6ª P. J. de Porto Nacional);

23.129 E-doc n. 07010626202202319 - Procedimento Administrativo n. 2022.0004269 (6ª P. J. de Porto Nacional);

23.130 E-doc n. 07010626203202355 – Notícia de Fato n. 2023.0010271 (6ª P. J. de Porto Nacional);

23.131 E-doc n. 07010626204202316 - Procedimento Administrativo n. 2022.0004780 (6ª P. J. de Porto Nacional);

23.132 E-doc n. 07010626267202356 - Inquérito Civil Público n. 2020.0005719 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.133 E-doc n. 07010626349202317 - Procedimento Preparatório n. 2023.0003432 (12ª P. J. de Araguaína);

23.134 E-doc n. 07010626293202384 - Inquérito Civil Público n. 2021.0005798 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.135 E-doc n. 07010626333202398 – Procedimento Preparatório n. 2022.0007881 (P. J. de Wanderlândia);

23.136 E-doc n. 07010626461202331 – Inquérito Civil Público n. 2019.0004049 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.137 E-doc n. 07010626500202317 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006477 (P. J. de Itacajá);

23.138 E-doc n. 07010626497202315 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006479 (P. J. de Itacajá);

23.139 E-doc n. 07010626509202311 – Procedimento Preparatório n. 2022.0008898 (15ª P. J. da Capital);

23.140 E-doc n. 07010626624202386 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004747 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.141 E-doc n. 07010626627202311 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004746 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.142 E-doc n. 07010626628202364 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004745 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.143 E-doc n. 07010626634202311 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004777 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.144 E-doc n. 07010626630202333 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004778 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.145 E-doc n. 07010626670202385 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004740 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.146 E-doc n. 07010626676202352 – Procedimento Administrativo n. 2017.0001725 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.147 E-doc n. 07010627672202391 – Inquérito Civil Público n. 2021.0007160 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.148 E-doc n. 07010627675202325 – Notícia de Fato n. 2018.0004027D (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.149 E-doc n. 07010627894202312 - Inquérito Civil Público n. 2020.0006569 (P. J. de Itacajá);

23.150 E-doc n. 07010627897202348 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003076 (P. J. de Itacajá);

23.151 E-doc n. 07010627891202371 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007808 (P. J. de Itacajá);

23.152 E-doc n. 07010627914202347 - Procedimento Administrativo n. 2022.0005780 (9ª P. J. de Araguaína);

23.153 E-doc n. 07010628285202372 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006434 (P. J. de Wanderlândia);

23.154 E-doc n. 07010628186202391 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000748 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

23.155 E-doc n. 07010628300202382 - Inquérito Civil Público n. 2020.0003977 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

23.156 E-doc n. 07010628299202396 - Inquérito Civil Público n. 2020.0001014 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

23.157 E-doc n. 07010628348202391 - Inquérito Civil Público n. 2021.0005126 (14ª P. J. de Araguaína);

23.158 E-doc n. 07010628346202318 – Inquérito Civil Público n. 2022.0005778 (14ª P. J. de Araguaína);

23.159 E-doc n. 07010628347202346 – Inquérito Civil Público n. 2022.0005768 (14ª P. J. de Araguaína);

23.160 E-doc n. 07010628312202315 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003067 (P. J. de Itacajá);

23.161 E-doc n. 07010628326202321 - Inquérito Civil Público n. 2018.0006206 (28ª P. J. da Capital);

23.162 E-doc n. 07010628327202375 – Inquérito Civil Público n. 2021.0005048 (28ª P. J. da Capital);

23.163 E-doc n. 07010628328202311 - Inquérito Civil Público n. 2021.0005047 (28ª P. J. da Capital);

23.164 E-doc n. 07010628330202399 – Inquérito Civil Público n. 2021.0005046 (28ª P. J. da Capital);

23.165 E-doc n. 07010628352202359 – Procedimento Administrativo n. 2022.0003643 (14ª P. J. de Araguaína);

23.166 E-doc n. 07010628642202319 – Procedimento Administrativo n. 2019.0006528 (28ª P. J. da Capital);

23.167 E-doc n. 07010628637202391 – Inquérito Civil Público n. 2018.0009505 (28ª P. J. da Capital);

23.168 E-doc n. 07010628634202356 - Inquérito Civil Público n. 2021.0007718 (28ª P. J. da Capital);

23.169 E-doc n. 07010628640202311 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000489 (28ª P. J. da Capital);

23.170 E-doc n. 07010628645202336 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009856 (28ª P. J. da Capital);

23.171 E-doc n. 07010628602202351 – Procedimento Preparatório n. 2023.0001239 (28ª P. J. da Capital);

23.172 E-doc n. 07010628605202394 - Inquérito Civil Público n. 2016.0000025 (28ª P. J. da Capital);

23.173 E-doc n. 07010628606202339 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005461 (28ª P. J. da Capital);

23.174 E-doc n. 07010628607202383 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006961 (28ª P. J. da Capital);

23.175 E-doc n. 07010628608202328 - Inquérito Civil Público n. 2021.0005050 (28ª P. J. da Capital);

23.176 E-doc n. 07010628609202372 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004763 (28ª P. J. da Capital);

23.177 E-doc n. 07010628630202378 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009857 (28ª P. J. da Capital);

23.178 E-doc n. 07010628631202312 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003557 (28ª P. J. da Capital);

23.179 E-doc n. 07010628556202391 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004059 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.180 E-doc n. 07010628554202317 – Inquérito Civil Público n. 2021.0007163 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.181 E-doc n. 07010628490202338 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004710 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.182 E-doc n. 07010628407202321 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003239 (P. J. de Alvorada);

23.183 E-doc n. 07010628579202311 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000951 (P. J. de Arapoema);

23.184 E-doc n. 07010628557202334 - Procedimento Preparatório n. 2023.0005303 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.185 E-doc n. 07010628563202391 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004063 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.186 E-doc n. 07010628679202321 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010551 (28ª P. J. da Capital);

23.187 E-doc n. 07010628708202354 – Inquérito Civil Público n. 2017.0002357 (28ª P. J. da Capital);

23.188 E-doc n. 07010628711202378 - Inquérito Civil Público n. 2020.0001030 (28ª P. J. da Capital);

23.189 E-doc n. 07010628714202311 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000263 (28ª P. J. da Capital);

23.190 E-doc n. 07010628716202317 – Procedimento Administrativo n. 2018.0004868 (28ª P. J. da Capital);

23.191 E-doc n. 07010628726202336 – Inquérito Civil Público n. 2019.0001924 (28ª P. J. da Capital);

23.192 E-doc n. 07010628724202347 – Inquérito Civil Público n. 2018.0006665 (28ª P. J. da Capital);

23.193 E-doc n. 07010628702202387 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008696 (2ª P. J. de Colméia);

23.194 E-doc n. 07010628699202318 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008654 (2ª P. J. de Colméia);

23.195 E-doc n. 07010628681202316 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008694 (2ª P. J. de Colméia);

23.196 E-doc n. 07010628764202399 – Inquérito Civil Público n. 2021.0007805 (28ª P. J. da Capital);

23.197 E-doc n. 07010628761202355 - Inquérito Civil Público n. 2019.0005904 (28ª P. J. da Capital);

23.198 E-doc n. 07010628760202319 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008479 (28ª P. J. da Capital);

23.199 E-doc n. 07010628747202351 – Inquérito Civil Público n. 2018.0007265 (28ª P. J. da Capital);

23.200 E-doc n. 07010628532202331 - Inquérito Civil Público n. 2020.0006220 (P. J. de Arapoema);

23.201 E-doc n. 07010628536202319 - Inquérito Civil Público n. 2018.0000238 (P. J. de Arapoema);

23.202 E-doc n. 07010628533202385 – Inquérito Civil Público n. 2019.0005892 (P. J. de Arapoema);

23.203 E-doc n. 07010628537202363 – Inquérito Civil Público n. 2018.0000277 (P. J. de Arapoema);

23.204 E-doc n. 07010628539202352 – Inquérito Civil Público n. 2018.0000494 (P. J. de Arapoema);

23.205 E-doc n. 07010628542202376 – Inquérito Civil Público n. 2018.0004491 (P. J. de Arapoema);

- 23.206 E-doc n. 07010628543202311 – Inquérito Civil Público n. 2022.0001196 (P. J. de Arapoema);
- 23.207 E-doc n. 07010628569202369 - Inquérito Civil Público n. 2020.0002121 (P. J. de Arapoema);
- 23.208 E-doc n. 07010628576202361 - Inquérito Civil Público n. 2020.0002834 (P. J. de Arapoema);
- 23.209 E-doc n. 07010628566202325 - Inquérito Civil Público n. 2020.0002034 (P. J. de Arapoema);
- 23.210 E-doc n. 07010628564202336 - Inquérito Civil Público n. 2018.004074 (P. J. de Arapoema);
- 23.211 E-doc n. 07010628559202323 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000660 (P. J. de Arapoema);
- 23.212 E-doc n. 07010628550202312 - Inquérito Civil Público n. 2022.0003187 (P. J. de Arapoema);
- 23.213 E-doc n. 07010628548202343 - Inquérito Civil Público n. 2018.0004446 (P. J. de Arapoema);
- 23.214 E-doc n. 07010628544202365 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003659 (P. J. de Arapoema);
- 23.215 E-doc n. 07010628742202329 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005892 (28ª P. J. da Capital);
- 23.216 E-doc n. 07010628782202371 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000216 (2ª P. J. de Colméia);
- 23.217 E-doc n. 07010628816202327 – Procedimento Preparatório n. 2022.0009128 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 23.218 E-doc n. 07010625442202398 – Notícia de Fato n. 2023.0010856 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 23.219 E-doc n. 07010625433202313 – Notícia de Fato n. 2023.0010804 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 23.220 E-doc n. 07010625425202351 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003291 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 23.221 E-doc n. 07010625423202361 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003290 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 23.222 E-doc n. 07010625427202341 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003294 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 23.223 E-doc n. 07010625384202319 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003158 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 23.224 E-doc n. 07010625316202333 – Inquérito Civil Público n. 2021.0000228 (24ª P. J. da Capital);
- 23.225 E-doc n. 07010625505202314 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004334 (2ª P. J. de Colméia);
- 23.226 E-doc n. 07010625508202341 – Procedimento Administrativo n. 2022.0003220 (2ª P. J. de Colméia);
- 23.227 E-doc n. 07010625516202396 – Inquérito Civil Público n. 2020.0003433 (2ª P. J. de Colméia);
- 23.228 E-doc n. 07010626838202352 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004744 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);
- 23.229 E-doc n. 07010626832202385 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004743 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.230 E-doc n. 07010626690202356 – Procedimento Administrativo n. 2018.0006212 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.231 E-doc n. 07010626700202353 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003355 (P. J. de Arapoema);

23.232 E-doc n. 07010627933202373 – Inquérito Civil Público n. 2022.0007946 (9ª P. J. de Araguaína);

23.233 E-doc n. 07010628977202311 – Procedimento Administrativo n. 2019.0005235 (4ª P. J. de Porto Nacional);

23.234 E-doc n. 07010628984202312 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004760 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.235 E-doc n. 07010629006202398 – Inquérito Civil Público n. 2019.0003876 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.236 E-doc n. 07010629025202314 – Inquérito Civil Público n. 2017.0000338 (28ª P. J. da Capital);

23.237 E-doc n. 07010629018202312 – Inquérito Civil Público n. 2022.0000463 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.238 E-doc n. 07010629015202389 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003872 (24ª P. J. da Capital);

23.239 E-doc n. 07010629009202321 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004323 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.240 E-doc n. 07010629043202312 – Notícia de Fato n. 2023.0011254 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.241 E-doc n. 07010629039202338 – Notícia de Fato n. 2023.0011255 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.242 E-doc n. 07010628978202365 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004758 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.243 E-doc n. 07010628981202389 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004759 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.244 E-doc n. 07010628865202361 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004732 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.245 E-doc n. 07010628891202398 – Inquérito Civil Público n. 2022.0000766 (28ª P. J. da Capital);

23.246 E-doc n. 07010628937202379 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004757 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.247 E-doc n. 07010628932202346 – Inquérito Civil Público n. 2019.0004813 (28ª P. J. da Capital);

23.248 E-doc n. 07010628919202397 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004755 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.249 E-doc n. 07010628922202319 – Procedimento Preparatório n. 22023.0004756 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.250 E-doc n. 07010628917202314 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004749 (Grupo de Atuação

Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.251 E-doc n. 07010628907202362 – Inquérito Civil Público n. 2018.0010511 (28ª P. J. da Capital);

23.252 E-doc n. 07010628896202311 – Inquérito Civil Público n. 2018.0008755 (28ª P. J. da Capital);

23.253 E-doc n. 07010629108202311 – Procedimento Administrativo n. 2020.0001717 (P. J. de Goiatins);

23.254 E-doc n. 07010629107202369 – Procedimento Preparatório n. 2022.0002323 (P. J. de Goiatins);

23.255 E-doc n. 07010629103202381 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006813 (P. J. de Goiatins);

23.256 E-doc n. 07010629105202371 – Procedimento Preparatório n. 2022.0004325 (P. J. de Goiatins);

23.257 E-doc n. 07010629135202386 – Procedimento Preparatório n. 2022.0007246 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

23.258 E-doc n. 07010629084202392 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004761 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.259 E-doc n. 07010629001202365 – Inquérito Civil Público n. 04/2016 (15ª P. J. da Capital);

23.260 E-doc n. 07010628993202311 – Inquérito Civil Público n. 2016.3.29.23.0180 (15ª P. J. da Capital);

23.261 E-doc n. 07010629008202387 – Inquérito Civil Público n. 2016.3.29.23.0091 (15ª P. J. da Capital);

23.262 E-doc n. 07010629535202391 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003501 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.263 E-doc n. 07010629471202329 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003626 (15ª P. J. da Capital);

23.264 E-doc n. 07010629481202364 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007385 (6ª P. J. de Gurupi);

23.265 E-doc n. 07010629180202331 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004776 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.266 E-doc n. 07010629178202361 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004774 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.267 E-doc n. 07010629176202372 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004771 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.268 E-doc n. 07010629175202328 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004769 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.269 E-doc n. 07010629174202383 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004762 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.270 E-doc n. 07010629173202339 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004763 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.271 E-doc n. 07010629172202394 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004765 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA-D);

23.272 E-doc n. 07010629289202378 – Inquérito Civil Público n. 2021.0007878 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.273 E-doc n. 07010629275202354 – Inquérito Civil Público n. 2021.0007134 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.274 E-doc n. 07010629277202343 – Inquérito Civil Público n. 2021.0007140 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.275 E-doc n. 07010629279202332 – Procedimento Preparatório n. 2023.0001121 (P. J. de Arapoema);

23.276 E-doc n. 07010629351202321 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002464 (P. J. de Arapoema);

23.277 E-doc n. 07010629381202338 – Notícia de Fato n. 2023.0010780 (2ª P. J. de Guaraí);

23.278 E-doc n. 07010629388202351 – Procedimento Administrativo n. 2021.0003033 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.279 E-doc n. 07010629438202315 – Inquérito Civil Público n. 2022.0000651 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.280 E-doc n. 07010629559202341 – Procedimento Administrativo n. 2022.0003735 (15ª P. J. da Capital);

23.281 E-doc n. 07010629583202381 – Inquérito Civil Público n. 2017.0003918 (24ª P. J. da Capital);

23.282 E-doc n. 07010622284202314 – Inquérito Civil Público n. 2022.0007917 (7ª P. J. de Gurupi);

23.283 E-doc n. 07010622265202398 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002007 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.284 E-doc n. 07010622266202332 – Procedimento Preparatório n. 2021.0008228 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.285 E-doc n. 07010622171202319 – Inquérito Civil Público n. 2019.0008180 (9ª P. J. da Capital);

23.286 E-doc n. 07010622173202316 – Inquérito Civil Público n. 2019.0008243 (9ª P. J. da Capital);

23.287 E-doc n. 07010622118202318 – Inquérito Civil Público n. 2020.0003767 (P. J. de Filadélfia);

23.288 E-doc n. 07010622064202391 – Inquérito Civil Público n. 2017.0000312 (9ª P. J. da Capital);

23.289 E-doc n. 07010622063202346 – Inquérito Civil Público n. 2019.0006929 (9ª P. J. da Capital);

23.290 E-doc n. 07010621964202311 – Inquérito Civil Público n. 2017.0002333 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);

23.291 E-doc n. 07010621953202331 – Notícia de Fato n. 2022.0005908 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);

23.292 E-doc n. 07010621956202374 – Procedimento Administrativo n. 2019.0006648 (P. J. de Goiatins);

23.293 E-doc n. 07010622665202311 – Procedimento Preparatório n. 2023.0000653 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.294 E-doc n. 07010622648202366 – Inquérito Civil Público n. 2021.0005535 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.295 E-doc n. 07010622534202316 – Inquérito Civil Público n. 2020.0002922 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.296 E-doc n. 07010622535202361 – Inquérito Civil Público n. 2021.0008254 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.297 E-doc n. 07010622483202322 – Inquérito Civil Público n. 2018.0004744 (P. J. de Wanderlândia);

23.298 E-doc n. 07010622484202377 – Inquérito Civil Público n. 2019.0001771 (P. J. de Wanderlândia);

23.299 E-doc n. 07010622485202311 – Procedimento Administrativo n. 2021.0006167 (P. J. de Wanderlândia);

23.300 E-doc n. 07010622512202356 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004741 (2ª P. J. de Colméia);

23.301 E-doc n. 07010622763202331 – Inquérito Civil Público n. 2018.0010132 (12ª P. J. de Araguaína);

23.302 E-doc n. 07010622775202365 – Inquérito Civil Público n. 2019.0003815 (12ª P. J. de Araguaína);

23.303 E-doc n. 07010622777202354 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004011 (12ª P. J. de Araguaína);

23.304 E-doc n. 07010622803202344 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008190 (12ª P. J. de Araguaína);

23.305 E-doc n. 07010622802202316 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008189 (12ª P. J. de Araguaína);

23.306 E-doc n. 07010622829202392 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002403 (14ª P. J. de Araguaína);

23.307 E-doc n. 07010622883202338 – Inquérito Civil Público n. 2021.0007551 (23ª P. J. da Capital);

23.308 E-doc n. 07010622895202362 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004722 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - Desmatamento – GAEMA-D);

23.309 E-doc n. 07010622644202388 – Procedimento Preparatório n. 2023.0007646 (6ª P. J. de Gurupi);

23.310 E-doc n. 07010622688202316 – Procedimento Administrativo n. 2021.0008461 (12ª P. J. de Araguaína);

23.311 E-doc n. 07010622681202396 – Inquérito Civil Público n. 2018.0004651 (12ª P. J. de Araguaína);

23.312 E-doc n. 07010622692202376 – Inquérito Civil Público n. 2022.0002226 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.313 E-doc n. 07010622929202319 – Procedimento Preparatório n. 2022.0011246 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.314 E-doc n. 07010622933202387 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002352 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.315 E-doc n. 07010621858202337 – Inquérito Civil Público n. 2022.0005370 (6ª P. J. de Araguaína);

23.316 E-doc n. 07010622341202365 – Procedimento Administrativo n. 2021.0006653 (1ª P. J. de Taguatinga);

23.317 E-doc n. 07010623820202315 – Inquérito Civil Público n. 2022.0004217 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

- 23.318 E-doc n. 07010623900202354 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004703 (P. J. de Goiatins);
- 23.319 E-doc n. 07010623903202398 – Inquérito Civil Público n. 2020.0006140 (P. J. de Goiatins);
- 23.320 E-doc n. 07010623904202332 – Inquérito Civil Público n. 2020.0003169 (P. J. de Goiatins);
- 23.321 E-doc n. 07010623905202387 – Inquérito Civil Público n. 2019.0005590 (P. J. de Goiatins);
- 23.322 E-doc n. 07010623907202376 – Inquérito Civil Público n. 2020.0001136 (P. J. de Goiatins);
- 23.323 E-doc n. 07010623914202378 – Procedimento Preparatório n. 2022.0010970 (P. J. de Filadélfia);
- 23.324 E-doc n. 07010623888202388 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003538 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 23.325 E-doc n. 07010623958202314 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002468 (P. J. de Filadélfia);
- 23.326 E-doc n. 07010623971202357 – Inquérito Civil Público n. 2021.0004920 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);
- 23.327 E-doc n. 07010623986202315 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004720 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - Desmatamento – GAEMA-D);
- 23.328 E-doc n. 07010623988202312 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004721 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - Desmatamento – GAEMA-D);
- 23.329 E-doc n. 07010624067202369 – Procedimento Administrativo n. 2022.0004218 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.330 E-doc n. 07010624108202317 – Procedimento Preparatório n. 2022.0011199 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 23.331 E-doc n. 07010624114202374 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004714 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - Desmatamento – GAEMA-D);
- 23.332 E-doc n. 07010624088202384 – Procedimento Preparatório n. 2022.0006863 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 23.333 E-doc n. 07010624124202318 – Procedimento Administrativo n. 2021.0006525 (P. J. de Xambioá);
- 23.334 E-doc n. 07010623824202387 – Procedimento Administrativo n. 2022.0002604 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 23.335 E-doc n. 07010624486202317 – Procedimento Administrativo n. 2022.0004102 (5ª P. J. de Araguaína);
- 23.336 E-doc n. 07010624494202347 – Inquérito Civil Público n. 2019.0002229 (1ª P. J. de Taguatinga);
- 23.337 E-doc n. 07010624603202326 – Inquérito Civil Público n. 2021.0002557 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);
- 23.338 E-doc n. 07010624527202359 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004723 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - Desmatamento – GAEMA-D);
- 23.339 E-doc n. 07010624541202352 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002939 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 23.340 E-doc n. 07010624548202374 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006476 (P. J. de Itacajá);

23.341 E-doc n. 07010624550202343 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006475 (P. J. de Itacajá);

23.342 E-doc n. 07010624551202398 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006481 (P. J. de Itacajá);

23.343 E-doc n. 07010624546202385 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006472 (P. J. de Itacajá);

23.344 E-doc n. 07010624553202387 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003147 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.345 E-doc n. 07010624552202332 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008421 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.346 E-doc n. 07010624555202376 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004724 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - Desmatamento – GAEMA-D);

23.347 E-doc n. 07010624554202321 – Procedimento Administrativo n. 2023.0003149 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.348 E-doc n. 07010624556202311 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004726 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - Desmatamento – GAEMA-D);

23.349 E-doc n. 07010624651202314 – Inquérito Civil Público n. 2021.0002560 (2ª P. J. de Miracema do Tocantins);

23.350 E-doc n. 07010624641202389 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002306 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.351 E-doc n. 07010625149202321 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003382 (23ª P. J. da Capital);

23.352 E-doc n. 07010625138202341 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003329 (23ª P. J. da Capital);

23.353 E-doc n. 07010625029202323 – Procedimento Administrativo n. 2022.0003837 (3ª P. J. de Guaraí);

23.354 E-doc n. 07010625165202313 – Inquérito Civil Público n. 2019.0001379 (1ª P. J. de Miranorte);

23.355 E-doc n. 07010625773202328 – Inquérito Civil Público n. 2022.0008551 (8ª P. J. de Gurupi);

23.356 E-doc n. 07010625828202316 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006133 (12ª P. J. de Araguaína);

23.357 E-doc n. 07010625837202391 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002317 (12ª P. J. de Araguaína);

23.358 E-doc n. 07010625846202381 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002605 (12ª P. J. de Araguaína);

23.359 E-doc n. 07010625853202383 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003191 (12ª P. J. de Araguaína);

23.360 E-doc n. 07010625859202351 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003192 (12ª P. J. de Araguaína);

23.361 E-doc n. 07010625866202352 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002795 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.362 E-doc n. 07010625881202317 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006473 (P. J. de Itacajá);

23.363 E-doc n. 07010625954202354 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008098 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.364 E-doc n. 07010625958202332 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009068 (12ª P. J. de Araguaína);

23.365 E-doc n. 07010625961202356 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009069 (12ª P. J. de Araguaína);

23.366 E-doc n. 07010625963202345 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009070 (12ª P. J. de Araguaína);

23.367 E-doc n. 07010625580202377 – Inquérito Civil Público n. 2022.0005371 (6ª P. J. de Araguaína);

23.368 E-doc n. 07010626093202321 – Inquérito Civil Público n. 2017.0000274 (28ª P. J. da Capital);

23.369 E-doc n. 07010626096202365 – Inquérito Civil Público n. 2018.0009883 (28ª P. J. da Capital);

23.370 E-doc n. 07010626099202315 – Inquérito Civil Público n. 2018.0010506 (28ª P. J. da Capital);

23.371 E-doc n. 07010626103202329 – Inquérito Civil Público n. 2019.0005116 (28ª P. J. da Capital);

23.372 E-doc n. 07010626896202386 – Inquérito Civil Público n. 2017.3.29.23.0100 (15ª P. J. da Capital);

23.373 E-doc n. 07010626917202363 – Inquérito Civil Público n. 2022.0004483 (1ª P. J. de Arraias);

23.374 E-doc n. 07010627094202393 – Procedimento Administrativo n. 2021.0005009 (P. J. de Formoso do Araguaia);

23.375 E-doc n. 07010627225202332 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004768 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - Desmatamento – GAEMA-D);

23.376 E-doc n. 07010627231202391 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004772 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - Desmatamento – GAEMA-D);

23.377 E-doc n. 07010627232202334 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004773 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - Desmatamento – GAEMA-D);

23.378 E-doc n. 07010627236202312 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003578 (Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.379 E-doc n. 07010627240202381 – Procedimento Administrativo n. 2019.0002465 (Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.380 E-doc n. 07010627242202371 – Inquérito Civil Público n. 2022.0002733 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.381 E-doc n. 07010626867202314 – Inquérito Civil Público n. 2018.0010038 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.382 E-doc n. 07010627329202347 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008649 (2ª P. J. de Colméia);

23.383 E-doc n. 07010627334202351 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008650 (2ª P. J. de Colméia);

23.384 E-doc n. 07010626998202318 – Procedimento Administrativo n. 2022.0004632 (4ª P. J. de Porto Nacional);

23.385 E-doc n. 07010627227202321 – Inquérito Civil Público n. 2017.0003421 (2ª P. J. de Colinas do

Tocantins);

23.386 E-doc n. 07010627281202377 – Inquérito Civil Público n. 2022.0007650 (7ª P. J. de Gurupi);

23.387 E-doc n. 07010627428202329 – Inquérito Civil Público n. 2021.0008579 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.388 E-doc n. 07010627345202331 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008653 (2ª P. J. de Colméia);

23.389 E-doc n. 07010627353202386 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008693 (2ª P. J. de Colméia);

23.390 E-doc n. 07010627438202364 – Inquérito Civil Público n. 2019.0007592 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.391 E-doc n. 07010627443202377 – Inquérito Civil Público n. 2021.0007012 (24ª P. J. da Capital);

23.392 E-doc n. 07010627449202344 – Inquérito Civil Público n. 2017.0001968 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.393 E-doc n. 07010627462202311 – Notícia de Fato n. 2023.0010972 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.394 E-doc n. 07010627475202372 – Procedimento Administrativo n. 2021.0009336 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.395 E-doc n. 07010627478202314 – Procedimento Administrativo n. 2022.0004648 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.396 E-doc n. 07010627480202385 – Procedimento Administrativo n. 2022.0004649 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.397 E-doc n. 07010627476202317 – Inquérito Civil Público n. 2023.0002891 (P. J. de Itacajá);

23.398 E-doc n. 07010627465202337 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004278 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.399 E-doc n. 07010627486202352 – Inquérito Civil Público n. 2020.0006608 (P. J. de Arapoema);

23.400 E-doc n. 07010627491202365 – Inquérito Civil Público n. 2022.0003682 (P. J. de Arapoema);

23.401 E-doc n. 07010627497202332 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003580 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

23.402 E-doc n. 07010627498202387 – Procedimento Preparatório n. 2021.0000473 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

23.403 E-doc n. 07010627044202314 – Inquéritos Civil Público n. 2017.3.29.09.0187 (9ª P. J. da Capital);

23.404 E-doc n. 07010627044202314 – Inquéritos Civil Público n. 2017.3.29.09.0155 (9ª P. J. da Capital);

23.405 E-doc n. 07010627044202314 – Inquéritos Civil Público n. 2016.3.29.09.0174 (9ª P. J. da Capital);

23.406 E-doc n. 07010627044202314 – Inquéritos Civil Público n. 2016.3.29.09.0076 (9ª P. J. da Capital);

23.407 E-doc n. 07010627044202314 – Inquéritos Civil Público n. 2016.3.29.09.0270 (9ª P. J. da Capital);

23.408 E-doc n. 07010627265202384 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004248 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.409 E-doc n. 07010628069202327 – Procedimento Administrativo n. 2021.0004467 (1ª P. J. de Dianópolis);

23.410 E-doc n. 07010627987202339 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004751 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - Desmatamento – GAEMA-D);

23.411 E-doc n. 07010628145202311 – Inquérito Civil Público n. 2021.0010247 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

23.412 E-doc n. 07010628162202331 – Inquérito Civil Público n. 2020.0001083 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

23.413 E-doc n. 07010628172202377 – Inquérito Civil Público n. 2022.0001541 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

23.414 E-doc n. 07010628171202322 – Inquérito Civil Público n. 2020.0003998 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

23.415 E-doc n. 07010633001202361 – Inquérito Civil Público n. 2021.0002868 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.416 E-doc n. 07010633002202312 – Inquérito Civil Público n. 2021.0002865 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.417 E-doc n. 07010633034202318 – Inquérito Civil Público n. 2020.0001718 (P. J. de Goiatins);

23.418 E-doc n. 07010633095202377 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003202 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.419 E-doc n. 07010633051202347 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008286 (15ª P. J. da Capital);

23.420 E-doc n. 07010633076202341 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003734 (5ª P. J. de Araguaína);

23.421 E-doc n. 07010633092202333 – Notícia de Fato n. 2023.0011708 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.422 E-doc n. 07010633089202311 – Inquérito Civil Público n. 2022.0002277 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.423 E-doc n. 07010633088202375 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009773 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.424 E-doc n. 07010633297202319 – Inquérito Civil Público n. 2022.0005468 (P. J. de Arapoema);

23.425 E-doc n. 07010633191202315 – Inquérito Civil Público n. 2022.0002930 (27ª P. J. da Capital);

23.426 E-doc n. 07010633224202327 – Procedimento Administrativo n. 2021.0004601 (P. J. de Ananás);

23.427 E-doc n. 07010633225202371 – Procedimento Administrativo n. 2021.0004636 (P. J. de Ananás);

23.428 E-doc n. 07010633567202391 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009466 (6ª P. J. de Gurupi);

- 23.429 E-doc n. 07010633565202319 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009465 (6ª P. J. de Gurupi);
- 23.430 E-doc n. 07010633562202369 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009463 (6ª P. J. de Gurupi);
- 23.431 E-doc n. 07010633561202314 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009462 (6ª P. J. de Gurupi);
- 23.432 E-doc n. 07010633558202317 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009754 (12ª P. J. de Araguaína);
- 23.433 E-doc n. 07010633557202356 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009752 (12ª P. J. de Araguaína);
- 23.434 E-doc n. 07010633553202378 - Procedimento Administrativo n. 2019.0003113 (12ª P. J. de Araguaína);
- 23.435 E-doc n. 07010633552202323 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009756 (12ª P. J. de Araguaína);
- 23.436 E-doc n. 07010633551202389 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009755 (12ª P. J. de Araguaína);
- 23.437 E-doc n. 07010633548202365 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002296 (12ª P. J. de Araguaína);
- 23.438 E-doc n. 07010633563202311 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009464 (6ª P. J. de Gurupi);
- 23.439 E-doc n. 07010634688202351 - Inquérito Civil Público n. 2019.0001515 (9ª P. J. da Capital);
- 23.440 E-doc n. 07010634741202313 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008937 (9ª P. J. da Capital);
- 23.441 E-doc n. 07010634627202393 - Inquérito Civil Público n. 2019.0001021 (9ª P. J. da Capital);
- 23.442 E-doc n. 07010634585202391 - Inquérito Civil Público n. 2019.0000205 (9ª P. J. da Capital);
- 23.443 E-doc n. 07010634589202379 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009469 (9ª P. J. da Capital);
- 23.444 E-doc n. 07010634622202361 – Procedimento Preparatório n. 2023.0005247 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 23.445 E-doc n. 07010634565202311 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007737 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 23.446 E-doc n. 07010631354202325 – Inquérito Civil Público n. 2018.0006548 (12ª P. J. de Araguaína);
- 23.447 E-doc n. 07010631350202347 – Inquérito Civil Público n. 2018.0006546 (12ª P. J. de Araguaína);
- 23.448 E-doc n. 07010631343202345 – Inquérito Civil Público n. 2017.0000566 (12ª P. J. de Araguaína);
- 23.449 E-doc n. 07010631343202345 – Procedimento Preparatório n. 2017.0000566 (5ª P. J. de Porto Nacional);
- 23.450 E-doc n. 07010631317202317 – Procedimento Preparatório n. 2023.0001036 (13ª P. J. de Araguaína);
- 23.451 E-doc n. 07010631337202398 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009240 (12ª P. J. de Araguaína);
- 23.452 E-doc n. 07010631336202343 – Inquérito Civil Público n. 2020.0005448 (12ª P. J. de Araguaína);
- 23.453 E-doc n. 07010631329202341 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003321 (12ª P. J. de Araguaína);
- 23.454 E-doc n. 07010631129202399 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008911 (P. J. Regional

Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.455 E-doc n. 07010631124202366 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004493 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.456 E-doc n. 07010630994202318 – Procedimento Administrativo n. 2021.0007150 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.457 E-doc n. 07010630987202316 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004113 (P. J. de Arapoema);

23.458 E-doc n. 07010631392202388 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009580 (12ª P. J. de Araguaína);

23.459 E-doc n. 07010631391202333 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009563 (12ª P. J. de Araguaína);

23.460 E-doc n. 07010631244202363 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008197 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

23.461 E-doc n. 07010631243202319 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008195 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

23.462 E-doc n. 07010631239202351 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008194 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

23.463 E-doc n. 07010631238202314 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008193 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

23.464 E-doc n. 07010631232202339 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008196 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

23.465 E-doc n. 07010631402202385 – Procedimento Administrativo n. 2020.0003770 (2ª P. J. de Guaraí);

23.466 E-doc n. 07010631403202321 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004490 (2ª P. J. de Guaraí);

23.467 E-doc n. 07010631463202342 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006718 (2ª P. J. de Guaraí);

23.468 E-doc n. 07010631459202384 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004514 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.469 E-doc n. 07010631460202317 – Inquérito Civil Público n. 2017.0003828 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.470 E-doc n. 07010631457202395 – Procedimento Administrativo n. 2019.0000160 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.471 E-doc n. 07010631436202371 – Inquérito Civil Público n. 2022.0005398 (8ª P. J. de Gurupi);

23.472 E-doc n. 07010631461202353 – Inquérito Civil Público n. 2017.0003649 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.473 E-doc n. 07010631405202319 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003702 (P. J. de Xambioá);

23.474 E-doc n. 07010631417202343 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003514 (P. J. de Xambioá);

23.475 E-doc n. 07010631413202365 – Inquérito Civil Público n. 2021.0002285 (P. J. de Xambioá);

23.476 E-doc n. 07010631794202382 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004668 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.477 E-doc n. 07010631596202319 – Procedimento Administrativo n. 2022.0007623 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

23.478 E-doc n. 07010631609202351 – Inquérito Civil Público n. 2021.0002864 (15ª P. J. da Capital);

23.479 E-doc n. 07010631673202331 – Procedimento Preparatório n. 2022.0002521 (15ª P. J. da Capital);

23.480 E-doc n. 07010631499202326 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008695 (2ª P. J. de Colméia);

23.481 E-doc n. 07010631652202315 – Inquérito Civil Público n. 2021.0000833 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.482 E-doc n. 07010632133202374 – Procedimento Administrativo n. 2021.0001979 (1ª P. J. de Taguatinga);

23.483 E-doc n. 07010632130202331 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009730 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.484 E-doc n. 07010632009202317 – Inquérito Civil Público n. 06/2018 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

23.485 E-doc n. 07010632011202388 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003527 (23ª P. J. da Capital);

23.486 E-doc n. 07010632028202335 – Inquérito Civil Público n. 2022.0008859 (8ª P. J. de Gurupi);

23.487 E-doc n. 07010632050202385 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006532 (P. J. de Goiatins);

23.488 E-doc n. 07010632049202351 – Inquérito Civil Público n. 2018.0009258 (P. J. de Goiatins);

23.489 E-doc n. 07010632338202351 – Inquérito Civil Público n. 2018.0005033 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.490 E-doc n. 07010632348202395 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003848 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.491 E-doc n. 07010631865202347 – Inquérito Civil Público n. 2020.0005431 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.492 E-doc n. 07010631893202364 – Procedimento Preparatório n. 2023.0002968 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.493 E-doc n. 07010631948202336 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003540 (23ª P. J. da Capital);

23.494 E-doc n. 07010631873202393 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009516 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.495 E-doc n. 07010632177202311 – Inquérito Civil Público n. 2021.0002041 (P. J. de Paranã);

23.496 E-doc n. 07010632848202327 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008716 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.497 E-doc n. 07010632844202349 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008715 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.498 E-doc n. 07010632839202336 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008714 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.499 E-doc n. 07010632895202371 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008935 (Grupo de Atuação

Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.500 E-doc n. 07010632892202337 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008933 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.501 E-doc n. 07010632894202326 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008934 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.502 E-doc n. 07010632891202392 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008932 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.503 E-doc n. 07010632889202313 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008931 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.504 E-doc n. 07010632887202324 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008930 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.505 E-doc n. 07010632886202381 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008929 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.506 E-doc n. 07010632883202346 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008928 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.507 E-doc n. 07010632881202357 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008926 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.508 E-doc n. 07010632882202318 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008927 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.509 E-doc n. 07010632880202311 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008925 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.510 E-doc n. 07010632879202388 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008924 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.511 E-doc n. 07010632899202359 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008937 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.512 E-doc n. 07010632896202315 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008936 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.513 E-doc n. 07010632814202332 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008711 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.514 E-doc n. 07010632825202312 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008713 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.515 E-doc n. 07010632821202334 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008712 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.516 E-doc n. 07010632860202331 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008720 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.517 E-doc n. 07010632857202318 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008719 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.518 E-doc n. 07010632853202331 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008718 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.519 E-doc n. 07010632852202395 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008717 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.520 E-doc n. 07010632872202366 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008723 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.521 E-doc n. 07010632875202316 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008724 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.522 E-doc n. 07010632868202314 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008722 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.523 E-doc n. 07010632878202333 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008923 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.524 E-doc n. 07010632864202311 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008721 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.525 E-doc n. 07010632877202399 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008923 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.526 E-doc n. 07010632876202344 – Procedimento Preparatório n. 2023.0008725 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Incêndios Florestais e Queimadas – GAEMA-IQ);

23.527 E-doc n. 07010632960202368 – Inquérito Civil Público n. 2022.0001774 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.528 E-doc n. 07010632831202371 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003168 (P. J. de Ananás);

23.529 E-doc n. 07010632818202311 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003316 (P. J. de Ananás);

23.530 E-doc n. 07010632442202344 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004593 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.531 E-doc n. 07010632439202321 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004516 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.532 E-doc n. 07010632435202342 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004515 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.533 E-doc n. 07010632625202361 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004288 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

23.534 E-doc n. 07010632419202351 – Procedimento Administrativo n. 2022.0005150 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.535 E-doc n. 07010632614202381 – Inquérito Civil Público n. 2021.0004466 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.536 E-doc n. 07010632612202391 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003233 (9ª P. J. da Capital);

23.537 E-doc n. 07010632611202346 – Inquérito Civil Público n. 2017.0002996 (9ª P. J. da Capital);

23.538 E-doc n. 07010632610202318 – Inquérito Civil Público n. 2020.0003229 (9ª P. J. da Capital);

- 23.539 E-doc n. 07010634240202337 – Inquérito Civil Público n. 2017.0003363 (9ª P. J. da Capital);
- 23.540 E-doc n. 07010634234202381 – Inquérito Civil Público n. 2017.0002899 (9ª P. J. da Capital);
- 23.541 E-doc n. 07010634227202388 – Inquérito Civil Público n. 2018.0008920 (9ª P. J. da Capital);
- 23.542 E-doc n. 07010634260202316 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000654 (9ª P. J. da Capital);
- 23.543 E-doc n. 07010634279202354 – Inquérito Civil Público n. 2018.0008853 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.544 E-doc n. 07010634278202318 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004636 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.545 E-doc n. 07010634275202376 – Procedimento Administrativo n. 2022.0005272 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.546 E-doc n. 07010634281202323 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004484 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.547 E-doc n. 07010634280202389 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004310 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.548 E-doc n. 07010634284202367 – Procedimento Administrativo n. 2020.0007297 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.549 E-doc n. 07010634254202351 – Procedimento Preparatório n. 2023.0001848 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 23.550 E-doc n. 07010634293202358 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004389 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 23.551 E-doc n. 07010634327202312 – Notícia de Fato n. 2023.0011707 (P. J. de Filadélfia);
- 23.552 E-doc n. 07010634326202361 – Procedimento Administrativo n. 2022.0009351 (P. J. de Filadélfia);
- 23.553 E-doc n. 07010634323202326 – Inquérito Civil Público n. 2019.0002249 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);
- 23.554 E-doc n. 07010634322202381 – Inquérito Civil Público n. 2022.0002976 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);
- 23.555 E-doc n. 07010634311202318 – Procedimento Administrativo n. 2022.0005234 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 23.556 E-doc n. 07010634302202319 – Inquérito Civil Público n. 2017.0002729 (9ª P. J. da Capital);
- 23.557 E-doc n. 07010634299202325 – Inquérito Civil Público n. 2017.0002923 (9ª P. J. da Capital);
- 23.558 E-doc n. 07010634298202381 – Inquérito Civil Público n. 2018.0008062 (9ª P. J. da Capital);
- 23.559 E-doc n. 07010634494202355 – Procedimento Preparatório n. 2023.0005361 (28ª P. J. da Capital);
- 23.560 E-doc n. 07010634474202384 – Procedimento Administrativo n. 2022.0009692 (28ª P. J. da Capital);
- 23.561 E-doc n. 07010634405202371 – Inquérito Civil Público n. 2017.0000319 (9ª P. J. da Capital);

- 23.562 E-doc n. 07010634404202326 – Inquérito Civil Público n. 2017.0002716 (9ª P. J. da Capital);
- 23.563 E-doc n. 07010634402202337 – Inquérito Civil Público n. 2017.0003364 (9ª P. J. da Capital);
- 23.564 E-doc n. 07010634120202331 – Inquérito Civil Público n. 2021.0001448 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 23.565 E-doc n. 07010634156202313 – Notícia de Fato n. 2023.0009976 (2ª P. J. de Colméia);
- 23.566 E-doc n. 07010634163202315 – Notícia de Fato n. 2023.0011226 (2ª P. J. de Colméia);
- 23.567 E-doc n. 07010634970202338 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004858 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.568 E-doc n. 07010634971202382 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004859 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.569 E-doc n. 07010634939202313 – Inquérito Civil Público n. 2018.0005563 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.570 E-doc n. 07010634941202376 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004916 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.571 E-doc n. 07010634940202321 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000660 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.572 E-doc n. 07010634942202311 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004728 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.573 E-doc n. 07010634944202318 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004726 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.574 E-doc n. 07010634946202315 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004869 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.575 E-doc n. 07010635343202314 – Procedimento Administrativo n. 2022.0009707 (2ª P. J. de Guaraí);
- 23.576 E-doc n. 07010635346202358 – Procedimento Administrativo n. 2022.0009709 (2ª P. J. de Guaraí);
- 23.577 E-doc n. 07010635347202319 – Procedimento Administrativo n. 2022.0009710 (2ª P. J. de Guaraí);
- 23.578 E-doc n. 07010635344202369 – Procedimento Administrativo n. 2022.0009708 (2ª P. J. de Guaraí);
- 23.579 E-doc n. 07010635240202354 – Inquérito Civil Público n. 2021.0001309 (9ª P. J. da Capital);
- 23.580 E-doc n. 07010635235202341 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003063 (9ª P. J. da Capital);
- 23.581 E-doc n. 07010635229202394 – Inquérito Civil Público n. 2021.0003372 (9ª P. J. da Capital);
- 23.582 E-doc n. 07010635239202321 – Inquérito Civil Público n. 2018.0000093 (9ª P. J. da Capital);
- 23.583 E-doc n. 07010635371202331 – Inquérito Civil Público n. 2023.0008195 (9ª P. J. da Capital);
- 23.584 E-doc n. 07010635195202338 – Procedimento Administrativo n. 2022.0008163 (Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher – CAOCCID);

- 23.585 E-doc n. 07010635434202351 – Inquérito Civil Público n. 2018.0007839 (9ª P. J. da Capital);
- 23.586 E-doc n. 07010635429202347 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000418 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.587 E-doc n. 07010635430202371 – Inquérito Civil Público n. 2017.0003843 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.588 E-doc n. 07010635428202319 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004936 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 23.589 E-doc n. 07010635437202393 – Procedimento Administrativo n. 2019.0005320 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 23.590 E-doc n. 07010630788202316 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004712 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.591 E-doc n. 07010630790202387 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004713 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.592 E-doc n. 07010630795202318 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004716 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.593 E-doc n. 07010630793202311 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004715 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.594 E-doc n. 07010630796202354 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004717 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.595 E-doc n. 07010630800202384 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004728 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.596 E-doc n. 07010630798202343 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004718 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.597 E-doc n. 07010630803202318 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004748 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.598 E-doc n. 07010630801202329 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004742 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.599 E-doc n. 07010630805202315 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004766 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.600 E-doc n. 07010630807202312 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004767 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.601 E-doc n. 07010630976202336 – Inquérito Civil Público n. 2021.0005855 (P. J. de Natividade);
- 23.602 E-doc n. 07010630909202311 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004770 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.603 E-doc n. 07010630912202335 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004708 (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – Desmatamento – GAEMA– D);
- 23.604 E-doc n. 07010630923202315 – Procedimento Administrativo n. 2022.0004867 (4ª P. J. de Paraíso

do Tocantins);

23.605 E-doc n. 07010630900202319 – Inquérito Civil Público n. 2018.0000565 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.606 E-doc n. 07010630885202317 – Procedimento Administrativo n. 2022.0004825 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

23.607 E-doc n. 07010630982202393 – Inquérito Civil Público n. 2021.0005853 (P. J. de Natividade);

23.608 E-doc n. 07010630991202384 – Inquérito Civil Público n. 2021.0005817 (P. J. de Natividade);

23.609 E-doc n. 07010635443202341 – Procedimento Administrativo n. 2019.0006606 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.610 E-doc n. 07010635446202384 – Inquérito Civil Público n. 2020.0006004 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.611 E-doc n. 07010635450202342 – Procedimento Administrativo n. 2021.0005845 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.612 E-doc n. 07010635473202357 – Inquérito Civil Público n. 2021.0001925 (P. J. de Xambioá);

23.613 E-doc n. 07010635474202318 – Inquérito Civil Público n. 2021.0002136 (P. J. de Xambioá);

23.614 E-doc n. 07010635476202391 – Inquérito Civil Público n. 2021.0002362 (P. J. de Xambioá);

23.615 E-doc n. 07010635475202346 – Inquérito Civil Público n. 2021.0001374 (P. J. de Xambioá);

23.616 E-doc n. 07010635477202335 – Inquérito Civil Público n. 2021.0002706 (P. J. de Xambioá);

23.617 E-doc n. 07010635478202381 – Inquérito Civil Público n. 2021.0001724 (P. J. de Xambioá);

23.618 E-doc n. 07010635479202324 – Inquérito Civil Público n. 2021.0001637 (P. J. de Xambioá);

23.619 E-doc n. 07010635522202351 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004523 (12ª P. J. de Araguaína);

23.620 E-doc n. 07010635527202384 – Procedimento Administrativo n. 2022.0009827 (12ª P. J. de Araguaína);

23.621 E-doc n. 07010635530202314 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009539 (P. J. de Palmeirópolis);

23.622 E-doc n. 07010635061202317 – Procedimento Administrativo n. 2022.0005294 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.623 E-doc n. 07010635087202365 – Inquérito Civil Público n. 2022.0005795 (9ª P. J. da Capital);

23.624 E-doc n. 07010634783202354 – Procedimento Administrativo n. 2019.0006319 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.625 E-doc n. 07010634871202356 – Inquérito Civil Público n. 2018.0006466 (2ª P. J. de Dianópolis);

23.626 E-doc n. 07010634782202318 – Procedimento Administrativo n. 2022.0009568 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.627 E-doc n. 07010635249202365 – Inquérito Civil Público n. 2017.0002468 (9ª P. J. da Capital);

23.628 E-doc n. 07010635255202312 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004886 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.629 E-doc n. 07010635254202378 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000419 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.630 E-doc n. 07010635253202323 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000643 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.631 E-doc n. 07010635259202317 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000424 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.632 E-doc n. 07010635260202325 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000422 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.633 E-doc n. 07010635258202356 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004880 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.634 E-doc n. 07010635257202311 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004885 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.635 E-doc n. 07010635261202371 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000421 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.636 E-doc n. 07010635264202311 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000416 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.637 E-doc n. 07010635263202369 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000417 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.638 E-doc n. 07010635267202347 – Inquérito Civil Público n. 2017.0003842 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.639 E-doc n. 07010635265202358 – Inquérito Civil Público n. 2018.0007429 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.640 E-doc n. 07010635268202391 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004731 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.641 E-doc n. 07010635273202311 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004660 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.642 E-doc n. 07010635298202314 – Procedimento Preparatório n. 2023.0004531 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

23.643 E-doc n. 07010635296202317 – Inquérito Civil Público n. 2020.0000725 (P. J. de Filadélfia);

23.644 E-doc n. 07010635291202386 – Inquérito Civil Público n. 2021.0004207 (P. J. de Filadélfia);

23.645 E-doc n. 07010635311202319 – Procedimento Administrativo n. 2021.0007209 (Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Diteiros Humanos e da Mulher – CAOCCID);

23.646 E-doc n. 07010635322202315 – Inquérito Civil Público n. 2019.0002640 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.647 E-doc n. 07010635319202385 – Inquérito Civil Público n. 2022.0005474 (1ª P. J. de

Tocantinópolis);

23.648 E-doc n. 07010635134202371 – Inquérito Civil Público n. 2021.0001924 (P. J. de Xambioá);

23.649 E-doc n. 07010635126202324 – Inquérito Civil Público n. 2019.0005410 (12ª P. J. de Araguaína);

23.650 E-doc n. 07010635124202335 – Inquérito Civil Público n. 2021.0010170 (12ª P. J. de Araguaína);

23.651 E-doc n. 07010634780202311 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006148 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.652 E-doc n. 07010634781202365 – Procedimento Administrativo n. 2022.0009567 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.653 E-doc n. 07010634967202314 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004787 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.654 E-doc n. 07010634968202369 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004797 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.655 E-doc n. 07010634969202311 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004857 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.656 E-doc n. 07010634990202317 – Inquérito Civil Público n. 2018.0009023 (9ª P. J. da Capital);

23.657 E-doc n. 07010634992202314 – Inquérito Civil Público n. 2021.0007547 (P. J. de Araguaçu);

23.658 E-doc n. 07010634769202351 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000964 (23ª P. J. da Capital);

23.659 E-doc n. 07010634761202394 – Inquérito Civil Público n. 2020.0006920 (9ª P. J. da Capital);

23.660 E-doc n. 07010634753202348 – Inquérito Civil Público n. 2018.0008728 (9ª P. J. da Capital);

23.661 E-doc n. 07010634966202371 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004727 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.662 E-doc n. 07010634964202381 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004758 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.663 E-doc n. 07010634962202391 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004751 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.664 E-doc n. 07010634961202347 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004745 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.665 E-doc n. 07010634959202378 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004743 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.666 E-doc n. 07010634957202389 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004729 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.667 E-doc n. 07010634956202334 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004724 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.668 E-doc n. 07010634952202356 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006015 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.669 E-doc n. 07010634949202332 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004863 (2ª P. J. de Colinas do

Tocantins);

23.670 E-doc n. 07010634951202311 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004860 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.671 E-doc n. 07010634948202398 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004864 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

23.672 E-doc n. 07010634947202343 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004865 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

24 Expedientes de remessa de Recomendação expedida em Procedimento Extrajudicial:

24.1 E-doc n. 07010624411202311 - Procedimento Administrativo de Outras Atividades não Sujeitas a Inquérito Civil n. 2023.0006778 (5ª P. J. de Porto Nacional);

24.2 E-doc n. 07010625389202325 – Procedimento Administrativo n. 2023.0011533 (10ª P. J. da Capital);

24.3 E-doc n. 07010625887202378 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006478 (P. J. de Itacajá);

24.4 E-doc's n. 07010625871202365, 07010625874202315, 07010625876202398 e 07010625880202356 – Procedimento Administrativo n. 2022.0009810 (P. J. de Itacajá);

24.5 E-doc n. 07010634325202315 - Procedimento Administrativo n. 2022.0007762 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

25 Expedientes informando declínio de atribuição de Procedimento Extrajudicial entre Promotorias de Justiça:

25.1 E-doc n. 07010633117202315 - Informa remessa do Procedimento Preparatório n. 2023.0007378 às 6ª e 14ª Promotorias de Justiça de Araguaína (5ª P. J. de Araguaína);

25.2 E-doc n. 07010633497202371 - Informa remessa da Notícia de Fato n. 2023.0007899 à Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins (3ª P. J. de Guaraí);

25.3 E-doc n. 07010633869202361 - Informa remessa do Procedimento Administrativo n. 2022.0004101 à Promotoria de Justiça de Palmas com atribuição na área infância e juventude (P. J. de Ananás);

26 Expedientes de remessa de decisão de declínio de atribuição em Procedimento Extrajudicial a outro Ministério Público:

26.1 E-doc n. 07010622670202314 – Interessada: Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Assunto: Informa declínio de atribuição do Procedimento Administrativo n. 2020.0003511 e determina remessa dos autos ao Ministério Público Federal;

26.2 E-doc n. 07010622673202341 – Interessada: Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Assunto: Informa declínio de atribuição do Procedimento Administrativo n. 2020.0003512 e determina remessa dos autos ao Ministério Público Federal;

26.3 E-doc n. 07010625802202351 – Interessada: Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Assunto: Informa declínio de atribuição do Procedimento Administrativo n. 2020.0003909 e determina remessa dos autos ao Ministério Público Federal;

26.4 E-doc's n. 07010624911202351 e 07010624902202361 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Informa declínio Parcial de Atribuição de Procedimento Administrativo n. 2022.0002992 determina remessa dos autos ao Ministério Público Federal;

26.5 E-doc n. 07010626855202391 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Informa declínio de atribuição da Notícia de Fato n. 2023.0011210 e determina remessa dos autos ao Ministério Público Federal;

26.6 E-doc n. 07010632823202323 - Interessada: Promotoria de Justiça de Ananás. Assunto: Comunica declínio de atribuição do Inquérito Civil Público n. 2021.0003180 e determina remessa dos autos ao Ministério Público Federal;

26.7 E-doc n. 07010626209202322 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Comunica declínio de atribuição do Procedimento Administrativo n. 2022.0011061 e determina a remessa dos autos à Promotoria de Justiça da Comarca de Goianira/GO;

27 Expediente informando realização de audiência pública:

27.1 E-doc n. 07010629740202357 - Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia. Assunto: Comunica realização de Audiência Pública, considerando informações constantes do Inquérito Civil Público n. 2021.0004405;

28 E-doc n. 07010626525202311– Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Determina arquivamento do Inquérito Civil Público n. 2023.0010524 e juntada dos documentos anexados no evento 25 na Notícia de Fato Criminal n. 2022.0003200 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

29 Apreciação de feitos da relatoria do Conselheiro Luciano Cesar Casaroti:

29.1 E-ext n. 2023.0002908 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Recurso Administrativo interposto em face da decisão de Arquivamento de Notícia de Fato (Relator: Conselheiro Moacir Camargo de Oliveira; vista concedida ao Conselheiro Luciano Cesar Casaroti na 251ª Sessão Ordinária do CSMP);

29.2 Autos CSMP n. 5/2023 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento Parcial do Inquérito Civil Público n. 51/2011;

29.3 E-ext n. 2022.0006311 - Interessada: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

29.4 E-ext n. 2022.0007463 - Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

29.5 E-ext n. 2022.0007531 - Interessada: Promotoria de Justiça de Xambioá. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

29.6 E-ext n. 2022.0008136 - Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

29.7 E-ext n. 2023.0001811 - Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

29.8 E-ext n. 2023.0004697 - Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

29.9 E-ext n. 2023.0007025 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Notícia de Fato;

30 Apreciação de feitos da relatoria do Conselheiro José Demóstenes de Abreu:

30.1 E-ext n. 2017.0002935 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.2 E-ext n. 2018.0004238 – Interessada: Promotoria de Justiça de Alvorada: Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.3 E-ext n. 2018.0006062 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.4 E-ext n. 2018.0006374 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.5 E-ext n. 2018.0007252 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.6 E-ext n. 2019.0004945 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.7 E-ext n. 2019.0005632 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins. Assunto: Declínio de Atribuição de Inquérito Civil Público;

30.8 E-ext n. 2019.0006598 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.9 E-ext n. 2019.0007725 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.10 E-ext n. 2020.0000018 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.11 E-ext n. 2020.0000531 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.12 E-ext n. 2020.0001277 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.13 E-ext n. 2020.0001786 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.14 E-ext n. 2020.0002268 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo;

30.15 E-ext n. 2020.0004251 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.16 E-ext n. 2020.0004379 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.17 E-ext n. 2020.0004748 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.18 E-ext n. 2020.0005919 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.19 E-ext n. 2020.0006351 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção

de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.20 E-ext n. 2020.0007105 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.21 E-ext n. 2020.0007806 - Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.22 E-xt n. 2021.0000073 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.23 E-ext n. 2021.0000857 – Interessada: Promotoria de Justiça de Araguaçu. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo;

30.24 E-ext n. 2021.0001638 – Interessada: Promotoria de Justiça de Xambioá. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.25 E-ext n. 2021.0001727 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.26 E-ext n. 2021.0001746 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.27 E-ext n. 2021.0005162 – Interessada: Promotoria de Justiça de Novo Acordo. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.28 E-ext n. 2021.0006025 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.29 E-ext n. 2022.0000575 – Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.30 E-ext n. 2022.0001312 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo;

30.31 E-ext n. 2022.0002681 – Interessada: Promotoria de Justiça de Novo Acordo. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.32 E-ext n. 2022.0005003 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.33 E-ext n. 2022.0005009 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.34 E-ext n. 2022.0007104 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.35 E-ext n. 2022.0007365 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.36 E-ext n. 2022.0007649 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.37 E-ext n. 2022.0007850 – Interessada: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.38 E-ext n. 2022.0009509 - Interessada: Promotoria de Justiça de Novo Acordo. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.39 E-ext n. 2022.0010160 - Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.40 E-ext n. 2022.0010999 - Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.41 E-ext n. 2022.0011158 – Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.42 E-ext n. 2023.0000318 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.43 E-ext n. 2023.0001114 – Interessada: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.44 E-ext n. 2023.0006550 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

30.45 E-ext n. 2023.0006701 - Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

30.46 E-ext n. 2023.0007183 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

31 Apreciação de feitos da relatoria do Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra:

31.1 Autos CSMP n. 11/2023 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público n. 2016.3.29.09.0216;

31.2 E-ext n. 2018.0006395 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

31.3 E-ext n. 2019.0008217 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

31.4 E-ext n. 2020.0001324 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

31.5 E-ext n. 2023.0001899 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

31.6 E-ext n. 2023.0004060 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32 Apreciação de feitos da relatoria da Conselheira Maria Cotinha Bezerra Pereira:

32.1 E-ext n. 2018.0008398 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.2 E-ext n. 2018.0009392 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.3 E-ext n. 2019.0002476 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto:

Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.4 E-ext n. 2019.0004264 – Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.5 E-ext n. 2020.0000527 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.6 E-ext n. 2020.0006585 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.7 E-ext n. 2020.0007809 – Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia e Alto e Médio Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.8 E-ext n. 2021.0000910 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.9 E-ext n. 2021.0001038 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.10 E-ext n. 2021.0001069 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.11 E-ext n. 2021.0003641 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.12 E-ext n. 2021.0004996 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.13 E-ext n. 2021.0005027 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.14 E-ext n. 2021.0005462 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.15 E-ext n. 2021.0005844 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.16 E-ext n. 2021.0006035 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.17 E-ext n. 2021.0008247 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.18 E-ext n. 2021.0008676 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.19 E-ext n. 2021.0009657 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.20 E-ext n. 2022.0000680 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.21 E-ext n. 2022.0000966 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Miranorte. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.22 E-ext n. 2022.0003705 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.23 E-ext n. 2022.0005007 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.24 E-ext n. 2022.0005015 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.25 E-ext n. 2022.0005035 - Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.26 E-ext n. 2022.0005210 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.27 E-ext n. 2022.0007237 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ananás. Assunto: Declínio de Atribuição de Inquérito Civil Público;

32.28 E-ext n. 2022.0007628 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.29 E-ext n. 2022.0009077 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.30 E-ext n. 2022.0009562 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.31 E-ext n. 2022.0009677 – Interessada: 14ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.32 E-ext n. 2022.0009842 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.33 E-ext n. 2023.0000327 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

32.34 E-ext n. 2023.0000539 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.35 E-ext n. 2023.0000708 – Interessada: Promotoria de Justiça de Itacajá. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.36 E-ext n. 2023.0001091 – Interessada: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

32.37 E-ext n. 2023.0008860 - Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Recurso Administrativo Interposto em face da Decisão de Indeferimento da Notícia de Fato;

32.38 E-ext n. 2023.0009842 - Interessada: 26ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Recurso Administrativo Interposto em face da Decisão de Indeferimento da Notícia de Fato;

33 Apreciação de feitos da relatoria do Conselheiro Moacir Camargo de Oliveira:

33.1 E-ext n. 2017.0000605 - Interessada: 14ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

33.2 E-ext n. 2018.0000271 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

33.3 E-ext n. 2018.0007561 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

33.4 E-ext n. 2020.0000169 - Interessada: Promotoria de Justiça de Ananás. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

33.5 E-ext n. 2020.0004447 - Interessada: Promotoria de Justiça de Natividade. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

33.6 E-ext n. 2021.0003836 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

33.7 E-ext n. 2021.0009600 - Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

33.8 E-ext n. 2022.0005010 - Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

33.9 E-ext n. 2022.0009885 - Interessada: 14ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

33.10 E-ext n. 2023.0000105 - Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

33.11 E-ext n. 2023.0000825 - Interessada: 14ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

33.12 E-ext n. 2023.0002153 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

33.13 E-ext n. 2023.0006276 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Notícia de Fato;

33.14 E-ext n. 2023.0008476 – Interessada: Promotoria de Justiça de Novo Acordo. Assunto: Recurso Administrativo interposto em face da decisão de Arquivamento de Notícia de Fato;

34 Outros assuntos.

PUBLIQUE–SE.

Palmas, 11 de janeiro de 2024.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador–Geral de Justiça
Presidente do CSMP/TO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA



Assinado por: DANIELE BRANDAO BOGADO como (danielebogado)

Na data: 11/01/2024 às 19:03:56

SIGN: ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9

URL: <https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar->

[assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9](https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-)

Contatos:

<http://mpto.mp.br/portal/>

63 3216-7600



920091 - DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2023.0004796

Edital de Notificação de Promoção de Arquivamento

O Promotor de Justiça, Dr. André Felipe Santos Coelho, perante a Promotoria de Justiça de Alvorada/TO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, NOTIFICA o Representante anônimo acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO da representação registrada nesta Promotoria de Justiça como Procedimento Preparatório nº 2023.0004796, Protocolo nº 07010570324202335 – relatando Suposta Prática de Nepotismo no Município de Alvorada. Salienta-se que o Representante poderá interpor recurso, acompanhado das respectivas razões (art. 18º, § 2º, da Resolução 005/2018/CSMP/TO).

Decisão de Arquivamento

Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado âmbito desta Promotoria de Justiça, com fulcro no teor da denúncia anônima, encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, em 10/05/2023, sob o Protocolo nº 07010570324202335, relatando Suposta Prática de Nepotismo no Município de Alvorada.

“Bom dia. Gostaria de informa a prática de nepotismo cruzado no município de Alvorada-to, A vereadora Patricia Pimentel Henrique, tendo vários familiares empregados na prefeitura em troca de apoio incondicional ao prefeito e suas praticas erroneas”.

Com o propósito de instruir o procedimento e, particularmente, afastar as irregularidades detectadas, em tese configuradoras de nepotismo, este órgão ministerial promoveu a expedição de ofícios ao Prefeito Municipal de Alvorada-TO, solicitando, no prazo de 10 (dez) dias, para prestar informações sobre os fatos narrados na representação (eventos 7 e 10).

Em resposta, Prefeito Municipal de Alvorada-TO informou no (evento 12) que: *“No quadro de servidores do município de Alvorada/TO não existe nenhuma nomeação que configure nepotismo cruzado”.*

Foi determinado novamente a expedição de ofício no (evento 14) ao Prefeito Municipal de Alvorada-TO, requisitando informações a respeito da nomeação da Sra. Pollyana Pimentel Henrique (irmã da Vereadora Patricia Pimentel Henrique), devendo juntar ato de nomeação e demais documentos pertinentes, como declaração de não parentesco (nepotismo) que se exige no ato da nomeação, dentre outros que achar pertinente.

Já no (evento 16) o Prefeito Municipal de Alvorada-TO informou que *“Peço vênia para tecer informações ora solicitadas, uma vez que, este Ente preza sempre pela transparência e legalidade de todos os atos praticados e sempre em detrimento da lei. Cumpre informar que, os servidores citados nos referidos procedimentos sempre prestaram serviços com excelência ao Município de Alvorada/TO, porém mediante informações deste douto MPETO, que os mesmos enquadram nos termos da Súmula Vincula 13 do STF, e por sempre agir mediante os princípios basilares que regem Administração Pública. Assim, informo que a partir de 01 de novembro de 2023, todos os servidores citados nos referidos procedimentos serão exonerados, apesar de entender que tais nomeações não causaram e nem tampouco causarão prejuízos ao erário”.*

Por fim, foi requisitando no (evento 18) ao Prefeito Municipal de Alvorada-TO, quais foras as providências adotadas conforme informações prestadas no ofício nº 078/2023 enviado pelo Senhor Prefeito Municipal de Alvorada no dia 25/10/2023.

Em resposta ao solicitado no (evento 20) o Prefeito Municipal de Alvorada/TO, encaminhou documentação da servidora Pollyana Pimentel Henrique encerrando vínculo com o município de Alvorada/TO.

É o relatório necessário, passo a decidir.

O presente Procedimento Preparatório tem por objetivo apurar suposta prática de nepotismo no Município de Alvorada/TO.

Compulsando detidamente os presentes autos, nota-se que esse Órgão de Execução averiguou a denúncia apresentada no decorrer da investigação, buscando resolver pontualmente o caso de nepotismo cruzado entre o legislativo e o executivo, bem como aqueles inerentes tão somente à administração pública municipal, sendo resolvido o caso de nepotismo e dirimida algumas dúvidas que não foram confirmadas em relação aos parentescos denunciados.

Diante de todas as informações colhidas no presente procedimento, não foi possível identificar o elemento subjetivo dolo ou mesmo culpa grave na conduta dos agentes públicos responsáveis pelos fatos investigados.

Dessa forma, alinhavados os fundamentos fáticos e jurídicos acima esposados, e diante da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública por improbidade administrativa, depois de esgotadas todas as possibilidades de diligências, o arquivamento dos autos é medida que se impõe, pela solução dos fatos comprovados e pela ausência de informações mínimas para tomada de providência diversa da presente.

Diante do exposto, promovo o arquivamento do presente procedimento e submeto minha decisão à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/85 e art. 18, inciso I, da Resolução nº 005/2018/CSMP/TO.

Antes de se encaminhar este expediente para o E. CSMP, notifique-se os interessados acerca da Promoção de Arquivamento do Procedimento, com fulcro no art. 18, §1º da Resolução 005/2018 e à vista do disposto no art. 9º, § 1º da Lei 7.347/85 e do art. 30 da Lei 8.625/93 e, notifique-se o representante anônimo, através de edital publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPE/TO e, em seguida, remeta-se os autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público para a adoção das providências cabíveis.

Alvorada, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

ANDRÉ FELIPE SANTOS COELHO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA

920091 - DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2023.0004793

EDITAL DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

O Promotor de Justiça, Dr. André Felipe Santos Coelho, perante a Promotoria de Justiça de Alvorada/TO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, NOTIFICA o Representante anônimo acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO da representação registrada nesta Promotoria de Justiça como Procedimento Preparatório nº 2023.0004793, Protocolo nº 0701057031420231 – relatando Suposta Prática de Nepotismo no Município de Alvorada. Salienta-se que o Representante poderá interpor recurso, acompanhado das respectivas razões (art. 18º, § 2º, da Resolução 005/2018/CSMP/TO).

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado âmbito desta Promotoria de Justiça, com fulcro no teor da denúncia anônima, encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, em 10/05/2023, sob o Protocolo nº 07010570314202316, relatando Suposta Prática de Nepotismo no Município de Alvorada.

“Bom dia. Gostaria de informa o abuso de poder e prática de nepotismo cruzado, Pois o vereador de Alvorada tocantins Sydivan ribeiro neves tem indicado pessoas para ocupar vagas no poder executivo, sendo uma delas sua companheira KARIZA ALVES DE MELO.”

Com o propósito de instruir o procedimento e, particularmente, afastar as irregularidades detectadas, em tese configuradoras de nepotismo, este órgão ministerial promoveu a expedição de ofício ao Prefeito Municipal de Alvorada-TO, solicitando, no prazo de 10 (dez) dias, para prestar informações sobre os fatos narrados na representação (eventos 7 e 10).

Em resposta, Prefeito Municipal de Alvorada-TO informou no (evento 12) que: *“No quadro de servidores do município de Alvorada/TO não existe nenhuma nomeação que configure nepotismo cruzado”*.

Determinou novamente as seguintes diligências em continuidade:

O Prefeito Municipal de Alvorada-TO foi oficiado no (evento 14), requisitando no prazo de 10 (dez) dias, informações a respeito da nomeação da Sra. KARIZA ALVES DE MELO (companheira do Vereador Sydvan Ribeiro Neves), devendo juntar ato de nomeação e demais documentos pertinentes, como declaração de não parentesco (nepotismo) que se exige no ato da nomeação, dentre outros que achar pertinente.

Já no (evento 16) o Prefeito Municipal de Alvorada-TO informou que *“Peço vênia para tecer informações ora solicitadas, uma vez que, este Ente preza sempre pela transparência e legalidade de todos os atos praticados e sempre em detrimento da lei. Cumpre informar que, os servidores citados nos referidos procedimentos sempre prestaram serviços com excelência ao Município de Alvorada/TO, porém mediante informações deste douto MPETO, que os mesmos enquadram nos termos da Súmula Vincula 13 do STF, e por sempre agir mediante os princípios basilares que regem Administração Pública. Assim, informo que a partir de 01 de novembro de 2023, todos os servidores citados nos referidos procedimentos serão exonerados, apesar de entender que tais nomeações não causaram e nem tampouco causarão prejuízos ao erário”*.

Novamente expedido ofício nº (evento 18) requisitando ao Prefeito Municipal de Alvorada-TO, quais foras as providências adotadas conforme informações prestadas no ofício nº 078/2023 enviado pelo Senhor Prefeito Municipal de Alvorada no dia 25/10/2023.

Em resposta ao solicitado no (evento 20) o Prefeito Municipal de Alvorada/TO, encaminhou documentação da

servidora onde encerra vínculo com o município de Alvorada/TO.

O Promotor de Justiça, Dr. André Felipe Santos Coelho, perante a Promotoria de Justiça de Alvorada/TO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, NOTIFICA o Representante anônimo acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO da representação registrada nesta Promotoria de Justiça como Procedimento Preparatório nº 2023.0004793, Protocolo nº 0701057031420231 – relatando Suposta Prática de Nepotismo no Município de Alvorada. Salienta-se que o Representante poderá interpor recurso, acompanhado das respectivas razões (art. 18º, § 2º, da Resolução 005/2018/CSMP/TO).

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado âmbito desta Promotoria de Justiça, com fulcro no teor da denúncia anônima, encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, em 10/05/2023, sob o Protocolo nº 07010570314202316, relatando Suposta Prática de Nepotismo no Município de Alvorada.

“Bom dia. Gostaria de informa o abuso de poder e prática de nepotismo cruzado, Pois o vereador de Alvorada tocantins Sydivan ribeiro neves tem indicado pessoas para ocupar vagas no poder executivo, sendo uma delas sua companheira KARIZA ALVES DE MELO.”

Com o propósito de instruir o procedimento e, particularmente, afastar as irregularidades detectadas, em tese configuradoras de nepotismo, este órgão ministerial promoveu a expedição de ofício ao Prefeito Municipal de Alvorada-TO, solicitando, no prazo de 10 (dez) dias, para prestar informações sobre os fatos narrados na representação (eventos 7 e 10).

Em resposta, Prefeito Municipal de Alvorada-TO informou no (evento 12) que: *“No quadro de servidores do município de Alvorada/TO não existe nenhuma nomeação que configure nepotismo cruzado”*.

Determinou novamente as seguintes diligências em continuidade:

O Prefeito Municipal de Alvorada-TO foi oficiado no (evento 14), requisitando no prazo de 10 (dez) dias, informações a respeito da nomeação da Sra. KARIZA ALVES DE MELO (companheira do Vereador Sydvan Ribeiro Neves), devendo juntar ato de nomeação e demais documentos pertinentes, como declaração de não parentesco (nepotismo) que se exige no ato da nomeação, dentre outros que achar pertinente.

Já no (evento 16) o Prefeito Municipal de Alvorada-TO informou que *“Peço vênha para tecer informações ora solicitadas, uma vez que, este Ente preza sempre pela transparência e legalidade de todos os atos praticados e sempre em detrimento da lei. Cumpre informar que, os servidores citados nos referidos procedimentos sempre prestaram serviços com excelência ao Município de Alvorada/TO, porém mediante informações deste douto MPETO, que os mesmos enquadram nos termos da Súmula Vincula 13 do STF, e por sempre agir mediante os princípios basilares que regem Administração Pública. Assim, informo que a partir de 01 de novembro de 2023, todos os servidores citados nos referidos procedimentos serão exonerados, apesar de entender que tais nomeações não causaram e nem tampouco causarão prejuízos ao erário”*.

Novamente expedido ofício nº (evento 18) requisitando ao Prefeito Municipal de Alvorada-TO, quais foras as providências adotadas conforme informações prestadas no ofício nº 078/2023 enviado pelo Senhor Prefeito Municipal de Alvorada no dia 25/10/2023.

Em resposta ao solicitado no (evento 20) o Prefeito Municipal de Alvorada/TO, encaminhou documentação da servidora onde encerra vínculo com o município de Alvorada/TO.

É o relatório necessário, passo a decidir.

O presente Procedimento Preparatório tem por objetivo apurar suposta prática de nepotismo no Município de

Alvorada/TO.

Compulsando detidamente os presentes autos, nota-se que esse Órgão de Execução averiguou a denúncia apresentada no decorrer da investigação, buscando resolver pontualmente o caso de nepotismo cruzado entre o legislativo e o executivo, bem como aqueles inerentes tão somente à administração pública municipal, sendo resolvido o caso de nepotismo e dirimida algumas dúvidas que não foram confirmadas em relação aos parentescos denunciados.

Diante de todas as informações colhidas no presente procedimento, não foi possível identificar o elemento subjetivo dolo ou mesmo culpa grave na conduta dos agentes públicos responsáveis pelos fatos investigados.

Dessa forma, alinhavados os fundamentos fáticos e jurídicos acima esposados, e diante da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública por improbidade administrativa, depois de esgotadas todas as possibilidades de diligências, o arquivamento dos autos é medida que se impõe, pela solução dos fatos comprovados e pela ausência de informações mínimas para tomada de providência diversa da presente.

Diante do exposto, promovo o arquivamento do presente procedimento e submeto minha decisão à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/85 e art. 18, inciso I, da Resolução nº 005/2018/CSMP/TO.

Antes de se encaminhar este expediente para o E. CSMP, notifique-se os interessados acerca da Promoção de Arquivamento do Procedimento, com fulcro no art. 18, §1º da Resolução 005/2018 e à vista do disposto no art. 9º, § 1º da Lei 7.347/85 e do art. 30 da Lei 8.625/93 e, notifique-se o representante anônimo, através de edital publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPE/TO e, em seguida, remeta-se os autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público para a adoção das providências cabíveis.

Cumpra-se.

Alvorada, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

ANDRÉ FELIPE SANTOS COELHO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA

920253 - DESPACHO DE COMPLEMENTAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 2023.0011739

Procedimento: 2023.0011383

O Promotor de Justiça, Dr. André Felipe Santos Coelho, perante a Promotoria de Justiça de Alvorada/TO, com fundamento no artigo 5º, inciso IV, da Resolução nº 005/2018 do CSMP/TO, NOTIFICA o REPRESENTANTE ANÔNIMO, para que, no prazo de 10 (dez) dias (a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Tocantins), complemente sua representação formulada por meio do sistema do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 01/11/2023, sob o Protocolo nº 07010621824202342 - relatando Utilização Indevida de Maquinários Públicos e Pessoal em Obra Terceirizada no Município de Talismã e Requerimento de Vistoria In Loco.

DESPACHO DE COMPLEMENTAÇÃO

Trata-se de Notícia de Fato instaurado âmbito desta Promotoria de Justiça, com fulcro no teor da denúncia anônima, encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, em 01/11/2023, sob o Protocolo nº 07010621824202342 - relatando Utilização Indevida de Maquinários Públicos e Pessoal em Obra Terceirizada no Município de Talismã e Requerimento de Vistoria In Loco.

O referido procedimento foi instaurado a partir de denúncia sigilosa (anônima), da qual relata que:

“Assunto: DENÚNCIAS SÃO FEITAS AQUI, MAIS O REFLETEM POUCO PARA O GESTOR DO MUNICIPIO, PORQUE O MINISTERIO PUBLICO NÃO FISCALIZA COM CORPO FISICO, OS ADVOGADOS DE CADA PREFEITURA FAZEM A RESPOSTA E PRONTO. VENHO AQUI NOVAMENTE DENUNCIAR A GESTÃO DO PREFEITO DIOGO BORGES, NO MUNICIPIO DE TALISMÃ, ELE ACABA DE EMPREITAR A PRAÇA SEBASTIÃO BORGES PARA UMA REFORMA, MAIS QUEM VEM PRATICANDO O ATO DA REFORMA, É A PROPRIA PREFEITURA, COM MAQUINAS E FUNCIONARIOS SETIDOS PARA A EMPRESA CONTRATADA PARA FAZER A REFORMA, ISSO É UM CONSTUME DA GESTÃO, DESSE ATUAL PREFEITO EM FAZER QUASE 50% DAS OBRAS, SENDO QUE TEM A EMPRESA CONTRATADA A FAZER O SERVIÇO. DEVE QUE TEM ALGUM ACORDO ENTRE GESTOR E EMPRESA.

MINISTERIO PUBLICO FISCALIZEM FISICAMENTE, AI VÃO VER OS ERROS DESSA GESTÃO! EMPRESA CONTRATADAS ACHAM UMA MARAVILHA FAZER POUCO SERVIÇO E GANHAR O MONTANTE DAQUELA OBRA, SENDO QUE METADE FOI A PREFEITURA QUE FEZ, ESSA GESTÃO É UMA MÃE PARA ESSA EMPRESAS. PREFEITURA CONTRATA UMA EMPRESA PARA FAZER A OBRA, MAIS USA A PROPRIA MAQUINA PUBLICA PARA FAZER A OBRA, ACORDO DO GESTOR E DA EMPRESA, UMA COISA QUE NÃO PODE ACONTECER, A POPULAÇÃO E A MAQUINA PUBLICA SENDO LEZADA PELO GESTOR DA CIDADE DIOGO BORGES. VENHA FISCALIZAR NOSSO MUNICIPIO QUE O ERRO JA ESTA NA ENTRADA”.

Para aferir justa causa na deflagração de procedimento de investigação no âmbito desta Promotoria de Justiça determino:

Foi expedido ofício no (evento 5) ao Chefe do Poder Executivo do Município de Talismã/TO, solicitando, no prazo de 10 (dez) dias: a) informações detalhadas sobre os fatos narrados na representação, em anexo.

Chefe do Poder Executivo do Município de Talismã/TO informou no (evento 9) que a reforma da Praça Sebastião Borges, está em obras de reforma por empresa terceirizada, contratada para execução do serviço. Em relação a narrativa de que o maquinário e funcionário de Talismã está realizando o serviço de reforma, isso corresponde à realidade. As fotos que estão anexadas na denúncia registra maquinário da Prefeitura com o servidor público fazendo a limpeza do local onde as obras serão realizadas. O objeto do contrato de reforma compreende a reforma da mencionada Praça, mas, para tanto, o local deve estar livre de materiais que não

serão utilizados. O objeto de contrato de reforma compreende a reforma da mencionada Praça, mas, para tanto, o local estar de livre de materiais que não serão utilizados na reforma. Por essa razão, antes do início da reforma, incumbe a Prefeitura fazer retirada de coisas do local, que não terão utilização ou que não farão parte do local após a reforma, tais como, poste e calçamentos. Portanto, é sem fundamento a denúncia apresentada.

Foi expedido ofício novamente no (evento 125) ao Chefe do Poder Executivo do Município de Talismã/TO, solicitando que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, proceda ao envio de cópia do procedimento licitatório e do contrato celebrado com a empresa terceirizada que fora contratada para execução do serviço na Praça Sebastião Borges, segundo Ofício/GAB 154/2023, da Prefeitura de Talismã.

Chefe do Poder Executivo do Município de Talismã/TO informou no (evento 12) que: "O Município de Talismã, por meio do seu gestor Municipal, o sr. Prefeito Diogo Borges de Araújo Costa, vêm manifestar ciência quanto ao conteúdo do Ofício n.º 286/2023 - PJA, e nesta oportunidade enviar a documentação solicitada.

- 1 – Projetos arquitetônicos;
- 2 – Planilhas;
- 3 – Edital;
- 4 – Ata;
- 5 – Publicações
- 6 – Contrato

7 - Habilitação

8 - Proposta de preço reduzido

É o relato do essencial.

Ante o quanto se tem veiculado no (evento 9), notifique-se o denunciante anônimo, via Diário Oficial, para que complemente a denúncia enviada sob pena de arquivamento (art. 5º, inc. IV, da Res. n. 005/2018/CSMP/TO).

Alvorada, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

ANDRÉ FELIPE SANTOS COELHO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA

**920253 - DESPACHO DE COMPLEMENTAÇÃO DE DENÚNCIA ANÔNIMA - PROTOCOLO Nº
07010635757202343**

Procedimento: 2024.0000097

Trata-se de Notícia de Fato instaurado âmbito desta Promotoria de Justiça, com fulcro no teor da denúncia anônima, encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, em 09/01/2024, sob o Protocolo nº 07010635757202343 - relatando Suposta Irregularidades em Viagens e Diárias por Vereadores de Talismã/TO.

O referido procedimento foi instaurado a partir de denúncia sigilosa (anônima), da qual relata que:

Assunto:

“Os vereadores e funcionários de talismã fez inúmeras viagens sem nenhum benefício para nós população, fazendo cursos que não serve pra nada e Aida inscrições paga com dinheiro público só pra receber diárias se tiver irregular pesso devoluções aos cofres públicos. cidadão indignado”.

O reclamante anônimo não juntou qualquer tipo de elementos que possa corroborar com suas alegações.

É o breve relatório.

Da atenta análise dos autos, verifica-se que a representação encaminhada pela Ouvidoria do MPE/TO e convertida em notícia de fato e encaminhada para esta Promotoria de Justiça, resume-se a mero relato de fatos ilícitos, mas o denunciante anônimo não apresentou outros dados que pudessem corroborar a denúncia, nem tampouco elementos de informação comprobatórios ou indiciários sobre a mesma, o que inviabiliza, neste momento, qualquer medida do MP para apurar os fatos, diante das meras alegações apresentadas.

Ante o exposto, determino a notificação/intimação por edital do denunciante, a ser efetuada por intermédio do DOMP – Diário Oficial do Ministério Público, por se cuidar de representação anônima, para que complemente as informações trazidas, sob pena de arquivamento nos termos do art. 5º, inc. IV, da Resolução n. 05/2018, do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP).

Comunique-se à Ouvidoria deste Parquet acerca da providência adotada.

Cumpra-se.

Alvorada, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

ANDRÉ FELIPE SANTOS COELHO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA

920091 - DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2023.0004686

EDITAL DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

O Promotor de Justiça, Dr. André Felipe Santos Coelho, perante a Promotoria de Justiça de Alvorada/TO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, NOTIFICA o Representante anônimo acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO da representação registrada nesta Promotoria de Justiça como Procedimento Preparatório nº 2023.0004686, Protocolo nº 07010569949202354 – relatando Suposta Prática de Nepotismo no Município de Alvorada. Salienta-se que o Representante poderá interpor recurso, acompanhado das respectivas razões (art. 18º, § 2º, da Resolução 005/2018/CSMP/TO).

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Procedimento Preparatório de nº 4883/2023 instaurado a partir de Notícia de Fato 2023.0004686 via “denúncia” anônima encaminhada pela Ouvidoria/MPTO (Protocolo nº 07010569949202354), com a finalidade de apurar suposta prática de nepotismo cruzado no Município de Alvorada/TO, que:

“Bom dia. Gostaria de denunciar a pratica de nepotismo cruzado na prefeitura de alvorada tocantins, onde familiares de vereadores e vice prefeito estao empregados na prefeitura. Lucineia Gonçalves da silva (mãe do vereador Douglas Mengoni). Segue print em anexo. Beatriz Rodrigues Chaves (esposa do filho do vice prefeito Antônio Carlos). Segue print em anexo”.

Com o propósito de instruir o procedimento e, particularmente, afastar as irregularidades detectadas, em tese configuradoras de nepotismo, este órgão ministerial promoveu a expedição de ofício ao Prefeito Municipal de Alvorada-TO, requisitando informações a respeito da nomeação da Sra. Beatriz Rodrigues Chaves (nora do Vice-prefeito de Alvorada/TO), e da Sra. Lucineia Gonçalves da Silva (mãe do Vereador Douglas Mengoni), devendo juntar ato de nomeação e demais documentos pertinentes, como declaração de não parentesco (nepotismo) que se exige no ato da nomeação, dentre outros que achar pertinente (eventos 10 e 13).

Em resposta, Prefeito Municipal de Alvorada-TO informou no (evento 15) que: *“No quadro de servidores do município de Alvorada/TO não existe nenhuma nomeação que configure nepotismo cruzado”.*

Na sequência, o Prefeito Municipal de Alvorada-TO foi oficiado no (evento 17), requisitando no prazo de 10 (dez) dias, informações a respeito da nomeação da Sra. Beatriz Rodrigues Chaves (nora do Vice-prefeito de Alvorada/TO), e da Sra. Lucineia Gonçalves da Silva (mãe do Vereador Douglas Mengoni), devendo juntar ato de nomeação e demais documentos pertinentes, como declaração de não parentesco (nepotismo) que se exige no ato da nomeação, dentre outros que achar pertinente.

Já no (evento 19) o Prefeito Municipal de Alvorada-TO informou que *“Peço vênia para tecer informações ora solicitadas, uma vez que, este Ente preza sempre pela transparência e legalidade de todos os atos praticados e sempre em detrimento da lei. Cumpre informar que, os servidores citados nos referidos procedimentos sempre prestaram serviços com excelência ao Município de Alvorada/TO, porém mediante informações deste douto MPETO, que os mesmos enquadram nos termos da Súmula Vincula 13 do STF, e por sempre agir mediante os princípios basilares que regem Administração Pública. Assim, informo que a partir de 01 de novembro de 2023, todos os servidores citados nos referidos procedimentos serão exonerados, apesar de entender que tais nomeações não causaram e nem tampouco causarão prejuízos ao erário”.*

Novamente expedido ofício nº (evento 21) requisitando ao Prefeito Municipal de Alvorada-TO, quais foras as providências adotadas conforme informações prestadas no ofício nº 078/2023 enviado pelo Senhor Prefeito Municipal de Alvorada no dia 25/10/2023.

Consoante se verifica do (evento 23), o Prefeito Municipal de Alvorada/TO, encaminhou Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado das servidoras Beatriz Rodrigues Chaves e Lucineia Gonçalves da Silva e demais documentos.

É o relatório necessário, passo a decidir.

O presente Procedimento Preparatório tem por objetivo apurar suposta prática de nepotismo no Município de Alvorada/TO.

Compulsando detidamente os presentes autos, nota-se que esse Órgão de Execução averiguou a denúncia apresentada no decorrer da investigação, buscando resolver pontualmente o caso de nepotismo cruzado entre o legislativo e o executivo, bem como aqueles inerentes tão somente à administração pública municipal, sendo resolvido o caso de nepotismo e dirimida algumas dúvidas que não foram confirmadas em relação aos parentescos denunciados.

Diante de todas as informações colhidas no presente procedimento, não foi possível identificar o elemento subjetivo dolo ou mesmo culpa grave na conduta dos agentes públicos responsáveis pelos fatos investigados.

Dessa forma, alinhavados os fundamentos fáticos e jurídicos acima esposados, e diante da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública por improbidade administrativa, depois de esgotadas todas as possibilidades de diligências, o arquivamento dos autos é medida que se impõe, pela solução dos fatos comprovados e pela ausência de informações mínimas para tomada de providência diversa da presente.

Diante do exposto, promovo o arquivamento do presente procedimento e submeto minha decisão à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/85 e art. 18, inciso I, da Resolução nº 005/2018/CSMP/TO.

Antes de se encaminhar este expediente para o E. CSMP, notifique-se os interessados acerca da Promoção de Arquivamento do Procedimento, com fulcro no art. 18, §1º da Resolução 005/2018 e à vista do disposto no art. 9º, § 1º da Lei 7.347/85 e do art. 30 da Lei 8.625/93 e, notifique-se o representante anônimo, através de edital publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPE/TO e, em seguida, remeta-se os autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público para a adoção das providências cabíveis.

Alvorada, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

ANDRÉ FELIPE SANTOS COELHO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA

05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA



Assinado por: DANIELE BRANDAO BOGADO como (danielebogado)

Na data: 11/01/2024 às 19:03:56

SIGN: ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9

URL: <https://mpto.mp.br/portal/servicos/cheacar->

[assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9](https://mpto.mp.br/portal/servicos/cheacar-assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9)

Contatos:

<http://mpto.mp.br/portal/>

63 3216-7600



PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS N. 0024/2024

Procedimento: 2023.0007734

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, que exerce suas atribuições na 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou dois sistemas de acesso à Justiça, sendo um deles o sistema de acesso à Justiça por adjudicação, viabilizado por decisões judiciais liminares ou finais (art. 5º, XXXV, da CR/1988), e o outro o sistema de acesso à Justiça pela resolução consensual dos conflitos, controvérsias e problemas (Preâmbulo e art. 4º, inciso VII, da CR/1988);

CONSIDERANDO que os direitos e as garantias constitucionais fundamentais são valores fundantes da Constituição e do Estado em uma democracia, compondo o conjunto essencial;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CR/88 (art. 129, II, CF/88);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 8.080/90: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”;

CONSIDERANDO que o artigo 6º inciso I, alínea “d” da Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde –, incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva, cujo sentido é repetido pelo artigo 26, I, b, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que é imprescindível a priorização do modelo de Ministério Público de atuação extrajurisdicional para a efetividade da função resolutiva;

CONSIDERANDO que a divisão de competências no SUS, não pode constituir óbice para a garantia do direito à saúde;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, editou em 04 de julho de 2017 a Resolução n. 174, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo;

Faz-se necessário a instauração, no âmbito desta Promotoria de Justiça, de um Procedimento Administrativo no qual devam ser praticados os atos relativos à apuração de fato que enseje a tutela de interesses individual;

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição;

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de 01 (um) ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada (artigo 11, da Resolução 174/2017, do CNMP);

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico (artigo 12, 13 e ss, da Resolução 174/2017 – CNMP).

Em vista dos fundamentos expostos e considerando as informações e documentos acostados, tem-se por pertinente instaurar-se o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, visando apurar suposta omissão do Poder Público em disponibilizar vacinas à criança. *E.D.S.S.*;

Isto posto é a presente Portaria para determinar inicialmente:

Autue-se o procedimento, registrando-se no E-Ext;

1. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a Portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais para publicação (Informativo CNMP 002/2017);
2. Inicialmente, reitere-se a Diligência de evento 3 ;
3. Nomeio a Assessora ministerial Jamilla Pêgo Oliveira Sá como secretária deste feito;
4. Ao final, cientifique-se o noticiante da decisão de arquivamento, caso ocorra, nos termos do artigo 13, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.

Gabinete da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína/TO, data no campo de inserção do evento.

Araguaina, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

VALÉRIA BUSO RODRIGUES BORGES

05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 0023/2024

Procedimento: 2023.0007126

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, que exerce suas funções na 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CF/88 (art. 129, II, CF/88);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 8.080/90: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”;

CONSIDERANDO que o artigo 6º inciso I, alínea “d” da Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde –, incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva, cujo sentido é repetido pelo artigo 26, I, b, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que é imprescindível a priorização do modelo de Ministério Público de atuação extrajurisdicional para a efetividade da função resolutiva;

CONSIDERANDO que a qualidade da água abastecida pela concessionária de serviço público implica diretamente na saúde pública da população local;

CONSIDERANDO que deve ser apurada a denúncia de fornecimento de água poluída no Setor Costa Esmeralda Norte em Araguaína/TO;

RESOLVE:

instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com fundamento no art. 60, VI da LC Estadual 51/08, diante do que preceituam os artigos 08º e 9º, da Resolução nº 174/2017, do CNMP, bem como os artigos 23 e 24, da Resolução nº 005/2018 do CSMP, com o objetivo de apurar, de forma preliminar, informações acerca da denúncia de fornecimento de água poluída no Setor Costa Esmeralda Norte em Araguaína/TO;

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

- a) Registre-se e autue-se a presente Portaria, anotando-se no livro eletrônico de registro específico;
- b) Comunique-se a instauração deste Procedimento Administrativo, imediatamente, ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público;

- c) Reitere-se a Diligência de evento 16 encaminhada à ATR;
- e) Publique-se a presente portaria no placar desta Promotoria de Justiça e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins;
- f) Na oportunidade indica a Assessora Ministerial Jamilla Pego Oliveira Sá, lotada nesta 5ª Promotoria de Justiça, para secretariar o presente feito.

Cumpra-se.

Araguaina, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

VALÉRIA BUSO RODRIGUES BORGES

05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 0021/2024

Procedimento: 2023.0006754

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, que exerce suas funções na 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 129, II, da Constituição da República, que dispõe ser atribuição institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CF/88 (art. 129, II, CF/88);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 8.080/90: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva, cujo sentido é repetido pelo artigo 26, I, b, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO a denúncia apresentada no bojo da Notícia de Fato nº 2023.0006754 que noticia supostas irregularidades na Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON

RESOLVE:

Instaurar Procedimento Preparatório, com fundamento no art. 60, VI da LC Estadual 51/08, diante do que preceitua o artigo 8º, § 1º da Lei Federal nº 7.347/85, e art. 21 da Resolução nº 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público – TO, com o objetivo de apurar a denúncia quanto as supostas irregularidades na Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

- a) Registre-se e autue-se a presente Portaria, anotando-se na planilha específica de registro eletrônico;
- b) Comunique-se a instauração deste Procedimento Preparatório, imediatamente, ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público;
- c) Publique-se a presente portaria no placar desta Promotoria de Justiça e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins;
- d) Considerando as informações prestadas na resposta de evento 16, oficie-se ao Hospital de Amor para que informe se houve a contratação de novos médicos para o atendimento da demanda local, especificando a quantidade e a especialidade de cada profissional.
- e) Considerando o teor da resposta de evento 15, oficie-se à SES/TO requisitando informações sobre quais as

providências estão sendo adotadas para a contratação dos profissionais em falta na UNACON (administrativos para recepção, arquivo, reografias, enfermeiros e técnicos de enfermagem) e qual a previsão para suprir a demanda e para a unificação do serviço oncológico no prédio da UNACON uma vez que o ambulatório ainda não foi transferido?

f) Oficie-se à Central de Regulação Estadual requisitando informações sobre a demanda reprimida em consultas e exames oncológicos referenciados para a UNACON em Araguaína, especificando as especialidades médicas das consultas e qual a média de tempo de espera dos pacientes.

e) Na oportunidade, indico a Assessora Ministerial Jamilla Pêgo Oliveira Sá, lotada nesta 5ª Promotoria de Justiça, para secretariar o presente feito.

Araguaína, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

VALÉRIA BUSO RODRIGUES BORGES

05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 0025/2024
PROCEDIMENTO: 2023.0002280

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, que exerce suas funções na 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CF/88 (art. 129, II, CF/88);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 8.080/90: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”;

CONSIDERANDO que o artigo 6º inciso I, alínea “d” da Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde -, incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva, cujo sentido é repetido pelo artigo 26, I, b, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que é imprescindível a priorização do modelo de Ministério Público de atuação extrajurisdicional para a efetividade da função resolutiva;

CONSIDERANDO as informações colhidas no bojo da Notícia de Fato nº 2023.0002280 indicam suposta indisponibilidade de máscaras para acompanhantes na UPA, demora no atendimento e ausência de teste CODIV na unidade;

CONSIDERANDO que não foram apresentadas todas as informações solicitadas na Diligência 11106/2023 (evento 03), havendo a necessidade de adotar novas providências para apurar detidamente eventuais omissões e irregularidades.

CONSIDERANDO que a Nota Técnica GVIMS/GGTES/Anvisa 04/2020, (disponível em https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/notas-tecnicas/notas-tecnicas-vigentes/nota-tecnica-gvims-ggtes-n04-2020_servicos-saude-orientacoes-covid_atualizada-em-31-03-2023-1.pdf/view) estabelece orientações para os serviços de saúde sobre medidas de prevenção e controle da Covid-19 durante a assistência aos casos confirmados ou suspeitos da doença foi atualizada em 31/03/2023 e revisada em 02/05/2023;

CONSIDERANDO que umas das principais alterações diz respeito ao uso de máscaras, as quais passaram a ser recomendadas apenas em situações e áreas específicas da unidade de saúde, nas seguintes situações:

a) para pessoas sintomáticas ou positivas para covid-19: usar obrigatoriamente máscara cirúrgica;

b) para pessoas assintomáticas: não é obrigatório o uso de máscaras, mas eles podem optar por usar máscara

facial, caso seja de sua preferência, considerando os riscos individuais. No entanto, em áreas de internação de pacientes, a recomendação é que visitantes e acompanhantes usem máscara durante sua permanência;

CONSIDERANDO que a UPA afirmou que a média de tempo de espera entre a retirada da senha e classificação de risco varia entre 10 e 16 min (Ofício nº 133/2023 – evento 7)

CONSIDERANDO que de acordo com a RESOLUÇÃO CFM nº 2.079/14 “ao chegar à UPA, o acesso dos pacientes ao Setor de Classificação de Risco deve ser imediato. Assim, o tempo de espera para ser classificado deverá tender a zero, com os tempos de espera diferenciais para acesso ao médico não ultrapassando, na categoria de menor urgência, 120 minutos.”

CONSIDERANDO que segundo Nota Técnica GVIMS/GGTES/Anvisa 04/2020 “é recomendável realizar triagem de todas as pessoas para covid-19 no primeiro ponto de contato com o serviço de saúde para permitir o reconhecimento precoce, seguido pelo isolamento imediato dos casos suspeitos e confirmados de covid-19 ou outras doenças de transmissão respiratória.”

RESOLVE:

instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com fundamento no art. 60, VI da LC Estadual 51/08, diante do que preceituam os artigos 08º e 9º, da Resolução nº 174/2017, do CNMP, bem como os artigos 23 e 24, da Resolução nº 005/2018 do CSMP, com o objetivo de apurar suposta indisponibilidade de máscaras para acompanhantes, demora no atendimento e ausência de teste COVID na UPA/Anatólio Dias Carneiro em Araguaína-TO.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

- a) Registre-se e autue-se a presente Portaria, anotando-se no livro eletrônico de registro específico;
- b) Comunique-se a instauração deste Procedimento Administrativo, imediatamente, ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público;
- c) Tendo em vista que a resposta encaminhada no evento 07 está incompleta, oficie-se a Coordenadora da Unidade Pronto Atendimento, REQUISITANDO as seguintes informações:
 - c.1) A unidade de saúde disponibiliza máscaras ao paciente/acompanhante usuário da unidade de saúde? Como é realizada a distribuição e qual o critério adotado para disponibilização desse EPI?
 - c.2) Qual a média de tempo de espera entre a Classificação de Risco e o atendimento médico do paciente?
 - c.3) Qual a quantidade de teste COVID a unidade de saúde dispõem por mês? É suficiente para o atendimento da demanda? Qual o critério de testagem do paciente/ acompanhante?
- d) Publique-se a presente portaria no placar desta Promotoria de Justiça e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins;
- e) Na oportunidade indica a Assessora Ministerial Jamilla Pêgo Oliveira Sá, lotada nesta 5ª Promotoria de Justiça, para secretariar o presente feito.

Cumpra-se.

Araguaína, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

VALÉRIA BUSO RODRIGUES BORGES

05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N. 0020/2024

Procedimento: 2022.0010467

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 129, II, da Constituição da República, que dispõe ser atribuição institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 8.080/1990: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”;

Considerando que as informações colhidas no bojo do Procedimento Preparatório nº 2022.0010467 indicam recorrentes falta de insumos, medicamentos e OPME's no Hospital Regional de Araguaína (HRA);

Considerando que tais inconformidades podem vir a afetar a qualidade dos serviços ofertados aos usuários do sistema único de saúde (SUS) atendidos naquele hospital;

RESOLVE:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fundamento no art. 60, VI e VII, da LC Estadual nº 51/08, mediante a conversão do Procedimento Preparatório nº 2022.0010467, diante do que preceitua o artigo 8º, § 1º da Lei Federal nº 7.347/85, e os arts. 8º e 12 da Resolução nº 005/2018 do CSMP-TO, com o intuito de apurar supostas irregularidades no estoque de medicamentos e insumos do Hospital Regional de Araguaína-TO.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

- a) Registre-se e autue-se a presente Portaria, anotando-se no livro eletrônico de registro específico;
- b) Comunique-se a instauração deste Inquérito Civil Público, imediatamente, à Presidente do Conselho Superior do Ministério Público;
- c) Oficie-se ao Hospital Regional de Araguaína requisitando:
 - c.1) informações acerca das providências adotadas para regularização dos erros apontados pela SES/TO no evento 74 (falta de assinatura, de laudos, e informações legíveis), os quais são determinantes para o atraso no pagamento das notas fiscais e reposição das OPME's pela fornecedora.
 - c.2) As reposições de OPME's citadas na resposta da SES/TO no evento 74 e na Certidão de Vistoria do evento 75, foram realizadas? Encaminhe relação atualizada de (i) insumos, (ii) medicamentos e (iii) órteses e próteses (OPME) que estão em falta no Hospital Regional de Araguaína – HRA, bem como quais as medidas estão sendo adotadas para a regularização da situação.
- d) Oficie-se à SES/TO requisitando informações detalhadas acerca dos processos instaurados em face da Dibron em apuração na corregedoria da pasta.

e) Publique-se a presente portaria no placar desta Promotoria de Justiça e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins;

f) Na oportunidade indico a Assessora Ministerial Jamilla Pêgo Oliveira Sá , lotada nesta 5ª Promotoria de Justiça, para secretariar o presente feito.

Cumpra-se.

Araguaina, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

VALÉRIA BUSO RODRIGUES BORGES

05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL



Assinado por: DANIELE BRANDAO BOGADO como (danielebogado)

Na data: 11/01/2024 às 19:03:56

SIGN: ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9

URL: <https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar->

[assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9](https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9)

Contatos:

<http://mpto.mp.br/portal/>

63 3216-7600



PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 0017/2024

Procedimento: 2024.0000224

PORTARIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, que exerce suas atribuições na 27ª Promotoria de Justiça de Palmas, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou dois sistemas de acesso à Justiça, sendo um deles o sistema de acesso à Justiça por adjudicação, viabilizado por decisões judiciais liminares ou finais (art. 5º, XXXV, da CR/1988), e o outro o sistema de acesso à Justiça pela resolução consensual dos conflitos, controvérsias e problemas (Preâmbulo e art. 4º, inciso VII, da CR/1988);

CONSIDERANDO que os direitos e as garantias constitucionais fundamentais são valores fundantes da Constituição e do Estado em uma democracia, compondo o conjunto essencial;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CRFB/88 (art. 129, II, CF/88);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 8.080/90: *“A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”*;

CONSIDERANDO que o artigo 6º inciso I, alínea “d” da Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde -, incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva, cujo sentido é repetido pelo artigo 26, I, b, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que é imprescindível a priorização do modelo de Ministério Público de atuação extrajurisdicional para a efetividade da função resolutiva;

CONSIDERANDO que a divisão de competências no SUS, não pode constituir óbice para a garantia do direito à saúde;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, editou em 04 de julho de 2017 a Resolução n. 174, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo;

Faz-se necessário a instauração, no âmbito desta Promotoria de Justiça, de um Procedimento Administrativo no qual devam ser praticados os atos relativos à apuração de fato que enseje a tutela de interesses individual;

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição;

CONSIDERANDO a Notícia de Fato 2024.0000xxx encaminhada à 27ª Promotoria de Justiça pela Ouvidoria do Ministério Público, noticiando que o paciente P.E.S.B apresenta hidrocefalia congênita e múltiplos cistos septados, encontra-se internado desde do dia 27/12/2023 no Hospital Geral de Palmas para tratamento parcial de hipertensão intracraniana por cistos septados, contudo necessita realizar com urgência septostomia endoscópica para comunicação/fenestração de cistos fora do domicílio, via UTI aérea

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de 01 (um) ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada (artigo 11, da Resolução 174/2017, do CNMP);

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico. (artigo 12, 13 e ss, da Resolução 174/2017 - CNMP);

Em vista dos fundamentos expostos e considerando as informações e documentos acostados, tem-se por pertinente instaurar-se o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, visando averiguar ausência no fornecimento do procedimento cirúrgico septostomia endoscópica para comunicação/fenestração de cistos, pelo Estado do Tocantins ao usuário do SUS – P.E.S.B

Isto posto é a presente Portaria para determinar inicialmente:

Autue-se o procedimento, registrando-se no E-Ext;

1. Junte-se a estes autos Termo de Declarações e eventuais documentos que o acompanham;
2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a Portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais para publicação (Informativo CNMP 002/2017);
3. Nomeie o Analista Ministerial Wellington Gomes Miranda deste feito;
4. Oficie o Núcleo de Apoio Técnico Estadual e o Hospital Geral de Palmas a prestar informações no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
5. Ao final, cientifique-se o noticiante da decisão de arquivamento, caso ocorra, nos termos do artigo 13, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.

Gabinete da 27ª Promotoria de Justiça de Palmas/TO, data no campo de inserção do evento.

Palmas, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

ARAINA CESAREA FERREIRA DOS SANTOS D ALESSANDRO

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

920109 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2023.0012695

Procedimento Administrativo n.º 2023.0012695

Interessada: Z.S.

Assunto: Tratamento cirúrgico para incontinência com urgência

Cuidam os presentes autos de procedimento administrativo instaurado com o fito de apurar o Pedido de tratamento cirúrgico para incontinência.

Considerando a Notícia de Fato (evento 01), instaurada em 07 de setembro de 2023, encaminhada à 27ª Promotoria de Justiça, pela Ouvidoria do Ministério Público Estadual, protocolo nº 07010632345202351, noticiando que a paciente Z.S., de 71 (setenta e um) anos de idade, diagnosticada com incontinência urinária não especificada. Entretanto, a mesma necessita com urgência de tratamento cirúrgico para a incontinência urinária, classificada como amarelo urgente. No entanto, é importante ressaltar que o mencionado procedimento foi solicitado à gestão de saúde desde o dia 25 de setembro de 2023.

Através da Portaria PA/6352/2023 (evento 03), foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 2023.0012695. Como providência em cumprimento ao Despacho, o Ministério Público encaminhou o ofício nº 787/2023/GAB/27ª PJC-MPE/TO (evento 04) ao NATJUS MUNICIPAL e o ofício nº 786/2023/GAB/27ª PJC-MPE/TO (evento 05) ao NATJUS ESTADUAL, solicitando informações e as providências adotadas acerca da referida denúncia.

O Ministério Público ajuizou Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência nº 048141-81.2023.8.27.2729, com fim de garantir o tratamento cirúrgico para incontinência urinária com urgência para a usuária SUS – Z.S.

É o relatório, no necessário.

Os documentos acostados aos autos demonstram que a demanda individual do (a) interessado (a) foi objeto de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público.

Desta feita, o direito indisponível à saúde do(a) usuário(a) foi resguardado, não havendo justa causa para a instauração de um inquérito civil público ou ajuizamento de outra ação civil pública.

Fatos supervenientes, consistentes em atos comissivos ou omissivos do Estado ou do Município, que venham ameaçar de lesão a saúde do(a) interessado(a) poderão ser objeto de outro procedimento junto ao Ministério Público.

Ante o exposto, diante do ajuizamento de ACP, determino o arquivamento dos autos de Procedimento Administrativo, com fundamento no disposto na Resolução n.º 174/2017, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Dê-se ciência pessoal ao interessado desta decisão, para, querendo, interpor, no prazo de dez dias, recurso administrativo nesta Promotoria de Justiça. Determino que conste da notificação que este arquivamento não impede a instauração de novo procedimento por fatos supervenientes ou o acionamento do Poder Judiciário por outras vias.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público.

Expirado o prazo, com ou sem manifestação da parte interessada, arquivem-se os presentes autos nesta Promotoria de Justiça, registrando-se no livro próprio, visto se tratar de procedimento administrativo.

Palmas, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

ARAINA CESAREA FERREIRA DOS SANTOS D ALESSANDRO

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 0016/2024

Procedimento: 2024.0000105

PORTARIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, que exerce suas atribuições na 27ª Promotoria de Justiça de Palmas, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou dois sistemas de acesso à Justiça, sendo um deles o sistema de acesso à Justiça por adjudicação, viabilizado por decisões judiciais liminares ou finais (art. 5º, XXXV, da CR/1988), e o outro o sistema de acesso à Justiça pela resolução consensual dos conflitos, controvérsias e problemas (Preâmbulo e art. 4º, inciso VII, da CR/1988);

CONSIDERANDO que os direitos e as garantias constitucionais fundamentais são valores fundantes da Constituição e do Estado em uma democracia, compondo o conjunto essencial;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CRFB/88 (art. 129, II, CF/88);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 8.080/90: *“A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”*;

CONSIDERANDO que o artigo 6º inciso I, alínea “d” da Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde -, incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva, cujo sentido é repetido pelo artigo 26, I, b, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que é imprescindível a priorização do modelo de Ministério Público de atuação extrajurisdicional para a efetividade da função resolutiva;

CONSIDERANDO que a divisão de competências no SUS, não pode constituir óbice para a garantia do direito à saúde;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, editou em 04 de julho de 2017 a Resolução n. 174, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo;

Faz-se necessário a instauração, no âmbito desta Promotoria de Justiça, de um Procedimento Administrativo no qual devam ser praticados os atos relativos à apuração de fato que enseje a tutela de interesses individual;

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição;

CONSIDERANDO a Notícia de Fato 2024.0000105 encaminhada à 27ª Promotoria de Justiça pela Ouvidoria do Ministério Público, noticiando que a paciente S.R.F, apresenta um quadro de sangramento anal decorrente da hemorroida. Alega que sente muita dores e aguarda a realização do procedimento cirúrgico.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de 01 (um) ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada (artigo 11, da Resolução 174/2017, do CNMP);

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico. (artigo 12, 13 e ss, da Resolução 174/2017 - CNMP);

Em vista dos fundamentos expostos e considerando as informações e documentos acostados, tem-se por pertinente instaurar-se o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, visando averiguar ausência no fornecimento do procedimento cirúrgico hemorroidectomia, pelo Estado do Tocantins a usuária do SUS – S.R.F

Isto posto é a presente Portaria para determinar inicialmente:

Autue-se o procedimento, registrando-se no E-Ext;

1. Junte-se a estes autos Termo de Declarações e eventuais documentos que o acompanham;
2. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a Portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais para publicação (Informativo CNMP 002/2017);
3. Nomeie o Analista Ministerial Wellington Gomes Miranda deste feito;
4. Oficie o Núcleo de Apoio Técnico Estadual e o Hospital Geral de Palmas a prestar informações no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
5. Ao final, cientifique-se o noticiante da decisão de arquivamento, caso ocorra, nos termos do artigo 13, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.

Gabinete da 27ª Promotoria de Justiça de Palmas/TO, data no campo de inserção do evento.

Palmas, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

ARAINA CESAREA FERREIRA DOS SANTOS D ALESSANDRO

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARAÍ



Assinado por: DANIELE BRANDAO BOGADO como (danielebogado)

Na data: 11/01/2024 às 19:03:56

SIGN: ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9

URL: <https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar->

[assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9](https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9)

Contatos:

<http://mpto.mp.br/portal/>

63 3216-7600



920109 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2023.0012675

Trata-se de Notícia de Fato instaurada na Ouvidoria do Ministério Público, com base em informações anônimas noticiando suposta comercialização indevida de alimentos em Escola Estadual no Município de Tupiratins.

Os autos foram enviados a esta Promotoria de Justiça.

Diante das informações, o Ministério Público expediu ofício à direção da escola solicitando informações acerca da suposta comercialização de alimentos na escola, além das providências acerca do fato narrado (evento 5).

Em resposta, a direção escolar informou que ocorreu uma confraternização escolar, com autorização dos pais, para encerramento do ano letivo de 2023, e, na ocasião, os pais dos alunos levaram cestas de guloseimas e solicitaram que fossem guardadas na secretaria escolar, lugar amplo e com suporte de armários.

A direção encaminhou alguns termos de autorizações dos alunos, no evento 7.

É o relatório.

Compulsando os autos, verifica-se que foram adotadas todas as medidas pertinentes para averiguar os fatos narrados, as quais resultaram na informação de que se tratava de uma confraternização para encerramento do ano letivo de 2023.

Diante disso, se torna desnecessário o prosseguimento do feito ou outra intervenção do Ministério Público neste momento.

O Conselho Nacional do Ministério Público editou a Resolução n. 174, de 4/7/2017, a qual foi alterada pela Resolução n. 189, de 18/6/2018, e estatui em seu art. 4º, inciso I, que a notícia de fato será arquivada quando "o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial ou já se encontrar solucionado".

De igual forma, o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins publicou a Resolução n. 5/2018, que em seu art. 5º, II (redação da Resolução CSMP n. 1/2019), menciona que a notícia de fato será arquivada quando "o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial ou já se encontrar solucionado".

Assim, falta fundamento para a instauração de procedimento preparatório ou inquérito civil público ou, ainda, para a propositura de qualquer ação judicial.

Em resumo, a melhor solução ao caso vertente é o arquivamento da presente Notícia de Fato.

Diante do exposto, determino o arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do art. 5º, II, da Resolução n. 5/2018/CSMP/TO, com redação da Resolução n. 1/2019/CSMP/TO.

Comunique-se ao CSMP e à Ouvidoria, por intermédio da aba "comunicações", e cientifiquem-se os interessados, nos termos da referida resolução, inclusive com publicação no diário oficial, consignando-se que caberá recurso administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, cujas razões serão protocolizadas nesta Promotoria de Justiça.

Deixo de submeter a promoção de arquivamento ao CSMP, considerando que a diligência efetivada de forma preliminar teve o simples objetivo de aferir a viabilidade e a justa causa para deflagração de investigação cível, nos termos da Súmula 3/2013 do CSMP:

SÚMULA N. 003/2013: "Realizada alguma diligência investigatória no bojo de notícia de fato, eventual

encerramento do procedimento deve ser feito por promoção de arquivamento, com posterior remessa dos autos ao Conselho Superior, para reexame obrigatório. Não se compreende como diligência investigatória aquela tomada de forma preliminar, com o simples objetivo de aferir a viabilidade e a justa causa para a deflagração de investigação cível ou criminal". (Redação revisada na 161ª Sessão Ordinária do CSMP – TO, ocorrida em 18/11/2015).

Em caso de interposição de recurso, voltem os autos conclusos, para deliberação acerca de reconsideração (art. 5º, § 3º, da Resolução n. 5/2018/CSMP/TO).

Expirado o prazo recursal, proceda-se ao arquivamento dos autos nesta Promotoria de Justiça, efetivando-se as respectivas anotações.

Guaraí, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

FERNANDO ANTONIO SENA SOARES

02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARAÍ

07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI



Assinado por: DANIELE BRANDAO BOGADO como (danielebogado)

Na data: 11/01/2024 às 19:03:56

SIGN: ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9

URL: <https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar->

[assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9](https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9)

Contatos:

<http://mpto.mp.br/portal/>

63 3216-7600



PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N. 0018/2024

Procedimento: 2023.0007675

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Ordem Urbanística e Meio Ambiente.

Objeto: “Apurar a existência de poluição provocada pela movimentação de materiais de construção no interior do depósito localizado na Av. Pará entre as ruas 02 e 03, Centro, Gurupi”.

Representante: Dilma da Silva Oliveira

Representada: Casarão Materiais para Construção

Área de atuação: Meio Ambiente, Falências, Concordatas e Precatórios.

Documento de Origem: Notícia de Fato nº. 2023.0007675

Data da Conversão: 08/01/2024

Data prevista para finalização: 08/01/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do meio ambiente e do patrimônio urbanístico (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei n.º 7.347/1985 e Lei Complementar Estadual n.º 51, de 02.01.2008, art. 60, inc. VII);

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e n.º 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08, art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93 e art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85);

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO o teor da representação no sentido da existência de poluição ao meio ambiente provocada pela movimentação de areia, pó de brita, cimento e outros materiais de construção realizada na empresa “Casarão Materiais para Construção”;

CONSIDERANDO a fiscalização da Diretoria de Posturas notificou a Representada a apresentar Certidão de Uso do Solo, Estudo de Impacto de Vizinhança e habite-se;

CONSIDERANDO que a Diretoria de Meio Ambiente também notificou a Representada a providenciar o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, e que o prazo para a apresentação foi em 15/12/2023;

CONSIDERANDO disposto no art. 48, da Lei n.º 1.086/84 (Código de Posturas), no sentido de que *“é proibido perturbar o sossego e o bem-estar público ou a da vizinhança com ruídos, algazaras, barulhos ou sons de qualquer natureza, excessivos e evitáveis, produzidos por qualquer forma”*.

CONSIDERANDO o disposto no art. 93, da Lei Complementar n.º 028/2018 (novo Plano Diretor de Gurupi), vejamos:

Art. 93. É obrigatória a realização de Estudo de Impacto de Vizinhança, o qual deve ser regulamentado por lei posterior, para obras ou empreendimentos que utilizem o solo com porte ou impacto significativo para a qualidade de vida da população.

§ 1.º O Estudo do Impacto de Vizinhança é obrigatório nos casos previstos em lei, inclusive nas ampliações.

§ 2.º O Conselho do Plano Diretor verificará o cumprimento da exigência do Estudo de Impacto de Vizinhança para outras atividades, conforme previsto na Lei n.º 019 de 2014.

§ 3.º A elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança não substitui a elaboração e a aprovação do Estudo Prévio Impacto Ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.

§ 4.º A lei regulamentar a que se refere o caput deverá iniciar o seu processo elaborativo a partir da data de aprovação desta Lei e ser editada dentro do prazo máximo de quatro (04) anos”.

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar n.º. 019/2014, sobre a Política Ambiental no Município de Gurupi, que em seu art. 65, § 3º, indica o rol de atividades em que é obrigatória a realização do Estudo de Impacto de Vizinhança, in verbis:

“Art. 65 – O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV está previsto na Constituição Federal de 1988, artigos 182 e 183, no Estatuto da cidade nos artigos 36 a 38 e no Plano Diretor de Gurupi no artigo 143. Todas as ações que, de alguma forma impliquem em alterações ou reflexos no meio urbano, devem ser objeto de EIV, para garantir a defesa do interesse coletivo. É obrigatória a realização de Estudo de impacto de Vizinhança, para emissão de licenças e suas revisões.

(...)

§ 2- - O EIV deverá incluir obrigatoriamente audiências públicas nas comunidades afetadas, bem como garantir a participação da população no processo de identificação e avaliação dos impactos a serem ocasionados pelo empreendimento.

§ 3º – O EIV é obrigatório para as atividades urbanas que causam:

a] poluição visual;

b] poluição sonora;

c] casas de show, independente da área utilizada pela atividade;

d] casa de festas e eventos, independente da área utilizada pela atividade;

(...)

q) depósitos (atacadistas, de indústrias, comércio, abastecimento em geral);”

CONSIDERANDO as disposições da Recomendação CGMP n.º. 029/2015, sobre a correta utilização da tabela de taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público, especificamente o item 1.31;

CONSIDERANDO que nas ações civil pública, de n.º. 0017244-33.2019.827.2722 (Bar Vira Copos) e 0017247-85.2019.8.27.2722 (Conveniência Barão), foi determinado ao município de “Gurupi que antes de expedir o alvará de funcionamento que realize o estudo de impacto de vizinhança consoante previsto na LC n.º. 019/2014 e no Plano Diretor”, sob pena de multa diária;

RESOLVE:

Instaurar o presente Inquérito Civil tendo por objeto “apurar a existência de poluição provocada pela movimentação de materiais de construção no interior do depósito localizado na Av. Pará entre as ruas 02 e 03, Centro, Gurupi”.

Como providências iniciais, determina-se:

1. a baixa dos autos à Secretaria para realização das anotações de praxe;
2. a afixação de cópia da presente Portaria no mural de avisos da Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO, pelo prazo de 30 (trinta) dias;
3. nomear para secretariar os trabalhos um técnico ministerial ou analista ministerial lotado nas Promotorias de Justiça de Gurupi-TO, que deve desempenhar a função com lisura e presteza;
4. a comunicação, à Presidência do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins-TO, acerca da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 9º, da Resolução CSMP n.º 003/2008;
5. autue-se como Inquérito Civil;
6. Sejam oficiadas as Diretorias de Posturas e de Meio Ambiente, para que, em 10 (dez) dias, informem se a Representada cumpriu as notificações e apresentou Certidão de Uso do Solo, Estudo de Impacto de Vizinhança e habite-se.

1-1.3 Inquérito Civil Público: “natureza unilateral e facultativa, será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.

Gurupi, 10 de janeiro de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

MARIA JULIANA NAVES DIAS DO CARMO

07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXPEDIENTE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

LUCIANO CESAR CASAROTI
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

MARCELO ULISSES SAMPAIO
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ABEL ANDRADE LEAL JUNIOR
CHEFE DE GABINETE DO PGJ

MARCELO ULISSES SAMPAIO
PROMOTOR DE JUSTIÇA ACESSOR DO PGJ

CELSIMAR CUSTÓDIO SILVA
PROMOTOR DE JUSTIÇA ACESSOR DO PGJ

RICARDO ALVES PERES
PROMOTOR DE JUSTIÇA ACESSOR DO PGJ

ALAYLA MILHOMEM COSTA
DIRETORA-GERAL

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

LUCIANO CESAR CASAROTI
PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
PROCURADORA DE JUSTIÇA

VERA NILVA ALVARES ROCHA LIRA
PROCURADORA DE JUSTIÇA

JOÃO RODRIGUES FILHO
PROCURADOR DE JUSTIÇA

JOSE DEMOSTENES DE ABREU
PROCURADOR DE JUSTIÇA

RICARDO VICENTE DA SILVA
PROCURADOR DE JUSTIÇA

MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
PROCURADOR DE JUSTIÇA

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
PROCURADORA DE JUSTIÇA

ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI
PROCURADORA DE JUSTIÇA

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
PROCURADORA DE JUSTIÇA

MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA
PROCURADOR DE JUSTIÇA

MARCOS LUCIANO BIGNOTTI
PROCURADOR DE JUSTIÇA

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO
PROCURADOR DE JUSTIÇA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUCIANO CESAR CASAROTI
PRESIDENTE DO CONSELHO

MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA
MEMBRO

JOSE DEMOSTENES DE ABREU
MEMBRO

MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
MEMBRO

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
MEMBRO

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA
CORREGEDOR-GERAL

EDSON AZAMBUJA
PROMOTOR DE JUSTIÇA ACESSOR DO CORREGEDOR-GERAL

THAIS MASSILON BEZERRA CISI
PROMOTORA DE JUSTIÇA ACESSORA DO CORREGEDOR-GERAL

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MARCOS LUCIANO BIGNOTTI
OUVIDOR

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

VERA NILVA ALVARES ROCHA LIRA
DIRETORA-GERAL DO CESAF-ESMP

DIRETORIA DE EXPEDIENTE

DANIELE BRANDAO BOGADO
DIRETORA



Assinado por: DANIELE BRANDAO BOGADO como (danielebogado)

Na data: 11/01/2024 às 19:03:56

SIGN: ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9

URL: <https://mpto.mp.br/portal/servicos/cheocar-assinatura/ef30ec9d5b9ef1771c999d9ec6d4470d515e3fc9>

Contatos:

<http://mpto.mp.br/portal/>

63 3216-7600



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS